

A Revista Temporalis é uma publicação semestral da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social que objetiva divulgar o debate sobre a formação profissional e a produção do conhecimento em Serviço Social nas suas interfaces com outras áreas de conhecimento. Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS

Diretoria da ABEPSS – gestão 2007/2008

Marina Maciel Abreu/UFMA-Presidente
 Maria Eunice Damasceno Pereira/UFMA-Secretária
 Rainunda Nonata do Nascimento Santana/UFMA-Tesoureira
 Ângela Santana do Amaral/UFPE-Coodenadora Nacional de Graduação
 Josefa Batista Lopes/UFMA-Coodenadora Nacional de Pós-Graduação
 Maria Marieta dos Santos Koike/UFPE-Coodenadora de Relações Internacionais
 Franci Gomes Cardoso/aposentada UFMA - Suplente da Diretoria
 Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha/UFMA - Suplente da Diretoria
 Jorge Og Vasconcelos Junior/UFF - Representante Discente Nacional de Graduação
 Amanda Valéria Souza Lima/UFPA - Representante Discente Nacional de Graduação (Suplente)
 Tássia Rejane Monte dos Santos/UERN - Representante Discente Nacional de Pós-Graduação
 Daniela Neves de Souza/UFRRJ - Representante Discente Nacional de Pós-Graduação (Suplente)

Regional Norte

Maria do Rosário de Fátima e Silva/UFPI-Vice-Presidente
 Lília Penha Viana Silva/UFMA - Coordenadora Regional de Graduação
 Carlos Alberto Batista Maciel/UFPA-Coodenador Regional de Pós-Graduação
 Nazaré Mendonça das Neves/UNAMA - Representante de Supervisor
 Luciana Azevedo/UFMA - Representante Discente Regional de Graduação

Regional Nordeste

Sâmia Rodrigues Ramos/UERN-Vice-Presidente
 Telma Gurgel da Silva/UERN-Coodenadora Regional de Graduação
 Reivan Marinho de Souza Carneiro/UFAL - Coodenadora Regional de Pós-Graduação
 Fábio dos Santos/UFPE-Representante Discente de Graduação
 Romênia Moura Sousa/UERN - Representante Discente Regional de Graduação (Suplente)
 Mara Betânia Sales/UFPE-Representante Discente Regional de Pós-Graduação
 Francisco Henrique da Costa Rozendo/UERN - Representante Discente Regional de Pós-Graduação (Suplente)

Regional Centro-Oeste

Izabel Cristina Dias Lira/UFMT- Vice-Presidente
 Jaime Hillesheim/UFMT- Coodenador Regional de Graduação
 Regina Suelli de Sousa/UCG - Coodenadora Regional de Pós-Graduação
 Greycy Kelle de Oliveira Neves/UFMT-Representante Discente Regional de Graduação
 Neimy Batista da Silva/UnB - Representante Discente Regional de Pós-Graduação

Regional Leste

Cleusa Santos/UFRRJ - Vice-Presidente
 Leila Escorsin Netto/UFRRJ - Coodenadora Regional de Graduação
 Ana Maria de Vasconcelos/UERJ - Coodenadora Regional de Pós-Graduação
 Cristiano Costa de Carvalho/PUCMG - Representante Discente Regional de Graduação
 Wallace Gomes/EMESCAM-ES - Representante Discente Regional de Graduação (suplente)

Regional Sul I

Maria Izabel Scheidt Pires/PUCPR- Vice-Presidente
 Maria Tereza dos Santos/UFSC-Coodenadora Regional de Graduação
 Ana Lúcia Suárez Maciel/PUCRS - Coodenadora Regional de Pós-Graduação
 Kizzy Vecchio/PUCRS-Representante Discente Regional de Graduação
 Valter Martins - Representante Discente Regional de Pós-Graduação

Regional Sul II

Elisa Maria Andrade Brisola/UNITAU- Vice-Presidente
 Maria Líduina Oliveira e Silva/FAMA - Coodenadora Regional de Graduação
 Padre Mário José Filho/UNESP - Coodenador Regional de Pós-Graduação

Conselho Fiscal – gestão 2007/2008

Ana Maria B. Carfaxo/UFCS
 Maria da Conceição Pio/UECE
 Mariângela Belfiore Wanderley/PUCSP

CONSELHO EDITORIAL

Ana Elizabete Simões da Mota Fernandes - UFPE
 Denise Bontempo Birche de Carvalho - UnB
 Edaléa Maria Ribeiro - UFSC
 Ivete Simionato - UFSC
 Jussara Maria Rosa Mendes - PUCRS
 Marco Mondaini - UFPE
 Maria Alexandra Monteiro Mustafá - UFPE
 Maria Augusta Tavares - UFAL
 Maria Carmelita Yasbek - PUCSP
 Maria Rosângela Batistoni - UFJF
 Marina Maciel Abreu - UFMA

ABEPSS

ISSN 1518-7934

Temporalis

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL - ABEPSS

DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL: sobre o processo de implementação

Temporalis	São Luís	Ano VII	n. 14	p. 1-252	jul.-dez.2007.
------------	----------	---------	-------	----------	----------------

© 2000 Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta revista poderá ser reproduzida, seja por quais forem os meios empregados, sem permissão por escrito da Coordenação da ABEPSS.

Editor: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS
Editoração eletrônica: Marinildo Carlos Garcês Serejo
Revisão de texto: Maria Teresa Gomes Bacelar Viana
Normalização: Joseane Maria de Souza
Tiragem: 500 exemplares

Endereço para correspondência

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS
Universidade Federal do Maranhão
Centro de Ciências Sociais, Bloco F, sala 305
Avenida dos Portugueses s/n, Campus do Bacanga
São Luís/Maranhão CEP:65085-580
Fone: (98)21098467
E-mail: abepss@gmail.com
www.abepss.org.br

"Solicita-se permuta"
"Exchange is requested"
"On prie l'échange"
"Se solicita cambio"

Temporalis / Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em
Serviço Social - ABEPSS. - ano 1, n. 1 (jan./jun.2000 -) - Brasília:
ABEPSS, 2000-

Ano VII, n. 14 (jul./dez.2007).
Semestral

Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social: sobre o processo
de implementação

ISSN 1518 7934

1. Serviço Social – Periódicos. 2. Serviço Social – Diretrizes
curriculares. I. Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço
Social.

CDU 364.01
CDD 361.01

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO9

⊕ **IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES EM
CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL:** os rumos e desafios da
formação profissional13
Ângela Santana do Amaral

**FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS
DO SERVIÇO SOCIAL:** tendências quanto à concepção e
organização de conteúdos na implementação das diretrizes
curriculares31
Franci Gomes Cardoso

TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: considerações sobre
o conteúdo dos componentes curriculares55
Ana Elizabete Mota

QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL EM DEBATE 89
Maria Augusta Tavares

PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL: tendências na implementação
das Diretrizes Curriculares 119
Marina Maciel Abreu

**A PRÁTICA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO
SOCIAL:** tendências e dificuldades 149
Sâmya Rodrigues Ramos

⊕ **ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DOS DESAFIOS
PARA A CONSOLIDAÇÃO DAS DIRETRIZES
CURRICULARES** 175
Jussara Maria Rosa Mendes e Jane Cruz Prates

DOCUMENTOS - MEMÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL 199

Pesquisa realizada por Dúnia Comerlatto - UNOCHAPECÓ, Priscila Cardoso - PUC/SP e ABEPSS

1- BRASIL. Comissão de Ensino Superior. Parecer n.286 aprovado em 10.10.1962. Estabelece o currículo mínimo do Curso de Serviço Social. Relator: José Barreto Filho. Brasília, 1962.

2- BRASIL. Conselho Federal de Educação. Projeto de resolução. Fixa o currículo mínimo e determina a duração do Curso de Serviço Social. Brasília, 1962

3- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Currículo Mínimo do Curso de Serviço Social. Estabelece a duração do Curso de Serviço Social. Publicado no D.O. de 3 de agosto de 1964. Brasília, 1964.

4- BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer n. 242/70, aprovado em 13 de março de 1970. Fixa mínimos de conteúdo e duração do Curso de Serviço Social. Relatores: Conselheiro Dumerval Trigueiro e Raymundo de Moniz Aragão. Brasília, 1970.

5- BRASIL. Conselho Federal de Educação. Resolução s/n de 13 de março de 1970. Fixa os mínimos de conteúdo e duração do Curso de Serviço Social. Brasília. MEC/DDD.1970.

6- BRASIL. Conselho Federal de Educação. Resolução n. 6 de 23 de setembro de 1982. Fixa mínimos de conteúdos e duração do Curso de Serviço Social. Publicado no D.O. de 13 de outubro de 1982. Relator: Lafayete de Azevedo Ponde. Brasília, 1982.

7- BRASIL. MEC/SESu. Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. Diretrizes Curriculares - Curso: Serviço Social. Brasília, 1999.

8 - BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Ensino Superior. Parecer n. CNE/CES 492/2001, aprovado em 03/04/2001. Assunto: Diretrizes Curriculares nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Relatores: Eunice Ribeiro Durham, Silke Welber e Wilma de Mendonça Figueiredo. Brasília, 2001.

9- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Ensino Superior. Resolução CNE/CES 15, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social. Brasília, 2002.

10 - BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução n. 2 de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Brasília, 2007.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS.....252

APRESENTAÇÃO

Este número da Revista *Temporalis*, dedicado às Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, faz parte dos esforços da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de adensar o debate sobre os desafios da implementação dessas Diretrizes, considerando as contradições que marcam o contexto adverso das contra-reformas neoliberais, que negam direitos e precarizam as condições do trabalho, no confronto com as lutas de resistência por uma educação emancipatória.

As expressões perversas das contra-reformas neoliberais, na particularidade da política privatista e produtivista do Ministério de Educação (MEC), avançam no rebaixamento da qualidade da formação, privilegiando o ensino para atender as demandas imediatas do mercado. Nesse mesmo movimento são estabelecidas estratégias na perspectiva de uma massificação do ensino nesse nível, como são exemplares as propostas do REUNI, PROUNI e da Universidade Aberta, que redesenham a Universidade brasileira de acordo com os interesses privatistas, mercantilistas ditados pelos organismos financeiros internacionais (Banco Mundial e FMI). Cabe considerar, nessa perspectiva as repercussões na formação profissional das demandas postas pela expansão de práticas assistencialistas e individualistas desenvolvidas pelo estado e sociedade e que apontam para retrocessos profissionais, em particular, em relação às práticas vinculadas às políticas sociais, em que se insere o Serviço Social.

Diante desse quadro é importante destacar que em contraposição a este direcionamento das políticas sociais de um modo geral e em particular da Política de Educação colocam-se as lutas e resistência de vastos e importantes segmentos dos

movimentos docente, estudantil e técnico-administrativo das Universidades públicas e privadas, por uma educação crítica e qualificada a partir do ideário da emancipação humana, que impõe uma luta permanente contra as forças do retrocesso.

Nos marcos destas contradições as diretrizes curriculares para o Curso de Serviço Social, foram construídas sob a coordenação da então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), em um amplo processo, cuja culminância é o documento "Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social", aprovado na Assembléia Geral Extraordinária da referida entidade, realizada em 8 de novembro de 1996. Esta proposta curricular, por exigências do MEC, a partir da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB) é enquadrada, em 1999, no formato de Diretrizes Curriculares, tendo em vista o encaminhamento para aprovação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). A proposta apresentada pela ABEPSS ao CNE, sofreu no processo de aprovação por esse Conselho, em 2001 substantivas alterações.

Tem-se que as alterações processadas pelo CNE, diferente da proposta original da ABEPSS, tendem a reducionismos teórico-metodológicos e desvios ético-políticos da formação profissional. Portanto, cabe a atenção da ABEPSS à possibilidade de um distanciamento de cursos novos, do conteúdo e da direção social proposta e à necessidade de garantir a implementação de projetos pedagógicos a partir das Diretrizes Curriculares de 1996, sob o ponto de vista do projeto ético-político profissional, ao mesmo tempo avançando em sua construção e aprofundamento, como processo histórico em permanente elaboração.

Diante destas preocupações e tendo presente os debates no meio acadêmico sobre as polêmicas existentes em torno do conteúdo das Diretrizes, a ABEPSS realizou uma pesquisa avaliativa, sobre a "Implementação das Diretrizes Curriculares do Serviço Social, no Brasil", durante o ano de 2006, após dez anos

de sua aprovação no âmbito profissional, com o propósito de identificar condições e tendências dessa implementação nas Unidades de ensino no país.

Os resultados dessa pesquisa divulgados em debates realizados ao longo da pesquisa em eventos regionais e nacionais, promovidos pela ABEPSS e em ação conjunta com as demais entidades nacionais do Serviço Social (CFESS e ENESSO) além do relatório final, ganham relevo nesse número da Revista Temporalis, como base de seis dos artigos que compõem esta edição. São análises centradas nos eixos temáticos abordados na pesquisa: fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social, trabalho, questão social, pesquisa e o tratamento dispensado à prática na formação profissional; e nos dados sobre o perfil das Unidades de Ensino públicas e privadas que participaram do processo investigativo.

Soma-se a esses trabalhos, uma análise do processo de construção das Diretrizes Curriculares sob a coordenação da ABEPSS que complementa e reforça as discussões sobre os desafios de sua consolidação nos projetos pedagógicos das Unidades de Ensino no país, nos marcos contraditórios da atual Política da Educação superior brasileira.

Portanto, os trabalhos publicados nesta edição apontam questões, tendências, polêmicas e desafios da implementação das Diretrizes Curriculares para o Curso do Serviço Social nos projetos pedagógicos das Unidades de Ensino e instigam o aprofundamento do debate e a construção de estratégias que reafirmem a direção social contida nas Diretrizes defendidas pela ABEPSS na contra-tendência da reforma neoliberal da Política de Educação Superior e avancem na construção e aprofundamento da formação profissional crítica sob a orientação do projeto ético-político profissional do Serviço Social.

Ainda neste número, na sessão documentos históricos,

com o objetivo de contribuir para a preservação da memória da entidade constam documentos referentes às versões do currículo mínimo do Curso de Serviço Social no Brasil, desde o primeiro currículo mínimo aprovado, em 1962, pelo Conselho Federal de Educação à Resolução do CNE/CES das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social de 2001. Esclarecemos que não foi incluído nesta coletânea o Documento "DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL. (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996)", considerando a sua publicação feita nos Cadernos ABESS, n. 7, em 1997. Deste modo, com os documentos ora publicados a ABEPSS contribui para a ampliação do acesso pela comunidade acadêmica de referências relevantes das bases legais, teórico-metodológicas e ético-políticas do processo de construção da formação profissional, no país. A maior parte da pesquisa dos documentos históricos que constam desta edição foi feita pela professora Dúnia Comerlatto/UNOCHAPEC e por Priscila Cardoso-PUC/SP, às quais manifestamos especial agradecimento.

Temos a convicção da importante contribuição do conteúdo ora apresentado para o avanço das análises, pesquisas e processos práticos referentes à formação profissional do assistente social frente aos desafios atuais postos ao Serviço Social na sociedade brasileira.

São Luís, dezembro de 2007

Marina Maciel Abreu
Membro do Conselho Editorial

IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL: os rumos e desafios da formação profissional

*Ângela Santana do Amaral**

RESUMO

O artigo discute a configuração do processo de formação profissional em Serviço Social nos anos 2000, no contexto das "contra-reformas" do ensino superior no Brasil, tendo como ponto de partida a análise do perfil das Unidades de Ensino públicas e privadas que foram objeto da pesquisa realizada em 2006, coordenada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS para avaliar a implementação das Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. As questões apresentadas revelam as tendências e os desafios que estão postos à formação profissional para garantir, nos cursos de Serviço Social, a direção teórico-metodológica e ético-política, cuja referência é a perspectiva de totalidade. Neste momento histórico constata-se que há uma forte ofensiva do Estado no sentido de atribuir aos processos educacionais uma outra função social, determinada pelas estratégias de expansão indiscriminada e mercantilização do ensino privado- as quais incidem nas condições objetivas de trabalho dos docentes das Unidades de Ensino de Serviço Social e, consequentemente, na qualidade da formação profissional.

Palavras-chave: Formação Profissional. Contra-Reformas. Serviço Social. Educação Superior. Diretrizes Curriculares.

ABSTRACT

The article discusses the configuration of the process of professional formation in Social Work along 2000 decade, in the context of "counter-reforms" for the higher education in Brazil. Such discussion takes as its starting point the analysis of the profile of public and private colleges that were object of a research coordinated by the Brazilian Association of Teaching and Research on Social

* Doutora em Serviço Social, Professora do Departamento de Serviço Social da UFPE. angela.amaral@operlink.com.br

Work – ABEPSS to evaluate the implementation of curricular guidelines for Social Work's majors, which was accomplished in 2006. The presented subjects reveal the tendencies and the challenges to the professional formation in order to guarantee the theoretical, methodological, ethical and political direction for the Social Work majors, whose reference is the principle of totality. At this present moment, it is verified that the State launches a great effort with the aim of attributing to educational processes another social role determined by the indiscriminate expansion and commercialization of the private education – which reverberates on the work conditions of scholars in Social Work Colleges and, consequently, on the quality of professional formation.

Key words: Professional formation. Counter-reforms. Social Work. Higher Education. Major Guidelines.

INTRODUÇÃO

A Pesquisa sobre a Implementação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, realizada em 2006, privilegiou a análise de seis eixos que compõem o conjunto de textos que estão expostos neste número da *Temporalis*. Neste artigo apresentamos o perfil e as características das Unidades de Ensino públicas e privadas que foram objeto da pesquisa, as quais, sofrendo os impactos de uma conjuntura de profundas mudanças no ensino superior no Brasil, implementam as diretrizes curriculares de modo heterogêneo e diverso.

Enfatizamos que as condições de trabalho docente, as condições de ensino nas universidades públicas e privadas – com destaque para as estratégias de mercantilização do ensino – e a direção estratégica da profissão constituem mediações fundamentais à reflexão do ensino superior. Entendemos que tais mediações só podem ser analisadas no movimento mais totalizador que articula, na contemporaneidade, processos econômicos e processos políticos que não podem ser cindidos, sob pena de ocultarmos o conteúdo teórico-político das propostas em curso que

vêm determinando as transformações societárias e suas expressões no cotidiano profissional e na formação dos/das assistentes sociais.

Tratamos de processos reformadores – denominados de contra-reformas – que se inscrevem na dinâmica mais geral do capitalismo, orientada pela necessidade de operar mudanças fundamentais nas suas práticas e no modo de produzir e reproduzir as relações na sociedade, sem que se alterem os fundamentos que lhes dão sustentação. Os sujeitos que elaboram/organizam os fundamentos e as ações necessárias para que tais mudanças, no campo das políticas, sejam concretizadas necessitam, além de uma base material que dê conta de novos processos de trabalho, de reatualizadas formas de produção de mercadorias e de uma estrutura institucional que seja suporte ideológico para acomodar essas mudanças. Nesse sentido, é central o papel do Estado capitalista e das suas instituições, no sentido de serem mediadores de uma estratégia que visa à formação de consensos na sociedade.

As proposições que objetivam se transformar em um amplo pacto social em torno da temática da educação são gestadas pelos organismos internacionais e integram a agenda de ajustamento das economias periféricas do capitalismo às necessidades de valorização do grande capital.

A partir desse cenário propusemos avaliar o processo de implementação das diretrizes curriculares, reafirmando que se trata de um momento provisório, uma primeira aproximação entre tantas outras necessárias para entender esse complexo e contraditório quadro em que se inscreve a reforma do ensino superior.

O PERFIL DAS UNIDADES DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL NOS ANOS 2000

Os dados da pesquisa em relação às características das Instituições de Ensino Superior revelam um predomínio de

Unidades de Ensino que integram o conceito de **Universidade** com natureza jurídica privada e que oferecem cursos exclusivamente noturnos ou em horários diurno e noturno.

Em todas essas Instituições de Ensino Superior do Brasil que responderam à pesquisa o quadro do ensino de graduação em Serviço Social é presencial e, na sua maioria, os cursos oferecidos têm periodicidade semanal.

São inúmeras as formas de desregulamentar e liberalizar o setor privado para que ele se expanda sem constrangimentos e riscos. Nesse sentido tem sido favorecido por iniciativas e mecanismos que dão cobertura aos seus empreendimentos, a exemplo de isenção tributária, isenção da contribuição previdenciária das filantrópicas, isenção do salário educação, financiamento de alunos carentes, via programas focalizados como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior- FIES e o Programa Universidade para Todos – PROUNI e empréstimos financeiros a juros baixos por instituições bancárias oficiais como o BNDES.

No ano de 2006 havia no Brasil 2.270 Instituições de Ensino Superior. Os dados do Censo do Ensino Superior mostram que, dentre essas IES, 178 eram Universidades, 119 Centros Universitários, 116 Faculdades Integradas, 1.649 Faculdades/Escolas/ Institutos e 208 Centros Federais de Educação Tecnológica e Faculdades de Tecnologia. Comparando com os dados referentes ao Curso de Serviço Social, os dados da pesquisa revelam que este é predominantemente ofertado em Universidades (60,8%).

Em relação à natureza jurídica das IES, das Unidades de Ensino que responderam, 71,6% são privadas e 28,4% públicas. Os dados referentes ao Curso de Serviço Social se aproximam do quadro geral do país registrado no Censo que, em 2006, mostra a existência de 248 IES públicas (10,9%) e 2270 IES privadas (89,1%).

Chama-nos atenção o dado da pesquisa que nos informa sobre o crescimento da oferta de cursos noturnos tanto nas instituições públicas quanto nas privadas. Em relação a esse aspecto, é provável que, em não havendo aumento de oferta de vagas significativo nas Universidades Públicas, o ensino de Serviço Social ofertado no turno noturno se reverta em mercado de expansão para o setor privado.

No gráfico abaixo podemos acompanhar a evolução da criação dos cursos de Serviço Social no Brasil, no período que vai da década de 30 aos dias atuais.

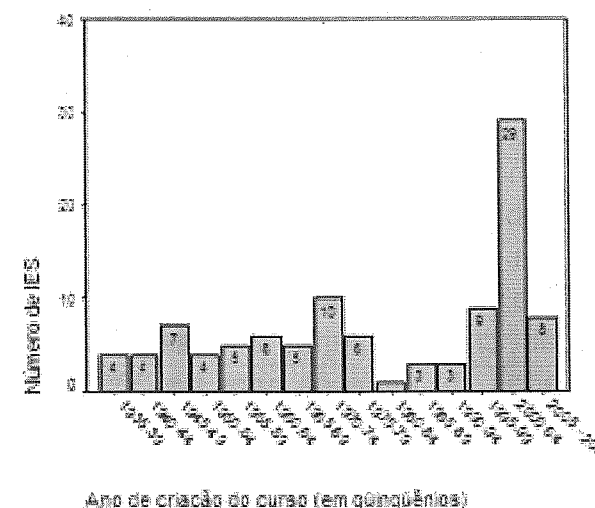


Gráfico 1 - Evolução da criação dos cursos de Serviço Social no Brasil.

Ressaltamos que entre os anos de 1980 e 1994 houve um decréscimo importante no número de novos cursos. O quadro acima pode ser analisado no contexto das reformas educativas, em especial na educação superior brasileira, as quais vêm sendo

direcionadas pela defesa de que o ensino superior deve ser reestruturado, tendo que se tornar mais diversificado e flexível, objetivando uma expansão com redução dos custos por parte do Estado, na perspectiva de fortalecer o setor privado.

É possível observar, ainda, a expansão dos cursos de Serviço Social na segunda metade da década de 1990 refletindo a política de expansão pela via do privado, estimulada pelo Estado brasileiro. Considerando que a política para a educação superior que vem sendo implementada pelo atual governo segue a mesma matriz teórica do governo anterior, é possível afirmar que a tendência parece ser a de aprofundamento do processo de privatização desse nível de educação pela via da diversificação institucional.

A partir da segunda metade dos anos setenta (1975-1979) a pesquisa confirma que houve uma redução gradativa na participação do setor público, com crescente predomínio do setor privado sobre o público. Atualmente, menos de um terço das Instituições de Ensino Superior que ofertam curso de Serviço Social são de natureza pública.

Também nesse mesmo período foram criadas quase que exclusivamente unidades privadas. Exemplo disso é que entre 1975 a 1999 foram criadas apenas 2 (duas) IES públicas e 19 (dezenove) privadas. Já entre os anos de 2000 e 2005 essa diferença aumentou, com a criação de 3 (três) novas IES públicas e 32 (trinta e duas) privadas. Totalizando esses valores tem-se que nas últimas três décadas (1976-2006), foram criadas no Brasil 5 (cinco) IES públicas e 51 (cinquenta e uma) privadas, perfazendo uma razão de quase dez IES privadas para cada IES pública criada.

No Brasil, em 2006, havia 76 cursos de pós-graduação lato sensu, 29 mestrados e 11 doutorados. Vinte (20) IES não possuíam curso de pós-graduação.

A tabela a seguir apresenta as pós-graduações de acordo com as modalidades identificadas na pesquisa.

Tabela 1 - Modalidade de pós-graduação em Serviço Social, Brasil- 2006.

MODALIDADE	%	(N)
Lato Sensu	52,4	(54)
Lato Sensu e Mestrado	14,6	(15)
Lato Sensu, Mestrado e Doutorado	6,8	(7)
Mestrado	2,9	(3)
Mestrado e Doutorado	3,9	(4)
Não há pós-graduação	19,4	(20)
Total de IES que responderam	100,0	(103)

A proporção de IES privadas que não oferecem pós-graduação foi duas vezes maior em relação às públicas. A proporção de IES que oferecem curso de pós-graduação lato sensu foi semelhante entre as públicas e as privadas, contudo há diferenças marcantes quanto à oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu - mestrado e doutorado, conforme apresentamos na tabela abaixo.

Tabela 2 - Modalidade de pós-graduação em Serviço Social segundo a natureza jurídica da IES, Brasil- 2006.

MODALIDADE	NATUREZA JURÍDICA	
	Pública %(N)	Privada %(N)
Especialização	72,4 (21)	76,1 (54)
Mestrado	62,1 (18)	15,5 (11)
Doutorado	24,1 (7)	5,6 (4)
Não oferece PG	10,3 (3)	21,1 (15)
Total ¹	100,0 (29)	100,0 (71)

¹ Três IES não declararam a natureza jurídica. As IES oferecem mais de uma modalidade de Pós-graduação. Duas não informaram quanto à oferta de Pós-graduação.

A proporção de IES privadas que não oferecem pós-graduação foi duas vezes maior em relação às públicas. A proporção de IES que oferecem curso de pós-graduação lato sensu foi semelhante entre as públicas e as privadas, contudo há diferenças marcantes quanto à oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu - mestrado e doutorado. Pode-se observar que tanto nas IES públicas quanto nas privadas há um incremento da pós graduação lato sensu. Exatamente porque esta modalidade de ensino não é parte de uma política de qualificação continuada, a pós-graduação vem se transformando em uma demanda do mercado.

Nas IES privadas todas as pós-graduações latu senso têm oferta de cursos pagos. No caso das IES públicas, a pesquisa identificou que 71,4% ofertam cursos latu senso pagos e apenas 23,8% cursos gratuitos. A estratégia de cobrança dos cursos latu senso tem sido largamente utilizada para complementar os custos decorrentes de manutenção das Unidades de Ensino.

O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO E A ORGANIZAÇÃO DA LÓGICA CURRICULAR NAS DIRETRIZES CURRICULARES

A análise dos dados sobre o projeto pedagógico em andamento nos cursos de Serviço Social privilegiou a discussão sobre a organização da lógica curricular, permitindo-nos articular as informações com as condições de ensino e de trabalho docente vigentes nas Unidades de Ensino, bem como empreender algumas considerações sobre o processo de formação profissional.

Das 95 (noventa e cinco) IES que informaram o número de disciplinas eletivas, identificamos que 42 (44,2%) não ofertavam disciplinas eletivas. Destas, 4 (quatro) são públicas e 38 (trinta e oito) privadas. Das 86 unidades de ensino

que responderam sobre a oferta de outros componentes curriculares (excluídas as disciplinas) 15 não ofertavam. Destas, 2 (duas) são públicas e 13 (treze) privadas.

Tabela 3 - Número de disciplinas e outros componentes curriculares dos cursos de graduação em Serviço Social segundo a natureza jurídica da IES, Brasil- 2006.

NÚMERO	NATUREZA JURÍDICA		Total
	Pública	Privada	
Disciplinas Obrigatórias	(N=27) a	(N=69)	(N=99)
Mínimo - Máximo	22 - 52	20 - 68	20 - 68
Mediana ⁽²⁾	36	45	43
50% das Unidades de Ensino ⁽³⁾	30 - 42	40 - 52	36 - 49
Disciplinas Eletivas	(N=27)	(N=65)	(N=95)
Mínimo - Máximo	0 - 22	0 - 16	0 - 22
Mediana	5	0	2
50% das Unidades de Ensino	3 - 15	0 - 3	0 - 4
Demais Componentes Curriculares ^b	(N=25)	(N=60)	(N=86)
Mínimo - Máximo	0 - 27	0 - 21	0 - 27
Mediana	5	4	4
50% das Unidades de Ensino	3 - 11	1 - 6	1 - 7

^a N = Número de IES que responderam.

^b Excluídas as disciplinas.

A tabela acima apresenta os valores mínimo e máximo, o valor mediano e o intervalo interquartil para a distribuição do número de disciplinas obrigatórias, eletivas e demais componentes curriculares para as unidades de ensino em sua totalidade.

No projeto pedagógico dos cursos a orientação pedagógica é um instrumento que possibilita a integração da coordenação do curso com os discentes. Do total de Unidades de Ensino que informaram sobre a existência de orientação pedagógica aos alunos dos cursos de graduação, 75,5% (74) se referiram à orientação de matrícula, 78,6% (77) às atividades complementares,

86,7% (85) a estágio e 56% (48) a outro tipo de orientação. Três Unidades de Ensino informaram não oferecer orientação pedagógica nos aspectos pesquisados e nove não responderam.

As atividades curriculares obrigatórias que são integradoras do currículo também foram objeto da pesquisa.

Em relação ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), das 97 IES que responderam quanto às situações de sua realização, 78,3% (76) afirmaram que os TCC são preferencialmente vinculados às experiências de estágio, 7,2% (7) exclusivamente vinculados às experiências de estágio, 61,1% (58) vinculados à iniciação científica, 58,8% (58) aos projetos de extensão, 48,5% (47) aos núcleos de pesquisa, 25,8% (25) a projeto de pesquisa do docente orientador e 37,1% (36) referiram outras possibilidades. Sete (07) unidades de ensino não responderam à questão.

No que diz respeito ao processo de orientação do TCC, constatou-se que metade das IES públicas possui apenas docentes efetivos realizando essa atividade, enquanto isso ocorre em pouco menos de 40% das IES privadas. Todavia, a principal diferença observada diz respeito à maior participação dos docentes horistas, de forma exclusiva ou não, nas orientações dos TCC nas unidades privadas de ensino.

Nove IES não responderam à questão e três não informaram a natureza jurídica da IES. Dessas três últimas, uma possui apenas docentes efetivos desempenhando a atividade de orientação dos TCC e duas apenas docentes horistas (dados não apresentados na tabela).

Das vinte e quatro Unidades de Ensino que responderam ter mais de uma categoria de docentes realizando orientação dos TCC (ou seja, disseram ter docentes efetivos e substitutos ou docentes efetivos e horistas ou docentes efetivos, substitutos e horistas), ao responder a categoria de docente

predominante nas orientações, doze informaram que predominava o docente efetivo, uma o docente horista e treze não responderam (dados não apresentados em tabela).

Tabela 4 – Caracterização Da Orientação Do Trabalho De Conclusão Do Curso De Graduação Em Serviço Social Segundo A Natureza Jurídica Da Ies, Brasil – 2006.

Categoria de Docente	Natureza Jurídica		Total % (N)
	Pública % (N)	Privada % (N)	
Docente efetivo	50,0 (14)	38,5 (25)	41,9 (39)
Docente efetivo e substituto	28,6 (8)	1,5 (1)	9,7 (9)
Docente efetivo e horista	-	16,9 (11)	11,8 (11)
Docente efetivo, substituto e horista	3,6 (1)	4,6 (3)	4,3 (4)
Docente substituto	7,1 (2)	-	2,2 (2)
Docente horista	10,7 (3)	38,5 (25)	30,1 (28)
Total de IES que responderam	100,0 (28)	100,0 (65)	100,0 (93)
Duração do processo de orientação			
Um semestre	34,5 (10)	20,8 (14)	25,0 (24)
Dois semestres	58,6 (17)	74,6 (50)	69,8 (67)
Outro	6,9 (2)	4,5 (3)	5,2 (5)
Total de IES que responderam	100,0 (29)	100,0 (67)	100,0 (96)
Média de aluno por orientador			
De 1 a 5	77,8 (21)	42,2 (27)	52,7 (48)
De 6 a 10	22,2 (6)	45,3 (29)	38,5 (35)
De 11 a 15	-	9,4 (6)	6,6 (6)
Mais de 15	-	3,1 (2)	2,2 (2)
Total de IES que responderam	100,0 (27)	100,0 (64)	100,0 (91)

Estes dados indicam que, particularmente em relação à média de alunos por orientador, essa é considerada alta se considerarmos o acúmulo de atividades docentes, as condições de ensino e a reconfiguração dos processos de trabalho dos docentes nas Instituições de Ensino Superior mediados pelas

exigências de produtividade e avaliações produtivistas.

Após 10 anos de aprovação das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social, o quadro que se apresenta em relação à sua implantação nas Unidades de Ensino evidencia que, dentre as IES públicas, 22 (75,9%) informaram ter implantado as Diretrizes Curriculares, 5 (17,2%) implantaram parcialmente (com implantação de novos conteúdos, mas sem aprovação do novo currículo em instâncias superiores) e 2 (6,9%) ainda não implantaram. Das IES privadas, 51 (70,8%) responderam ter implantado as Diretrizes Curriculares, 14 (19,4%) implantaram parcialmente e 7 (9,7%) informaram que ainda não as implantaram. A proporção de IES que implantaram as Diretrizes Curriculares foi semelhante entre as unidades de ensino privadas e as unidades de ensino públicas. Três IES não informaram a natureza jurídica.

Tabela 5 - Implantação das diretrizes curriculares segundo a natureza jurídica da IES, Brasil - 2006.

DIRETRIZES CURRICULARES	NATUREZA JURÍDICA	
	Pública	Privada
Implantou	75,9 (22)	70,8 (51)
Implantou parcialmente (a)	17,2 (5)	19,4 (13)
Não implantou	6,9 (2)	9,7 (7)
Total de IES que responderam (b)	100,0 (29)	100,0 (70)

(a) Implantou novos conteúdos, mas sem aprovação em instâncias superiores.

(b) Três IES não informaram a natureza jurídica.

O quadro 1 apresenta as dificuldades teórico-metodológicas, didático-pedagógicas e relativas às condições de trabalho encontradas pelas Unidades de Ensino na implantação das diretrizes curriculares.

DIFICULDADES NA IMPLANTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES

1. TEÓRICO-METODOLÓGICAS (N=102) 1

80,4% – Garantia da transversalidade dos conteúdos
 30,4% – Domínio do conteúdo do ementário
 29,4% – Entendimento da nova lógica curricular
 33,3% – Outras dificuldades
 12,9% – Não houve dificuldades

2. DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS (N = 99)

57,6% – Articulação entre os conteúdos das disciplinas
 49,0% – Repetição de conteúdos
 46,5% – Articulação das disciplinas com os demais componentes curriculares
 44,4% – Distribuição dos conteúdos entre as disciplinas
 38,4% – Insuficiência de recursos
 35,4% – Relação entre o conteúdo e a carga horária
 32,3% – Outras dificuldades
 Nenhuma – Não houve dificuldades

RELATIVAS ÀS CONDIÇÕES DE TRABALHO (N=99)

52,5% – Sobrecarga das atividades acadêmicas
 42,6% – Reduzido quadro de Docentes
 30,7% – Acúmulo de disciplinas por Docente
 27,7% – Instalações físicas inadequadas
 25,7% – Turmas com número de alunos superior a 50
 12,9% – Reduzido quadro de Docentes Qualificados
 50,0% – Outras dificuldades
 10,1% – Não houve dificuldade

¹ N = número de IES que responderam.

Quadro 1 – Proporção de Unidades de ensino que referiram dificuldades na implantação das diretrizes Curriculares. Cursos de Graduação em Serviço Social, Brasil – 2006.

Neste quadro, e também no seguinte, a ênfase da análise diz respeito à sobrecarga das atividades acadêmicas a que estão submetidos os docentes.

Observa-se que o adensamento da relação número de discentes por docentes nas Instituições de Ensino Superior mostra-se ascendente a partir de 1998. Três fatores podem ter contribuído para esse crescimento: a) a mudança nas regras de aposentadoria com a aprovação da EC nº20/1998, com a redução do corpo docente/professores e, em grande parte, pela substituição por professores precarizados; b) a criação da Gratificação de Estímulo à Docência – GED nas IES federais, que obrigou os docentes a aumentarem sua carga horária de trabalho nas atividades de ensino para fazer jus à referida gratificação de desempenho e c) a intensa jornada e carga de trabalho dos docentes das instituições de ensino privadas.

Os dados do próprio governo federal mostram que o investimento atual na área de educação é de apenas 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB), metade dos 7% previstos como meta no Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado em janeiro de 2001.

No tocante às demais dificuldades expostas e que se encontram no âmbito das dimensões teórico-metodológicas e didático-pedagógicas das Diretrizes Curriculares, estas também se constituem em indicações que devem ser problematizadas, posto que tanto se relacionam às concepções que orientam as diretrizes quanto à forma como está organizada a lógica curricular. Do ponto de vista da formação profissional, tais questões têm, seguramente, impactos que podem se desdobrar em uma insuficiente, e até deformada apropriação dessa lógica e, ainda, em reducionismos que negam a perspectiva de totalidade balizadora das Diretrizes Curriculares. Aliás, os mecanismos e as práticas que já vêm sendo operados na esteira dessas “contra-reformas” educacionais dectam a formação, de uma maneira geral, de um caráter instrumental, tecnicista, imediatista

e fragmentário. Como nos informa Lehrer, “nesse novo mapa econômico, distinto em muitos aspectos ao da industrialização por substituição das importações, a universidade, capaz de produzir conhecimento novo, torna-se uma idéia fora do lugar assim como a existência de um sistema de educação básica bem estruturado e de elevada qualidade”. (2007:28)

OS DESAFIOS À FORMAÇÃO PROFISSIONAL: 11 anos de implantação das diretrizes curriculares

A apresentação do perfil e de algumas características das Unidades de Ensino como parte de uma pesquisa mais geral nos impõe a necessidade de enriquecer o debate sobre a implementação das Diretrizes Curriculares enfrentando seus problemas e desafios, o que significa (re)conhecer as mudanças vivenciadas nas Instituições de Ensino Superior e suas incidências no processo de formação. Nesse sentido, torna-se imperativa a necessidade de pesquisar os impactos da Política de Educação, especialmente os da Política de Educação Superior nos cursos de Serviço Social, onde se incluem o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - o REUNI, o PROUNI, a Universidade Aberta do Brasil, a Nova CAPES, o Banco de Professor-equivalente, entre outras ações. Também se põem como tarefas imprescindíveis realizar um mapeamento sobre os novos tipos de vínculos contratuais dos docentes com as IES, sistematizar as condições de supervisão docente, no sentido de propor as diretrizes de uma Política Nacional de Estágio e aprofundar a discussão sobre os meios, formas e conteúdos com que as Unidades de Ensino, por meio dos seus processos de formação, buscam assegurar o perfil, as habilidades e competências profissionais definidas nas Diretrizes Curriculares diante do avanço

das perspectivas fragmentárias do conhecimento, da ofensiva dos cursos à distância e da massificação do ensino privado.

O que se tem no horizonte, em face das descobertas da Pesquisa, é a necessidade de avançar nas lutas e articular resistências, ou seja, que a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social consiga mobilizar e articular as Unidades de Ensino em torno de uma agenda que reafirme as Diretrizes Curriculares construídas pela ABEPSS e rechace as iniciativas para reconfigurá-las no bojo do REUNI denunciando os mecanismos de expansão desordenada do ensino privado e mercantilista e também a massificação do ensino à distância. Ao mesmo tempo, sabemos que a conjuntura e a correlação de forças exigem que essa mobilização não se realize de forma isolada, mas em conjunto com outras lutas, a exemplo das empreendidas pelo Sindicato Nacional dos Docentes - ANDES, pelo movimento estudantil, especialmente as do segmento combativo dos estudantes de Serviço Social - pelo conjunto CFESS/CRESS e por outros movimentos que se mobilizam em defesa de uma universidade pública, laica, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Formação Profissional: trajetórias e desafios. **Cadernos ABESS 7**. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

ABREU, Marina; Lopes, Josefa. Formação Profissional e Diretrizes Curriculares. In: **Revista Inscrita**. Número X. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, 2007.

AMARAL, Angela. **Relatório Final Sobre a Avaliação da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social** (versão preliminar-circulação interna). São Luis: ABEPSS, 2007.

ANDES. **Educação: prioridade Nacional?** Universidade e Sociedade. Ano XVI, n. 39, Brasília, 2007.

_____. **As novas faces da Reforma Universitária do Governo Lula e os impactos do PDE sobre a educação superior**. Contribuição do GTPE/ANDES-SN. s/d. Mimeo

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia**. Washington, 1995.

LEHRER, Roberto. PAC, Educação e Heteronomia Cultural. In: **Revista de Políticas Públicas**. Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2007.

**FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E
TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL:**
tendências quanto à concepção e organização de conteúdos na
implementação das diretrizes curriculares

*Franci Gomes Cardoso**

RESUMO

O artigo sintetiza uma reflexão crítica sobre tendências das unidades de ensino de Serviço Social, no Brasil, quanto à concepção da matéria "Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social" e as formas de organização dos seus conteúdos em disciplinas específicas, no processo de implementação das diretrizes curriculares do curso de Serviço Social. Tal reflexão expõe as referências históricas e conceituais utilizadas na reconstrução do objeto de estudo e as análises abstraídas dos resultados da pesquisa avaliativa sobre o referido processo realizada pela ABEPSS em 2006, centrando a discussão em torno de um dos eixos temáticos norteadores e constitutivos da pesquisa: Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social.

Palavras – chave: Serviço Social. Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social. História. Totalidade.

ABSTRACT

The article makes a summary of a critical reflection about the tendencies of the Social Work teaching units in Brazil as to the Social Work historical and theoretical-methodological fundaments and the form of organization of its contents in specific disciplines in the process of implementation of the Social Work Course curricular guidelines. Such reflection exposes the historical and conceptual references used in the rebuilding of the object of study and the analysis taken from the results of the evaluative research over the mentioned process and centering discussion around one of the axis theme of the research: Social Work Historical and Theoretical-Methodological Fundaments.

Key words: Social Work. Social Work Historical and Theoretical-Methodological Fundaments History. Totality.

*Assistente Social, doutora em Serviço Social, Professora aposentada da Universidade Federal do Maranhão-UFMA. franci@elo.com.br

INTRODUÇÃO

Este artigo contém um conjunto de reflexões abstraídas dos resultados da pesquisa avaliativa sobre o processo de implementação das diretrizes curriculares em unidades de ensino (UE) de Serviço Social no Brasil, centralizando a discussão e análise em torno do eixo temático relativo a “Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social” nesse processo.

Nestas reflexões destacamos: as referências históricas e conceituais que orientam a problematização do referido eixo, o qual se constitui um dos elementos norteadores do processo de investigação; as tendências das unidades de ensino quanto à concepção da matéria “Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social”; a organização de seus conteúdos e vínculos com componentes curriculares, em particular com as disciplinas que, de acordo com as unidades de ensino que participaram da pesquisa, têm vínculo com a referida matéria e algumas conclusões como contribuição para o avanço e aprofundamento da análise deste recorte temático da pesquisa, bem como para subsidiar possíveis estratégias de enfrentamento das principais questões e dificuldades apontadas pelas unidades de ensino na implementação das atuais diretrizes curriculares, nos cursos de Serviço Social no Brasil.

Para problematizar o recorte temático em discussão, tomamos como referência: a) categorias histórico-conceituais básicas para a reconstrução explicativa do objeto de análise (história, totalidade, contradição e outras); b) a proposta básica para o projeto de formação profissional que subsidiou e sintetiza a formulação das novas diretrizes curriculares aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); c) as diretrizes curriculares formuladas por esta

entidade, orientadas pelo projeto ético-político defendido pela mesma na versão encaminhada, em 1996, à então comissão de especialistas de Ensino em Serviço Social; d) as diretrizes formuladas por esta comissão de especialistas e encaminhadas ao MEC para aprovação; e) as diretrizes aprovadas pelo MEC; f) o texto de referência para a proposta de avaliação da implementação das diretrizes curriculares do curso de Serviço Social, cujo conteúdo refere-se à problematização inicial dos eixos temáticos norteadores e constitutivos da pesquisa avaliativa e g) referências empíricas contidas nos extratos do instrumento de coleta de dados relativos à matéria “Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social” fornecidos pelas Unidades de Ensino que aderiram à pesquisa.

Com base nessas referências, apresentamos uma leitura dos dados fornecidos pelas Unidades de Ensino das diferentes regiões da ABEPSS, a partir de algumas concepções essenciais para esta problematização: concepção do Serviço Social como profissão e seus fundamentos, bem como de outras categorias básicas, já explicitadas anteriormente, indispensáveis para a reconstrução do objeto em discussão.

REFERÊNCIAS HISTÓRICO-CONCEITUAIS SOBRE OS FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL

Entendemos o Serviço Social como uma totalidade histórica, ou complexo de determinações, que, inserida no movimento real totalizante de uma determinada formação social, transforma as suas determinações constitutivas e se transforma na totalidade como profissão. Ao mesmo tempo, exerce influência nas transformações qualitativas das totalidades concretas em que se insere. É, portanto, determinada socialmente e tem uma função

na história.

Pensar a história numa perspectiva materialista é pensá-la como relação entre homem ativo, real e seu mundo objetivo na produção de vida social. É, portanto, pensar a práxis como atividade humana que comporta a produção material e imaterial, reprodução da sociedade, produção e reprodução de formas de pensar e agir. Como ciência, a história constitui-se quando formula o seu objeto, reconstruindo para ele uma explicação que é, ao mesmo tempo, lógica e racional e dá conta, efetivamente, de processos históricos reais.

Nessa racionalidade da realidade social o que importa são “as determinações das totalidades concretas que são históricas; ou seja, o que importa são os elementos constitutivos dessa totalidade, organizados em conjuntos determinados especificamente e qualitativamente”. (CARDOSO, s/d).

Nessa perspectiva de totalidade, a história é pensada como sucessão descontínua de processos históricos e não como sucessão linear de fatos. Seu objeto se constitui por conjuntos ou complexos organizados, configurando uma formação social específica, particular, uma formação que tem suas determinações próprias. Admitindo, portanto, que os fatos históricos são determinados, específicos, para pensar a história é necessário pensar antes o que são essas totalidades de que a história se constitui, indagando sobre suas determinações.

Assim, a configuração das determinações dessas totalidades históricas concretas é a condição para a explicação da história. Isso só é possível sob a condição de que se configure a própria totalidade em movimento, em processo de transformação. É importante ressaltar que, na reconstrução da história de uma dada formação social, nenhuma destas categorias – totalidade e determinação – situa-se no plano da evidência. Estas categorias não são dados que a simples observação possa

recolher, pois não se mostram na aparência. Portanto, para aprendê-las é necessária a utilização de outra “mediação que não seja o aparato sensorial. É necessário utilizar a razão não apenas como capacidade de pensar, mas principalmente como produto do pensamento sistemático já elaborado. Isto é, é necessário pensar o objeto utilizando o conhecimento disponível sobre ele”. (CARDOSO, s/d) Daí a importância da teoria na elaboração do conhecimento da realidade.

Assim, partindo do pressuposto de que há mudanças qualitativas na história e que, de fato, a história como ciência é a história dessas mudanças, a formulação que é reproduzida no plano do pensamento para produção do conhecimento histórico refere-se a cada uma das diferenças qualitativas, ou seja, a uma sociedade específica, a um tipo determinado de sociedade e não à sociedade considerada abstratamente.

Desse modo, se o real é histórico e se a história abrange totalidades essencialmente diferentes ao longo do seu processo, a configuração dos objetos históricos tem que dar conta dessas diferenças essenciais.

Nesses termos, a periodização é fundamental para a apreensão e explicação dessas diferenças. Nesse processo de apreensão e explicação é indispensável a utilização de categorias que possibilitem acesso à generalidade e garantam a apreensão e explicação das especificidades históricas. Categorias que são expressões de formas de existência de objetos históricos e são reconstruídas pelo conhecimento que se formula sobre esses objetos.

Portanto, o Serviço Social como totalidade histórica evidencia-se na relação que se estabelece entre as mudanças qualitativas das determinações da profissão, isto é, dos seus elementos constitutivos (dimensão interventiva, produção de conhecimento, a formação profissional e a organização política) e

as determinações, também qualitativas, das totalidades societárias concretas às quais pertença o Serviço Social. No caso da formação social brasileira, o seu movimento totalizante no processo de mudanças em momentos históricos determinados envolve e influencia mudanças qualitativas das determinações configuradoras do Serviço Social nesses momentos históricos.

Na proposta básica que subsidiou as diretrizes em sua formulação encontra-se a essencialidade dos fundamentos da profissão, no seguinte pressuposto:

O significado sócio-histórico e ideo-político do Serviço Social está inscrito no conjunto de práticas sociais que são acionadas pelas classes e mediadas pelo Estado em face das seqüelas da questão social [...], a particularidade do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo inscrito na divisão social e técnica do trabalho está organicamente vinculada às configurações conjunturais e estruturais da questão social e às formas históricas do seu enfrentamento, que são permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado. (CARDOSO, et. al. 1997).

Esse pressuposto, considerado na referida proposta como o mais importante do Serviço Social, tem sido o maior desafio dos processos de revisão curricular.

Esses processos, desde 1982, têm buscado fundamentar-se nesse pressuposto, na perspectiva de uma formação profissional comprometida com a conquista da emancipação humana.

A busca dessa perspectiva no processo de formação profissional ganhou visibilidade no currículo de 1982, numa dinâmica social marcada pela ascensão das lutas sociais no Brasil, portanto bastante favorável na constituição de um projeto ético-político do Serviço Social, sob a orientação do pensamento crítico articulado à perspectiva emancipatória dos trabalhadores

e de toda a humanidade.

A revisão de 1996 que culmina com as atuais diretrizes curriculares desenvolve-se no contexto das transformações sociais, sob a orientação do neoliberalismo, configurando uma guinada conservadora em relação aos avanços das lutas e conquistas das classes trabalhadoras em décadas anteriores e forte expressão no âmbito acadêmico por meio da influência do chamado pensamento pós-moderno.

Desse modo, o processo de implementação dessas diretrizes se apresenta como um amplo movimento de resistência e confronto por meio da luta em torno de uma formação ético-política com base na teoria social de Marx e na tradição marxista comprometida com as lutas emancipatórias da sociedade. Reafirma, assim, a direção social e política da formação profissional referenciada nas diretrizes contidas no currículo mínimo de 1982, nos códigos de ética de 1986 e 1993, bem como na lei que regulamenta a profissão/1993, e consubstancia-se na produção intelectual e na prática profissional da categoria sustentada na teoria crítica.

Ao mesmo tempo, direções opostas são construídas no movimento contraditório da história da sociedade brasileira e do Serviço Social, nesse contexto influenciadas pelo chamado pensamento pós-moderno que, embora com forte expressão no meio acadêmico, não é hegemônico na formação profissional do Assistente Social. Apesar do enquadramento do projeto de formação profissional em diretrizes, o que aponta para a flexibilização e a possibilidade de esvaziamento de conteúdos compatíveis com o projeto ético-político norteador da revisão curricular, é esse projeto que se mantém hegemônico na proposta das novas diretrizes aprovadas pela ABEPSS.

No que concerne à matéria "Fundamentos Teórico-metodológicos do Serviço Social", os conteúdos que a constituem diferem entre si se compararmos a proposta original da ABEPSS,

aprovada em 1996, com a versão de 1999 da comissão de especialistas. Entretanto, ambas afirmam a perspectiva de unidade entre história teoria e método, bem como a concepção da profissão como totalidade histórica.

Na 1ª proposta, a da ABEPSS, a referida matéria envolve o seguinte conteúdo: “análise da trajetória teórico-prática do Serviço Social no contexto da história da realidade social e a influência das matrizes do pensamento social. O processo de trabalho no processo de produção e reprodução da vida social em relação às refrações das questões sociais nos diferentes contextos históricos” (ABESS/CEDEPSS, 1997, p.70). Esse conteúdo, embora apresente problemas relacionados à concepção de questão social (ao tratá-la como “questões sociais”), aponta um elemento fundamental que é a particularidade histórica do Serviço Social apreendida na história da realidade social em que se insere e aponta, ainda, a exigência de unidade entre os núcleos estruturantes das novas diretrizes na abstração dessa particularidade.

Na versão de 1999, sistematizada pela comissão de especialistas, a matéria em referência tem como ementa:

O processo de profissionalização do Serviço Social nas sociedades nacionais enquanto especialização do trabalho. As fontes teóricas que fundamentam historicamente o Serviço Social e análise de sua incorporação nos modos de pensar e atuar da profissão em suas expressões particulares na Europa, na América do Norte e na América Latina, propriamente no Brasil. O debate contemporâneo do Serviço Social. (Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, 1999).

Nessa versão a ênfase é dada à particularidade da profissão sem apontar claramente a abstração dessa particularidade do complexo das relações de unidade entre os núcleos estruturantes da nova lógica curricular das atuais diretrizes:

núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

O primeiro núcleo trata do ser social como totalidade histórica, fornecendo componentes da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentos da realidade brasileira e do trabalho profissional.

O segundo núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades locais e regionais, articulada à análise da questão agrária e agrícola como elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Essa análise destaca: 1) os padrões de produção capitalista e suas implicações nas condições materiais e espirituais da força de trabalho, bem como as mudanças dos padrões produtivos e de acumulação capitalista, criando uma nova configuração do mundo do trabalho; 2) a constituição do Estado brasileiro, seu caráter, seu papel, a trajetória e as configurações que ele assume nos diferentes momentos conjunturais, seus vínculos com as classes e setores sociais em confronto; 3) o significado do Serviço Social no seu caráter contraditório expresso no confronto de classes vigentes na sociedade e presentes nas instituições, o que remete também à compreensão das dinâmicas organizacionais e institucionais nas esferas estatais e privadas e 4) os diferentes projetos políticos existentes na sociedade brasileira: seus fundamentos, princípios, análise da sociedade, estratégias e programas.

O terceiro núcleo trata da profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. Essa perspectiva recoloca dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas

aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho. A ação profissional, assim compreendida, exige considerar as condições e relações sociais historicamente estabelecidas que condicionam o trabalho do assistente social: os organismos empregadores (públicos e privados) e usuários dos serviços prestados; os recursos materiais e financeiros, acionados para a efetivação desse trabalho e a articulação do assistente social com outros trabalhadores como partícipe do trabalho coletivo. (ABESS/CEDEPSS, 1997)

Essa nova lógica curricular, configurada por esses três núcleos de fundamentos, propõe-se a superar a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem e se contrapõe a tratamento classificatório e hierárquico entre os núcleos. Expressa diferentes níveis de apreensão da realidade social e profissional e aglutina “um conjunto de conhecimentos indissociáveis para a apreensão da gênese, manifestações e enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional”. Os núcleos estruturantes dessa nova lógica “afirmam-se como eixos articuladores da formação profissional pretendida e desdobram-se em áreas de conhecimento que se traduzem pedagogicamente por meio dos componentes curriculares” que se reduzem a matérias e disciplinas. Dentre esses componentes curriculares, ou conteúdos englobados pelos núcleos estruturantes da formação profissional, destacam-se os 5 eixos temáticos que se constituem as referências centrais na pesquisa avaliativa sobre a implementação das diretrizes. São eles: 1) fundamentos históricos teórico-metodológicos do Serviço Social; 2) questão social; 3) trabalho e serviço social; 4) pesquisa e 5) a prática na formação profissional.

Neste artigo, a discussão e análise do eixo “fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social”, bem como a análise dos dados quantitativos e qualitativos referentes às

disciplinas nominadas pelas unidades de ensino com vinculação a esse eixo, aos seus conteúdos ementários, programas e referências bibliográficas, permitem-nos apresentar, a seguir, algumas tendências da implementação das diretrizes quanto: à concepção da matéria “fundamentos históricos teórico-metodológicos do Serviço Social” (FHTMSS) e às formas de organização de seus conteúdos programáticos.

TENDÊNCIAS QUANTO ÀS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E CONCEPÇÃO DA MATÉRIA FHTMSS

A análise dos programas das disciplinas cujos títulos/ conteúdos tratam diretamente da matéria Fundamentos Históricos e Teórico - Metodológicos do Serviço Social, permitem identificar tendências quanto as formas de organizações e concepção dessa matéria, assim configuradas:

(a) Tendência de tratamento dos conteúdos das matérias, com centralidade no Serviço Social como profissão na história, numa perspectiva de totalidade. Nesta tendência, os conteúdos perpassam os diferentes núcleos que estruturam as novas diretrizes curriculares e o eixo articulador é o processo histórico; a visão de fundamentos do Serviço Social ultrapassa a própria profissão e a particularidade do Serviço Social é ressaltada no movimento totalizante da sociedade.

(b) Tendência de tratamento dos conteúdos dos componentes curriculares agrupados como fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social evidenciando uma perspectiva fragmentária da matéria. Esta tendência caracteriza-se pela pulverização de conteúdos, sem a presença de um eixo articulador; os conteúdos não perpassam os diferentes núcleos de fundamentos que estruturam a nova lógica curricular; não há centralidade no Serviço Social para

abstrair a sua particularidade e as disciplinas são isoladas, tratando da história, da teoria e do método sem garantia da unidade entre as mesmas.

c) Tendência quanto à relação entre história, teoria e método de forma dicotômica e reducionista quanto à concepção de fundamentos do Serviço Social. Nesta tendência, os conteúdos das disciplinas não perpassam os diferentes núcleos de fundamentação da nova estrutura curricular; os fundamentos do Serviço Social se reduzem à teoria, método e história e seus conteúdos são organizados e tratados de forma isolada; há ausência de um eixo articulador das disciplinas e ênfase em temas com tendência a autonomizá-lo.

d) Tendência de tratamento sob o ponto de vista da unidade entre história/teoria e método mantendo a visão reducionista quanto aos fundamentos do Serviço Social. Nesta tendência, as disciplinas agrupadas enfatizam o Serviço Social, com destaque à história, teoria e método, expressando uma visão de fundamentos do Serviço Social que se encerra na própria profissão e há um eixo articulador temático por períodos históricos, mas os conteúdos não perpassam os diferentes núcleos de fundamentação já mencionados nas diferentes perspectivas.

As ementas, programas e referências bibliográficas das disciplinas nominadas pelas UE, com vinculação à matéria FHTMSS, cujos conteúdos podem ser acessados no apêndice do relatório final da pesquisa avaliativa, bem como os quadro I e II, expostos a seguir, que arrolam essas disciplinas e ofertas nas diferentes regiões da ABEPSS, são alguns indicadores demonstrativos das tendências anteriormente caracterizadas.

Nº DE ORDEM	DISCIPLINAS	FREQÜÊNCIA DAS UNIDADES DE ENSINO QUE ADOTAM A DISCIPLINA						
		NORTE	SUL I	SUL II	L	CO	NE	TOTAL
1-	Introdução ao Serviço Social	1	11	2	7	2	2	25
2-	Fundamentos Históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social	2	13	10	9	4	6	44
3-	Supervisão Acadêmica/ Estágio supervisionado	1	2	1	2	1	1	08
4-	Ética/Ética Profissional	2	4	3	5	-	2	16
5-	Questão Social/Questão Social Regional/ Questão Social e Serviço Social	-	8	2	4	2	-	
6-	Acumulação Capitalista e Questão Social	-	5	1	-	1	-	07
7-	Trabalho e Sociabilidade/ Serviço Social	-	2	1	1	1	-	5
8-	Serviço Social e Trabalho Profissional	-	-	2	-	-	-	2
9-	História do Serviço Social	1	-	3	2	1	1	08
10-	Pressupostos teóricos do Serviço Social	-	-	1	-	-	1	2
11-	Pressupostos metodológicos do Serviço Social e Fundamentos metodológicos	-	-	1	-	-	1	2
12-	Fundamentos Filosóficos/ Filosofia/ Introdução à filosofia	1	12	5	4	1	3	26
13 -	Estudo de Recursos Sociais	-	-	1	-	-	-	01
14-	Pesquisa/Pesquisa em Serviço Social	1	2	2	3	-	2	10
15-	Classes Sociais e movimentos sociais	-	1	2	1	-	1	05
16-	Administração e Planejamento em Serviço Social	-	2	2	1	-	1	06
17-	Formação Social, Econômica e Política do Brasil	-	9	3	3	-	1	16
18-	Antropologia	-	9	4	4	-	1	18
19-	Política Social/Políticas Sociais	-	4	4	2	-	-	10
20-	Trabalho de Conclusão de curso (TCC)	-	1	1	3	-	1	06
21-	Processo de Trabalho/Processo de Trabalho do Serviço Social	-	5	3	2	-	-	10
22-	Teoria Política	-	6	4	3	-	1	14

Nº DE ORDEM	DISCIPLINAS	FREQÜÊNCIA DAS UNIDADES DE ENSINO QUE ADOTAM A DISCIPLINA						
		NORTE	SUL I	SUL II	L	CO	NE	TOTAL
23-	Psicologia/ Psicologia Social/ Psicologia Geral	-	5	2	2	-	1	10
24-	Sociologia/Teoria Sociológica/ Introdução à Sociologia	-	12	4	5	1	2	24
25-	Economia Política	-	6	3	2	-	1	12
26-	Tendências Teórico-metodológicas do Serviço Social/Matrizes teóricas para o Serviço Social	-	-	1	-	1	-	02
27-	Economia e Economia brasileira contemporânea	-	-	1	2	-	-	03
28-	Fundamentos históricos do Serviço Social	-	1	1	-	-	-	02
29-	Fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social	1	2	1	3	-	-	07
30-	Prática de Investigação em Serviço Social/Seminário de Investigação e Prática	-	1	-	-	1	-	02
31-	Serviço Social e Pensamento contemporâneo	-	3	-	-	1	-	04
32-	Oficina de Instrumentabilidade profissional	-	1	-	1	-	-	02
33-	Oficina de Gestão	-	1	-	-	-	-	01
34-	Movimentos Sociais e Serviço Social	-	1	-	-	-	-	01
35-	Ciência Política	1	3	-	-	-	-	04
36-	Direito e legislação/Direito e cidadania	-	4	-	1	-	-	05
37-	Fundamentos do Serviço Social	-	4	-	2	-	1	07
38-	Oficina de formação profissional	-	2	-	-	-	-	02
39-	Metodologia de Intervenção do Serviço Social/Metodologia do Serviço Social	-	1	-	-	1	1	03
40-	Teoria do Serviço Social e Serviço Social	-	1	-	1	1	-	03
41-	Transformações Societárias e Serviço Social	-	1	-	-	-	-	01
42-	Laboratório de prática profissional/ Oficina do Trabalho profissional	-	-	2	2	-	-	04
43-	Seguridade Social (Saúde, Previdência e Assistência)	-	-	1	1	-	-	02

Nº DE ORDEM	DISCIPLINAS	FREQÜÊNCIA DAS UNIDADES DE ENSINO QUE ADOTAM A DISCIPLINA						
		NORTE	SUL I	SUL II	L	CO	NE	TOTAL
44-	Proteção Integral à família	-	-	-	-	1	-	01
45-	Poder, mediações e estratégias em Serviço Social	-	-	-	-	1	1	02
46-	Instituições e práticas do Serviço Social	-	-	-	-	1	-	01
47-	Oficina de Teoria Social	-	-	-	-	1	-	01
48-	Comunicação oral e escrita	-	-	1	1	-	-	02
49-	Análise de Conjuntura	-	-	1	-	-	-	01
50-	Gestão Social	-	-	-	1	-	2	03
51-	Teoria econômica e capitalismo	-	-	-	1	-	1	02
52-	Introdução às práticas Sociais	-	-	-	-	-	1	01
53-	Elaboração e comunicação do trabalho científico	-	-	-	-	-	1	01
54-	Tópicos em Serviço Social Estado e Sociedade	-	-	-	-	-	1	01
55-	Estatística	-	-	-	-	-	2	2
56-	Metodologia Científica	-	-	-	-	-	2	2
57-	América Latina, História e Atualidade	-	-	-	-	-	1	1
58-	História, Teoria e Método em Serviço Social	-	-	-	-	-	1	1
59-	Cultura Religiosa e Pensamento Católico e Serviço Social	-	-	-	-	-	2	2
60-	Teoria e Metodologia do Serviço Social	-	-	-	-	-	1	1
61-	Métodos Clássicos do Serviço Social	-	-	-	-	-	1	1
62-	Metodologia Atual do Serviço Social	-	-	-	-	-	1	1
63-	Debate Crítico e Teórico-metodológico Contemporâneo do Serviço Social	-	-	-	-	-	1	1
64-	Cotidiano e Identidade do Serviço Social	-	-	-	-	-	1	1
65-	Técnicas de Intervenção	-	-	-	-	-	1	1
66-	Avaliação e Monitoramento em Serviço Social	-	-	-	-	-	1	1
67-	Orientação e Treinamento Profissional	-	-	-	-	-	1	1

Nº DE ORDEM	DISCIPLINAS	FREQÜÊNCIA DAS UNIDADES DE ENSINO QUE ADOTAM A DISCIPLINA						
		NORTE	SUL I	SUL II	L	CO	NE	TOTAL
68	Oficina em Serviço Social	1	-	-	-	-	-	1
69	Tópicos Especiais	1	-	-	-	-	-	1
70	Seminários Temáticos	1	-	-	-	-	-	1
71	Teorias Econômicas e Serviço Social	1	-	-	-	-	-	1
72	Teorias Sociológicas e Serviço Social	1	-	-	-	-	-	1
73	Seminário Pensamento Filosófico Contemporâneo	1	-	-	-	-	-	1
74	Seminário Pensamento Sociológico na Contemporaneidade	1	-	-	-	-	-	1
75	Seminário História do Serviço Social na América Latina	1	-	-	-	-	-	1
76	Seminário História do Serviço Social no Pará	1	-	-	-	-	-	1
77	Instrumentais Teórico-operativos em SS	1	-	-	-	-	-	1

Fonte: Pesquisa avaliativa da implementação das diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social em unidades de ensino no Brasil (2005-2006)

Quadro 1 - Disciplinas nominadas pelas Unidades de Ensino com vinculação ao eixo de fundamentos

Este quadro evidencia o registro de 77 disciplinas nominadas com vinculação à matéria "Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social" por 81 unidades de ensino (UE).

Dessas 81 UE 20 são da região Leste, 05 da Centro-Oeste, 09 da Nordeste, 03 da Norte, 26 da região Sul I e 18 da região Sul II. Proporcionalmente ao número de unidades que aderiram à pesquisa, constituindo-se como respondentes 105 UE, 86% forneceram os dados relativos ao referido quadro. Desse

total que forneceu os dados, contamos com percentual maior, 32,21%, na região Sul I, seguida das regiões leste com 24,7 %, Sul II com 22,2 % e Norte com 3,7 %.

Das 77 disciplinas registradas no quadro I, a que aparece com maior oferta é Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos, adotada por 44 Unidades de Ensino participantes da pesquisa. Segue-se a ela a disciplina de Fundamentos Filosóficos, adotada por 26 UE, Antropologia, por 18 e Ética Profissional por 16, essa com oferta idêntica à formação social, econômica e política do Brasil. Do total registrado, 30 disciplinas são ofertadas apenas uma vez cada uma, em região determinada e em uma unidade de ensino; 14 disciplinas são ofertadas em duas regiões e em cada uma delas, uma UE adota cada uma das disciplinas, com exceção de uma que é adotada por apenas duas unidades da mesma região.

Essa diversidade de oferta pelas unidades de ensino das diferentes regiões é um dos indicadores da existência de inúmeras possibilidades de definições e organização de conteúdos na implementação das diretrizes, considerando não apenas a autonomia das EU, mas por outras razões fundamentais, dentre as quais destacamos: a) possibilidade de substituição, e até retirada desses conteúdos nos ementários propostos pela ABEPSS, ao enquadrarmos a proposta de formação profissional no formato de diretrizes, uma vez que tal "flexibilização", imposta pelo MEC, criou condições para o esvaziamento dos conteúdos compatíveis com o projeto ético-político norteador da revisão curricular ao serem retirados esses conteúdos das diretrizes que foram aprovadas por esse Ministério; b) lacunas e inconsistências ainda presentes nas diretrizes e na sua implementação decorrentes de um processo que não tem avançado, suficientemente, na explicitação de

polêmicas e, menos ainda, no seu aprofundamento em relação às passagens de Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Desenvolvimento de Comunidade para História Teoria e Metodologia e, no atual currículo, para Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social.

Isso implica uma tendência a uma visão reducionista desses fundamentos à unidade entre história, teoria e método no âmbito restrito da profissão, visão fortemente presente na implementação das diretrizes, num percentual superior a 50 % das unidades de ensino que participaram da pesquisa.

Nº DE ORDEM	DISCIPLINAS	FREQUÊNCIA DAS UNIDADES DE ENSINO QUE ADOTAM A DISCIPLINA						
		NORTE	SUL I	SUL II	L	CO	NE	TOTAL
01	Introdução ao Serviço Social	1	11	2	7	2	2	25
02	Fundamentos Históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social	2	13	10	9	4	6	44
03	Supervisão Acadêmica/ Estágio supervisionado	1	2	1	2	1	1	08
04	Ética/Ética Profissional	2	4	3	5	-	2	16
05	Questão Social/Questão Social Regional/ Questão Social e. Serviço Social	-	8	2	4	2	-	16
06	Acumulação Capitalista e Questão Social	-	5	1	-	1	-	07
07	Trabalho e Sociabilidade/ Serviço Social	-	2	1	1	1	-	05
08	Serviço Social e Trabalho Profissional	-	-	2	-	-	-	02
09	História do Serviço Social	1	-	3	2	1	1	08
10	Pressupostos teóricos do Serviço Social	-	-	1	-	-	1	02
11	Pressupostos metodológicos do Serviço Social e Fundamentos metodológicos	-	-	1	-	-	1	02
12	Fundamentos Filosóficos/Filosofia/ Introdução à filosofia	1	12	5	4	1	3	26

Nº DE ORDEM	DISCIPLINAS	FREQUÊNCIA DAS UNIDADES DE ENSINO QUE ADOTAM A DISCIPLINA						
		NORTE	SUL I	SUL II	L	CO	NE	TOTAL
13	Classes Sociais e movimentos sociais	-	1	2	1	-	1	05
14	Formação Social, Econômica e Política do Brasil	-	9	3	3	-	1	16
15	Antropologia	-	9	4	4	-	1	18
16	Política Social/Políticas Sociais	-	4	4	2	-	-	10
17	Processo de Trabalho/Processo de Trabalho do Serviço Social	-	5	3	2	-	-	10
18	Teoria Política	-	6	4	3	-	1	14
19	Psicologia/ Psicologia Social/ Psicologia Geral	-	5	2	2	-	1	10
20	Sociologia/Teoria Sociológica/ Introdução à Sociologia	-	12	4	5	1	2	24
21	Economia Política	-	6	3	2	-	1	11
22	Tendências Teórico-metodológicas do Serviço Social/Matrizes teóricas para o Serviço Social	-	-	1	-	1	-	02
23	Economia e Economia brasileira contemporânea	-	-	1	2	-	-	03
24	Fundamentos históricos do Serviço Social	-	1	1	-	-	-	02
25	Fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social	1	2	1	3	-	-	07
26	Serviço Social e Pensamento contemporâneo	-	3	-	-	1	-	04
27	Movimentos Sociais e Serviço Social	-	1	-	-	-	-	01
28	Ciência Política	1	3	-	-	-	-	04
29	Fundamentos do Serviço Social	-	4	-	2	-	1	07
30	Metodologia de Intervenção do Serviço Social/Metodologia do Serviço Social	-	1	-	-	1	1	03
31	Teoria do Serviço Social e Serviço Social	-	1	-	1	1	-	03
32	Transformações Societárias e Serviço Social	-	1	-	-	-	-	01
33	Laboratório de prática profissional/ Oficina do Trabalho profissional	-	-	2	2	-	-	02
34	Seguridade Social (Saúde, Previdência e Assistência)	-	-	1	1	-	-	02

Nº DE ORDEM	DISCIPLINAS	FREQUÊNCIA DAS UNIDADES DE ENSINO QUE ADOTAM A DISCIPLINA						
		NORTE	SUL I	SUL II	L	CO	NE	TOTAL
35	Poder, mediações e estratégias em Serviço Social	-	-	-	-	1	1	02
36	Instituições e práticas do Serviço Social	-	-	-	-	1	-	01
37	Oficina de Teoria Social	-	-	-	-	1	-	01
38	Teoria Econômica e capitalista	-			1		1	02
39	Tópicos em Serviço Social e Estado e Sociedade	-			-		-	01
40	História, Teoria e Método em Serviço Social						1	1
41	Teoria e Metodologia do Serviço Social						1	1
42	Métodos Clássicos do Serviço Social						1	1
43	Metodologia Atual do Serviço Social						1	1
44	Debate Crítico e Teórico-metodológico Contemporâneo do Serviço Social						1	1
45	Cotidiano e Identidade do Serviço Social						1	1
46	Oficina em Serviço Social	1						1
47	Teorias Econômicas e Serviço Social	1						1
48	Teorias Sociológicas e Serviço Social	1						1
49	Seminário Pensamento Filosófico Contemporâneo	1						1
50	Seminário Pensamento Sociológico na Contemporaneidade	1						1
51	Seminário História do Serviço Social na América Latina	1						1
52	Seminário História do Serviço Social no Pará	1						1
53	Instrumentais Teórico-operativos em Serviço Social.	1						1

Quadro 2 – Disciplinas cujos títulos / conteúdos tratam diretamente do eixo Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social, por Região.

O quadro 2, de acordo com a nossa análise, registra as disciplinas cujos títulos / conteúdos sugerem possuir um vínculo mais direto com a matéria Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social, uma vez que tratam dos componentes da vida Social que constituem o ser social como totalidade histórica; dos determinantes e determinações constitutivas das bases econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira e do trabalho profissional (Apêndice do relatório final da pesquisa).

Esses conteúdos estão englobados pelos núcleos de fundamentação da nova lógica curricular os quais, reafirmamos, constituem-se dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social como profissão.

Podemos observar neste quadro que: o total de disciplinas registradas (53) corresponde a 67 % do total apresentado pelas UE que responderam sobre as disciplinas vinculadas a FHTMSS, a região SUL I apresenta um número maior de oferta das referidas disciplinas e a disciplina mais ofertada é FHTMSS.

É importante lembrar a diferença entre as regiões quanto ao número de UE existentes, o que, é óbvio, interfere no quantitativo de ofertas.

Entretanto, temos que considerar um outro aspecto que concorre para as diferenciações nesse quantitativo. Trata-se da concepção das unidades quanto a fundamentos do Serviço Social, o que implica os desdobramentos nas formas de organização dos conteúdos programáticos e definição das disciplinas nominadas com vinculação à matéria FHTMSS, conforme quadro II e apêndice do relatório final da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas considerações finais ressaltamos algumas

dificuldades apontadas pelas UE que participaram da pesquisa, como grandes desafios enfrentados e a serem superados na implementação das diretrizes:

- garantia da transversalidade da questão social nas disciplinas de FHTMSS;
- garantia de unidade entre história teoria e método nessas disciplinas;
- domínio de categorias fundamentais das diferentes matrizes teóricas que subsidiam o profissional;
- apreensão de categorias pertencentes ao quadro referencial de Marx e da tradição marxista;
- aprofundamento do conhecimento histórico do contexto sócio-econômico e político do Brasil por parte de docentes e discentes;
- compreensão histórica da profissão respaldada em uma concepção crítico-dialética.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social. In: **Cadernos ABESS**, São Paulo: Cortez Editora, n. 7, 1997.

ABEPSS. Grupo de Trabalho das Diretrizes Curriculares. Pesquisa Avaliativa da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social. **Projeto de Pesquisa**. Recife: ABEPSS, 2006.
ABEPSS. Texto de referência para a proposta de avaliação da implementação das diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social, Recife, 2005.

_____. **Relatório final da Pesquisa avaliativa da implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social** (versão preliminar - circulação interna). São Luís: ABEPSS, 2007.

ABREU, Marina Maciel; LOPES, Josefa Batista. Formação Profissional e Diretrizes Curriculares. In: **Revista Inscrita**, Brasília, CFESS, n.10, 2007.

BRASIL. SESu/MEC. Comissão de especialistas. **Diretrizes Curriculares – Curso: Serviço Social**. 1999.

CARDOSO, Isabel Cristina et al. Proposta básica para o projeto de formação profissional-novos subsídios para o debate. In: **Cadernos ABESS**, São Paulo: Cortez Editora, n. 7, 1997.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **A Periodização e a Ciência da História**. [s/d.]. mimeografado.

TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL:

considerações sobre o conteúdo dos componentes curriculares

Ana Elizabete Mota*

RESUMO

O artigo contém uma síntese dos resultados da pesquisa "Avaliação da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social" realizada pela ABEPSS, em 2006, e é baseado no relatório final da pesquisa, já divulgado pela ABEPSS. Expõe o tratamento dispensado pelas unidades de ensino de Serviço Social às matérias Trabalho e Sociabilidade e Serviço Social e Processos de Trabalho em conformidade com as Diretrizes Curriculares formuladas pelas ABEPSS, em 1999, e encaminhadas ao MEC. Inicialmente discorre sobre as mudanças nas epígrafes e conteúdos das matérias ocorridas no processo de formulação das Diretrizes (1996-1999), destacando a natureza dessas alterações e seus possíveis impactos no processo de implementação das Diretrizes; em seguida apresenta os dados empíricos da pesquisa que abrangeu 105 Cursos de Serviço Social e faz apreciações sobre a diversidade e heterogeneidade de tratamentos dados aos componentes curriculares que tratam sobre trabalho, trabalho e Sociabilidade e Serviço Social. Nas conclusões são apontadas questões que têm incidência no conteúdo da formação profissional e feitas algumas considerações sobre a relação entre os conteúdos propostos nas Diretrizes e o que efetivamente vem sendo realizado nas Unidades de Ensino.

Palavras-chave: Trabalho. Sociabilidade. Serviço Social. Diretrizes Curriculares.

ABSTRACTS

The article contains a summary of search results " Evaluation of Implementation of Curricular Policies of the Course of Social Work", was conducted by ABEPSS in 2006 and is based on the final report of the research already disclosed by ABEPSS. It spells out the treatment afforded by the

* Doutora em Serviço Social e Professora Titular do Departamento de Serviço Social da UFPE. bmota@elogica.com.br

units of teaching materials to the Labour and Sociability and Social Work and Work Processes, in accordance with the curriculum issued by ABEPSS in 1999 and sent to the MEC. Initially talks about the changes in the headings and content of the materials during the process of formulating the Curricular Policies (1996-1999), highlighting the nature of these changes and their possible impacts in the process of implementing the Curricular Policies and then present the empirical data of the survey which covered 105 Courses Social Work and make assessments of the diversity and variety of treatments given to curriculum components that deal on work, work and Sociability and Social Work. The conclusions are outlined issues that affect the content of vocational training and made some considerations about the relationship between the content proposed in the Curricular Policies and what actually is being held in units of education.

Key words: Labor. Curricular Policies. Sociability. Social Work.

INTRODUÇÃO

Os resultados da pesquisa sobre a implementação das diretrizes curriculares do curso de graduação em Serviço Social, realizada em 2006, sob coordenação geral do GT das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, indicam, em grandes linhas, o estado da arte da implementação das Diretrizes em 105 unidades de ensino de Serviço Social, distribuídas pelas seis Regiões adotadas pela ABEPSS: Nordeste, Norte, Centro-Oeste, Sul I, Sul II e Leste. A pesquisa reuniu dados quantitativos e qualitativos sobre a caracterização e o perfil das Unidades de Ensino (UE), a organização e o conteúdo dos componentes curriculares, além de aprofundar informações sobre os eixos centrais da pesquisa, dentre eles Trabalho e Serviço Social, objeto do presente artigo. Os resultados apresentados discorrem sobre a organização curricular nas 105 Unidades de Ensino que integraram o universo empírico da pesquisa, por Região, e os conteúdos dos componentes curriculares: disciplinas, ementas, programas e bibliografias, que abordam os temas: trabalho, trabalho e Serviço Social.

Na produção intelectual e nas discussões sobre o Serviço Social, a partir dos anos 80, a referência à categoria trabalho vem sendo feita a partir dos fundamentos da Crítica da Economia Política e deve-se à publicação do livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, de autoria de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho (1982), o aporte teórico que permitiu qualificar as particularidades do Serviço Social na sociedade capitalista. Na década de 1990 as referências às mudanças no mundo do trabalho, como uma das determinações dos processos sociais contemporâneos que afetam o exercício e a formação profissional do Serviço Social, tornam-se recorrentes. Desde então, observa-se uma ampliação do debate acadêmico, com ênfase na dimensão ontológica e sócio-histórica do trabalho, donde o destaque à centralidade do trabalho na constituição do ser social e às suas particularidades sob o capital. Essa abordagem foi enriquecida historicamente com discussões sobre a crise capitalista, as mudanças no mundo do trabalho e as inflexões destes processos no âmbito dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social.

Nesse movimento, as referências ao trabalho e à relação entre trabalho e Serviço Social ampararam discussões e polêmicas, dentre elas a que diz respeito à pertinência ou não da utilização da categoria trabalho na análise da profissão e do exercício profissional dos Assistentes Sociais. Essa discussão produziu uma profícua reflexão na Área, sob a regência do pensamento crítico, inspirada na obra de Marx e de autores da sua tradição ainda que, por vezes, tenha sido e seja contestada sob a influência de outras vertentes teóricas, especialmente a inspirada no pensamento pós-moderno que nega a centralidade do trabalho na formação da sociabilidade.

Tal processo imprimiu novos rumos teórico-metodológicos à pesquisa e à formação profissional que se expressaram na construção das Diretrizes Curriculares, no Código

de Ética, nas temáticas de pesquisa e no desenho do que é concebido como o projeto ético-político profissional. Seja para afirmá-los, seja para negá-los, ainda que por caminhos os mais diversos, o debate foi posto na área do Serviço Social.

Reconhecido o mérito dessa aproximação do Serviço Social à temática do trabalho, é inegável que o movimento de apropriação dessa categoria é complexo, árduo e ainda insuficientemente incorporado pela comunidade acadêmica. A rigor, não foram esgotados os debates sobre questões relativas aos vetores teórico-metodológicos e históricos que permitem articular as macro-questões afetas ao trabalho humano - em geral e sob o capital - com o caráter e os requerimentos de uma atividade profissional como a de Serviço Social¹; nem suficientemente trabalhadas as mediações que articulam este complexo teórico com as especificidades de uma profissão vocacionada para a intervenção social. Mas, sem dúvidas, as Diretrizes Curriculares foram fundamentais para a socialização de novos temas e conceitos no âmbito do Serviço Social. Persistem

¹ A comunidade acadêmica, desde 1996, não vem se furtando ao debate sobre os nós problemáticos que a abordagem entre trabalho e Serviço Social encerra. Alguns textos relevantes foram produzidos, inclusive expondo pontos de vista divergentes. Cfe. ARAÚJO, N.M.S. Serviço Social e Revisão Curricular dos anos 90. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife. 2000; CARDOSO, F.G. As novas diretrizes curriculares para a formação profissional do Assistente social: principais polêmicas e desafios. IN: ABEPSS, Temporalis, V.1, nº 2, pp.7-17, Cortez Editora, São Paulo, 2000; COSTA, G.Macedo. Trabalho e Serviço Social: debate sobre a concepção de Serviço Social como processo de trabalho com base na ontologia de Georg Lukács. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife. 1999. GRANEMANN, S. Processos de Trabalho e Serviço Social. CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB. Brasília, 1999; IAMAMOTO, M. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 1998) Todavia, em outubro de 2007 foram lançados dois livros que são leitura obrigatória para o aprofundamento desta discussão, ainda que respeitadas suas distintas abordagens sobre o tema. Referimo-nos aos títulos Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche, publicado pela Cortez, de autoria de Marilda Iamamoto e Serviço Social e Trabalho: porque o Serviço Social não é Trabalho, publicado pela EDUFAL, de autoria de Sergio Lessa.

indagações no coletivo profissional, muitas delas explicitadas nos fóruns acadêmicos da profissão e ainda necessitando de respostas mais claras e elucidativas, tais como: Serviço Social é ou não trabalho? Produz ou não mais-valia? Tem ou não autonomia? É trabalho produtivo ou improdutivo? Está inscrito em um processo de trabalho? É partícipe de processos de trabalho ou possui um processo de trabalho próprio?

Malgrado o que se afirmou na trajetória iniciada com a aprovação das Diretrizes e prosseguida com a sua implementação, (seja via novos cursos ou revisão curricular dos existentes) ainda persiste no discurso docente a alegação de que é necessária uma melhor apropriação da proposta e dos conhecimentos elencados nas Diretrizes. Essa alegação, todavia, vem deslizando por duas vertentes: o da qualificação docente e outra, que consiste na crítica político-ideológica da fundamentação e direção teórico-política adotadas nas Diretrizes, sob o argumento de que o acervo teórico-metodológico nelas inscrito não respalda as exigências prático-operativas da profissão.

Nessa direção, a pesquisa realizada pela ABEPSS permitiu identificar as tendências prevalecentes nos currículos, assim como a incorporação que fazem as Unidades de Ensino das Diretrizes Curriculares no que tange ao Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. Foi um passo importante para conhecer alguns aspectos da formação profissional e certamente fornecera subsídios que poderão fomentar mudanças e revisões nos projetos pedagógicos do curso e contribuir no refinamento de alguns conteúdos das próprias Diretrizes. Vale ressaltar que o presente artigo é resultado dessa pesquisa, da qual participei como integrante do GT e que incorpora grande parte do relatório final, já divulgado pela ABEPSS, embora sejam de minha inteira responsabilidade as apreciações aqui registradas.

AS MUDANÇAS NO CONTEÚDO DAS MATÉRIAS E OS POSSÍVEIS IMPACTOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES

Com a promulgação da LDB em dezembro de 1996, através da Lei 9394, a proposta do novo currículo mínimo do Curso de Serviço Social precisou ser adequada às exigências da lei que, dentre outros aspectos, substituiu o currículo mínimo dos cursos de graduação pela definição de Diretrizes Gerais. Sob a coordenação da ABEPSS e através de uma comissão de especialistas, a área do Serviço Social envidou todos os esforços para assegurar o escopo da sua proposta curricular, elaborando alguns ajustes que permitiriam atender às exigências legais, sem alterar os fundamentos, os princípios e o quadro teórico de referência da formação profissional. Todavia, no interregno entre o encaminhamento original de 1996 e a aprovação das Diretrizes em 2001 o processo sofreu reveses, dentre eles a descaracterização da proposta encaminhada pela ABEPSS. Vale ressaltar que nas Diretrizes Curriculares aprovadas pelo MEC, em 2001, foram feitas mudanças substantivas no documento final, descaracterizando o conteúdo das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social elaboradas pela ABEPSS. As supressões incidiram tanto no perfil do profissional como no elenco das competências e na total exclusão das matérias e ementas elaboradas pela Comissão de Especialistas, em 1999².

Ao longo desse processo de ajustes e independente da arbitrariedade dos relatores do MEC, que suprimiram os aspectos acima referidos, algumas mudanças, resultado da própria maturação intelectual da proposta original das Diretrizes, foram feitas, ocasionando alterações na definição de alguns dos tópicos de estudos necessários à formação do profissional de

² Cf. MEC/SESU/CONESS/Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. Diretrizes Curriculares. Curso: Serviço Social. Brasília, 26/02/1999 e "Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, aprovadas em 03/04/2001 pelo MEC".

Serviço Social. Por essa razão, e levando em conta a existência de uma grande diversificação nas epígrafes das disciplinas que tratam sobre a categoria trabalho e sua relação com o Serviço Social nos cursos que participaram da pesquisa da ABEPSS, tornou-se relevante observar a natureza conceitual dessas mudanças para aquilatar seu impacto na definição dos componentes curriculares vigentes dos cursos.

Em função disso, foram consultados os documentos e publicações da Área sobre as Diretrizes Curriculares, especialmente as "Diretrizes Gerais" e os documentos da Comissão de Especialistas, constatando-se a existência de alterações na definição de algumas matérias, fato que repercutiu na formulação dos projetos pedagógicos dos cursos.

Ao comparar a formulação original do Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, aprovado em 1996, e o texto final encaminhado ao MEC, em 1999, e que subsidiou o SINAES em 2005, constata-se inflexões nas formulações teóricas, nas epígrafes e no ementário das matérias/tópicos de estudo. Há mudanças relativas à concepção e aos conteúdos. Como se pode constatar abaixo, em 1996, afirmava-se,

O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. Tal perspectiva permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho - instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer o produto do trabalho profissional em suas implicações materiais, ideológicas e econômicas. A ação profissional, assim

compreendida, exige considerar as condições e relações sociais historicamente estabelecidas que condicionam o trabalho do assistente social: os organismos empregadores (públicos e privados) e usuários dos serviços prestados; os recursos materiais, humanos e financeiros acionados para a efetivação desse trabalho e a articulação do assistente social com outros trabalhadores, como partícipe do trabalho coletivo. (ABESS/CEDEPSS, 1995 e 1996)

Em 1999 essa definição é alterada substantivamente na medida em que a prática do Serviço Social não mais é concebida como concretização de um processo de trabalho à semelhança de todo e qualquer processo de trabalho. Na nova formulação,

O núcleo de fundamentos do trabalho profissional compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. Tais elementos encontram-se articulados por meio da análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos de trabalho em que se inserem, desdobrando-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais ao exercício de suas funções, resguardando as suas competências específicas normatizadas por lei.

Essa mudança alterou substantivamente o manuseio da categoria “processo de trabalho” com implicações no entendimento da prática profissional no âmbito da divisão sociotécnica do trabalho e na sua apreensão como parte de processos coletivos de trabalho na sociedade, donde o destaque ao sujeito profissional e ao conjunto de fundamentos e conhecimento que compõem uma profissão.

Por seu turno, o conjunto de conhecimentos elencados em cada um dos momentos (1996 e 1999), especialmente em relação à abordagem da categoria trabalho, foi alterado, como se

evidencia a seguir. Em relação à categoria Trabalho, em 1996, observa-se sua presença nos conteúdos das seguintes matérias:

- **Filosofia:** Os fundamentos ontológicos do ser social. A dimensão da sociabilidade, trabalho e alienação. As formas de consciência: política, ciência, religião, moral e arte. As atuais reflexões éticas sobre a ciência e suas repercussões no mundo do trabalho. Correntes filosóficas e suas influências no Serviço Social.
- **Processo de Trabalho do Serviço Social:** O trabalho como elemento fundante do ser social. Especificidade do trabalho na sociedade burguesa e a inserção do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. O trabalho profissional em face das mudanças no padrão de acumulação capitalista e regulação social. Os elementos constitutivos do processo de trabalho do assistente social considerando: a análise dos fenômenos e das Políticas Sociais; o estudo da dinâmica institucional; os elementos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social na formulação de projetos de intervenção profissional; as demandas postas ao Serviço Social nos espaços ocupacionais da profissão, nas esferas pública e privada e as respostas profissionais a essas demandas. O assistente social como trabalhador e o produto do seu trabalho. Supervisão do processo de trabalho e o Estágio.
- **Economia Política:** A constituição da economia política como campo científico. O Liberalismo, o Keynesianismo, o Neoliberalismo e a Crítica Marxista da Economia Política. Os projetos societários gestados nos modos de organização das relações econômico-políticas de produção e reprodução. As mudanças contemporâneas no padrão de acumulação e suas expressões na economia brasileira e internacional.

No texto de 1999 ocorreram mudanças, onde se destacam algumas supressões no ementário de Filosofia e Economia Política, além de alterações na epígrafe de matérias existentes, bem como a criação de mais uma matéria. São elas:

- **Trabalho e Sociabilidade** - Trabalho e relações sociais na sociedade contemporânea. Divisão social do trabalho.

Produção social e valor. Trabalho assalariado, propriedade e capital, processos de trabalho e produção da riqueza social. Trabalho e cooperação: o trabalhador coletivo. Trabalho produtivo e improdutivo. A polêmica em torno da crise da sociedade do trabalho.

- **Serviço Social e Processos de Trabalho** - O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. A inserção do Assistente Social nos processos de trabalho: questão social, políticas e movimentos sociais, a dinâmica institucional e a formulação de projetos de pesquisa e intervenção. Espaços ocupacionais do Serviço Social nas esferas pública e privada. O Assistente Social como trabalhador, as estratégias profissionais, o instrumental técnico-operativo e o produto do seu trabalho. Supervisão do trabalho profissional e estágio.

- **Economia Política** - Sistema capitalista segundo as análises liberal, marxista, keynesiana e neoliberal. As transformações contemporâneas no padrão de acumulação e suas implicações nos mecanismos de regulação social.

- **Filosofia** - Principais correntes filosóficas no século XX (marxismo, neotomismo, neopositivismo, fenomenologia) e suas influências no Serviço Social.

Sobre os ajustes realizados entre a proposta aprovada, em 1996, e a encaminhada ao MEC, em 1999, nota-se, por exemplo, que em 1996 a matéria Filosofia enfocava os fundamentos ontológicos do ser social e a dimensão da sociabilidade, trabalho e alienação. Em 1999 o conteúdo da matéria se atém às correntes filosóficas no século XX (marxismo, neotomismo, neopositivismo, fenomenologia) e suas influências no Serviço Social. Nesse caso específico é provável que tal mudança tenha interferido na ausência de abordagens sobre a dimensão ontológica do trabalho, tema pouco presente nas disciplinas dos cursos, conforme constatado na pesquisa.

A matéria Economia Política também sofreu modificações entre a proposta de 1996 e a de 1999. A redefinição empreendida em 1999 altera o ementário que passa a ser: "Sistema capitalista segundo as análises liberal, marxista, keynesiana e neoliberal. As transformações contemporâneas no padrão de

acumulação e suas implicações nos mecanismos de regulação social". Desta redefinição resultou uma mudança na referência à Crítica da Economia Política (predominante na ementa anterior) e a subtração de uma referência teórica importante - "os projetos societários gestados nos modos de organização das relações econômico-políticas de produção e reprodução" - que dava conta das mediações inerentes ao processo de reprodução das relações sociais. Se na matéria Filosofia a categoria reprodução não mais comparecia, na da Economia Política também não, embora esta seja uma categoria central para o entendimento do significado social da profissão de Serviço Social e das contradições que o atravessam. Embora a nova matéria "Trabalho e Sociabilidade" incorpore ao seu ementário conceitos básicos da Crítica da Economia Política, os de cultura, ideologia, alienação e formas de consciência sócio-histórica e sujeito social não comparecem.

Em relação ao conteúdo da matéria Processo de Trabalho do Serviço Social, posta no documento de 1996, observa-se que o conteúdo do ementário ressalta o trabalho como elemento fundante do ser social, seguindo-se a abordagem das particularidades do trabalho na sociedade burguesa e a consideração do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. De igual modo, trata sobre o trabalho profissional em face das mudanças no padrão de acumulação capitalista e regulação social, além dos elementos constitutivos do processo de trabalho do Assistente Social. Em 1999 esse conteúdo foi subdividido em duas matérias - Serviço Social e Processos de Trabalho e Trabalho e Sociabilidade - concomitante à alteração no ementário da Filosofia, como já foi dito. Nesse caso houve um significativo enriquecimento no conteúdo dessas duas novas matérias, embora sem suprir integralmente o conteúdo de 1996, relativo às matérias Filosofia e Economia Política.

Observou-se que a nomenclatura da matéria Processo

de Trabalho do Serviço Social sofre uma mudança de fundo – supera-se a idéia de um processo de trabalho próprio do Serviço Social para propor Serviço Social e Processos de Trabalho, uma concepção muito distinta do ponto de vista teórico-metodológico e com desdobramentos importantes e positivos no conteúdo das disciplinas que tratam sobre Trabalho e Serviço Social, justificando, também, novos conhecimentos em “trabalho e sociabilidade”.

A matéria Trabalho e Sociabilidade enfoca a questão do trabalho sob o capital, mas não repõe os fundamentos ontológicos do trabalho tal como postos originalmente na matéria Filosofia, criando uma lacuna em relação a esse conteúdo.

A ementa da matéria Serviço Social e Processos de Trabalho retoma parte do conteúdo de Processo de Trabalho do Serviço Social e supera a referência ao “processo de trabalho do Serviço Social”, bem como aos elementos que seriam constitutivos do seu processo de trabalho.

Os aspectos anteriormente destacados não podem ser minimizados como uma mera questão terminológica entre o proposto em 1996 e o redefinido em 1999, pelo peso e implicações que lhes são inerentes. Embora sejam notórios os ganhos com a redefinição dos usos da teoria do processo de trabalho – como explicativo de um processo próprio ou lastro da inserção do Serviço Social em processos coletivos de trabalho – eles se tornaram problemáticos porque os argumentos que ampararam as modificações não foram pedagogicamente trabalhados e divulgados.

Como se não fosse suficiente ter Diretrizes “oficiais” dilapidando o conteúdo da proposta encaminhada pela ABEPSS em 1999, também docentes e discentes conviveram com diferentes referências: a publicação das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, em 1997, no Caderno ABEPSS 7, com ampla circulação junto às Unidades de Ensino e a proposta encaminhada

ao MEC, em 1999, esta última não publicada, nem suficientemente divulgada na íntegra em nenhum periódico de grande circulação. O conjunto das alterações na definição das Diretrizes certamente produziu reflexos nos cursos criados a partir de 2001, bem como nos que realizaram reformas curriculares, embora a descaracterização das Diretrizes aprovadas pelo MEC seja o principal problema.

Em consulta feita às Revistas Temporalis, a despeito dos inúmeros textos publicados nos seus 12 exemplares, com larga predominância de artigos, ensaios e relatórios de Oficinas sobre formação profissional, diretrizes curriculares, reforma do ensino superior, pesquisas e temáticas específicas como Trabalho e Questão Social, não foram localizados artigos que expliquem ou orientem a comunidade sobre as mudanças realizadas em 1999. Apenas um exemplo: Por que não mais a matéria processo de trabalho do Serviço Social e, sim, Serviço Social e processos de trabalho? Por que os conteúdos de Filosofia se concentraram nas correntes filosóficas e suas influências no Serviço Social e não na ontologia do ser social?

Não foi por acaso que, no tocante à discussão sobre a categoria trabalho e à relação entre trabalho e Serviço Social, foram identificados no rol dos componentes curriculares das UE formulações e terminologias distintas sobre a questão do Trabalho e Trabalho e Serviço Social em todas as Regiões.

Feitas essas observações, pode-se concluir que, no processo de implementação das Diretrizes, os textos que orientaram as Unidades de Ensino e, provavelmente os avaliadores de novos cursos, tinham propostas diferentes no tocante ao manuseio da teoria do Processo de Trabalho, especificamente no que diz respeito à concepção da prática profissional como materialização de um processo de trabalho e aos seus elementos constitutivos, considerados comuns a todo e qualquer processo de

trabalho; e o entendimento do significado da profissão no âmbito da divisão sociotécnica do trabalho, cujo exercício ou prática profissional se define e desenvolve no âmbito dos processos coletivos de trabalho na sociedade, ressaltando a distinção entre as características de uma profissão como conjunto de conhecimentos e competências historicamente construídas e a particularidade do sujeito profissional qualificado como trabalhador e, portanto, submetido às constrições inerentes ao trabalho assalariado na sociedade capitalista.

2 SOBRE A ORGANIZAÇÃO E OS CONTEÚDOS DOS COMPONENTES CURRICULARES QUE ABORDAM A TEMÁTICA TRABALHO.

Os dados fornecidos pelas 105 Unidades de Ensino (Quadro 1) sobre as disciplinas e demais componentes curriculares que operam o conteúdo das matérias “Serviço Social e Processos de Trabalho” e “Trabalho e Sociabilidade” indicam uma significativa diversificação de epígrafes e conteúdos que revelam interpretações distintas sobre os conhecimentos indicados nas matérias. A partir da leitura dos ementários e programas de cada um destes componentes, detalhados no relatório final da pesquisa (MOTA, 2007), foi possível identificar algumas tendências predominantes em cada Região.

Região	UE na Região	UE Participantes	Percentual
Norte	09	4	44,44%
Sul I	48	31	64,58%
Sul II	33	26	78,78%
Leste	58	26	44,82%
Centro Oeste	07	5	71,42%
Nordeste	14	13	92,81%
Total	169	105	62,13

Quadro 1 – Unidades de Ensino participantes - por região

O elenco dos componentes curriculares tem relação com as particularidades regionais, a natureza das Unidades de Ensino e dão sinalizações de tendências na apropriação das Diretrizes. Embora um dos princípios das Diretrizes seja a flexibilidade, o que faculta as UE a construírem uma organização curricular compatível com sua proposta pedagógica, observaram-se interpretações distintas do conteúdo das diretrizes. Uma apreciação mais detalhada, por Região, mostra que:

1) Na Região Norte quatro Unidades de Ensino participaram da pesquisa. Dentre os 13 componentes listados, 4 enfocam o tema trabalho, todavia eles não se destacam numericamente dos demais. Dos quatro componentes específicos, somente foram enviados dois programas com bibliografias. O conteúdo programático destes últimos apresenta o seguinte perfil: um reproduz integralmente a ementa da Matéria Serviço Social e Processos de Trabalho e o outro expõe na primeira unidade a discussão sobre trabalho e sociabilidade, mas 2/3 do programa se voltam para os processos de trabalho em campos específicos de atuação profissional.

2) Na Região Sul1, com 31 Unidades de Ensino participantes, dentre os 74 componentes listados, 19 enfocam o tema trabalho em suas mais diversas variações. Desses 19 componentes, foram encaminhados 17 programas, muitos deles repetidos ipisis litteris em várias Unidades de Ensino pertencentes a um mesmo grupo privado de educação. Nessa Região, levando em conta o volume da oferta e as variações nos conteúdos, observa-se que somente seis conteúdos programáticos estão dirigidos especificamente para a compreensão da categoria trabalho, isto é, na sua dimensão teórica, histórica e ontológica. Em quatro programas a primeira unidade (1/3 do conteúdo) aborda os fundamentos teóricos e as demais (2/3) se voltam para os temas: demandas,

instrumentos e campos de atuação. O vasto elenco de disciplinas, sob o título Serviço Social e Processo(s) de Trabalho e (em) Serviço Social, trata sobre instrumentos, objetos, meios, instrumentalidade e especificidades dos espaços ocupacionais. Chama atenção a existência de uma gama de disciplinas cujos títulos invocam a denominação de processo de trabalho em instituições e/ou abordagens. São exemplos: Processos de Trabalho: abordagem individual, coletiva e grupal; Processo de Trabalho Sócio-jurídico; etc.; que podem ser vistas no Quadro 2. Outra característica da Região é a dimensão da oferta das disciplinas das áreas de Planejamento e Administração, Política, Ética e Pesquisa, indicadas pelas Unidades como parte dos componentes que tratam sobre Trabalho e Serviço Social.

3) Na Região Sul 2, que integrou a pesquisa com de 26 Unidades de Ensino, dentre os 56 componentes listados, 10 enfocam diretamente o tema trabalho, que se desdobrou em 36 ofertas realizadas por 12 Unidades. Das 12 Unidades de Ensino que ofertaram estes conteúdos específicos, somente 7 enviaram os programas das disciplinas com ementas e bibliografias. As disciplinas cujas epígrafes são Processo de Trabalho e Serviço Social, com maior oferta em seus conteúdos, tratam inicialmente das mudanças no mundo do trabalho e, em seguida, abordam questões as mais diversas: indo desde o mercado de trabalho profissional até as características da ação profissional, com destaque para abordagens, instrumentos e técnicas, tais como: entrevistas e observações, pareceres, visitas domiciliares e encaminhamentos. As disciplinas Trabalho e Sociabilidade, com 4 ofertas, discutem algumas categorias da crítica da economia política e as particularidades do trabalho sob o capital a partir do Séc. XX. As que ofertam Processo de Trabalho do Serviço Social tratam da atuação profissional em espaços ocupacionais específicos, assim como sobre representações, práticas e supervisão. Uma das características dessa região é a indicação

da disciplina Economia Política como área de conhecimento que fundamenta a discussão sobre o trabalho em 3 unidades de ensino. Em grandes linhas pode-se afirmar que na Região, segundo os dados analisados, os componentes que discutem diretamente a relação entre trabalho e Serviço Social, independente da sua denominação, enfocam as mudanças contemporâneas no mundo do trabalho e tratam a relação entre processo(s) de trabalho e Serviço Social, seja como processo próprio ou via inserção em processos coletivos, a partir das características da prática profissional, ou seja, subjaz a idéia que a prática é um processo de trabalho e, por isso, os objetos específicos, os instrumentos e meios são parte do processo de trabalho do Serviço Social. Persiste nessa Região a tendência já identificada nas anteriores de uma significativa oferta das disciplinas de Administração e Planejamento que se amplia com 10 ofertas de Gestão Social, seguindo-se as de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social (9), Ética e Serviço Social (13) e Estágio (7).

4) Na Região Leste, que à época da pesquisa concentrava o maior número de cursos de Serviço Social, responderam aos questionários 26 Unidades de Ensino, representando 44,82% das UE da Região. Dentre os 93 componentes listados, 18 tratam diretamente do tema trabalho e trabalho e Serviço Social com 32 ofertas. Um destaque dessa Região é a inclusão das disciplinas de Política Social/setorial no elenco dos componentes que, segundo as UE, dizem respeito à Matéria Serviço Social e Processos de Trabalho. Persiste a oferta de Administração e Planejamento, Ética, Estágio e Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos à semelhança das demais Regiões. No que diz respeito aos componentes que tratam diretamente trabalho e Serviço Social, dentre os 32 ofertados, foram enviados ementa, programa e bibliografia de 15, ministrados em 10 Unidades de Ensino. Nos conteúdos desses 15 componentes há predominância dos conhecimentos indicados nas matérias

“Trabalho e Sociabilidade” e “Serviço Social e Processos de Trabalho”, além de duas disciplinas cujas ementas e programas abordam as categorias centrais da crítica da economia política. Identifica-se significativo equilíbrio e similaridade nos conteúdos das disciplinas que tratam de trabalho e Serviço Social, enfocando os seguintes itens: trabalho e questão social, produção e reprodução, centralidade do trabalho, trabalho na contemporaneidade, relação entre processos de trabalho e trabalho profissional, espaços ocupacionais e polêmicas em torno da relação entre Serviço Social e Processo(s) de Trabalho. Como particularidade observa-se reduzida ênfase na questão dos instrumentais e das especificidades dos espaços ocupacionais, abordando-se com maior densidade as demandas profissionais, o que é um diferencial dessa Região. Todavia é mister ressaltar que, dentre as 26 unidades, somente foi possível fazer uma leitura detalhada do material enviado por 10 UE, equivalendo a cerca de 38% das unidades participantes. Note-se que essa Região aglutinava à época o maior número de Unidades privadas e, dentre as 10 que enviaram o material completo, 5 são cursos de Universidades Públicas.

5) Na Região Centro-Oeste, que possuía no período 7 cursos de Serviço Social, 5 deles participaram da pesquisa indicando 16 componentes curriculares que respondem pela área temática trabalho e Serviço Social. Dentre os componentes que abordam diretamente o tema, destacam-se as disciplinas: a) trabalho e sociabilidade, cujos conteúdos mantêm compatibilidade com o ementário da matéria do mesmo nome, com 2 ofertas e b) Processo(s) de Trabalho e Serviço Social, cujos conteúdos são semelhantes e apresenta-se como uma das Regiões em que o tratamento da inserção do Serviço Social em processos de trabalho remete a categorias como trabalho concreto/abstrato, simples/complexo, produtivo/improdutivo. Aborda

ainda a polêmica sobre a centralidade do trabalho, a crise e a reestruturação produtiva, situando em tal contexto as demandas ao Serviço Social e fazendo explícita referência ao trabalho do Assistente Social e à relação entre Trabalho profissional e projeto ético-político do Serviço Social. Replicando a tendência da última Região, também nessa é pouco significativa a referência aos instrumentos e técnicas e às especificidades dos espaços ocupacionais.

6) Na Região Nordeste 90% das Unidades de Ensino participaram da pesquisa. Foram indicados 30 componentes, dos quais 6, com 19 ofertas, tratam diretamente o tema trabalho e Serviço Social. A maior oferta na Região é da disciplina Serviço Social e Processo de Trabalho, havendo também 5 ofertas de Trabalho e Sociabilidade e 2 de Economia Política. Relativos a esses componentes foram enviados 12 programas, embora alguns deles sem a bibliografia. Nos que tratam diretamente a relação entre trabalho e Serviço Social observam-se referências à centralidade ontológica do trabalho, às particularidades do trabalho sob o capital, às mudanças no mundo do trabalho, às determinações da prática do Serviço Social, além de ênfases nas demandas profissionais, na questão dos serviços e nas polêmicas e debates sobre trabalho e Serviço Social. As disciplinas Trabalho e Sociabilidade são compatíveis com o proposto nas Diretrizes, inclusive com uma consistente bibliografia, ocorrendo também o mesmo nas duas disciplinas de Economia Política. Chama atenção a distribuição equilibrada dos demais componentes, cujas diversas Oficinas e Seminários trabalham as mediações e particularidades da ação profissional. Nesse sentido, pelos documentos analisados, as UE da Região parecem privilegiar as abordagens sobre o trabalho como fundamento da sociabilidade e suas características sob o capital como

elementos que informam as determinações e o significado social da profissão. Todavia são escassas as referências à condição do sujeito profissional, identificando-se apenas duas unidades em que a relação entre trabalho e indivíduo é informada.

No Quadro 2 as disciplinas indicadas pelas Unidades foram agrupadas em 12 itens, por "áreas de conhecimento", o que permitiu visualizar a organização dos conteúdos relativos ao Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. Os números indicam a quantidade de componentes por área agrupada e a frequência que os mesmos aparecem no conjunto das Unidades de Ensino em todas as Regiões. A área em que há maior incidência de disciplinas e demais componentes é a de Trabalho e Trabalho e Serviço Social com 32 disciplinas, equivalendo a 17,7% do total das ofertas. Em seguida, o destaque fica por conta de Serviço Social, Metodologias e Estratégias de Intervenção, Instrumentalidade, Instrumentos e Técnicas e Práticas do Serviço Social com 16,6% e a área Serviço Social e Competências Específicas (em espaços ocupacionais e/ou temáticas) com 15%. As demais variam entre 8,3% e 1,1%. Estes dados fornecem elementos para identificar a organização curricular das Unidades de Ensino sobre o eixo pesquisado (trabalho) e inferir que há maior concentração de conteúdos nas disciplinas que enfocam a categoria trabalho como aporte heurístico do Serviço Social e nas que privilegiam a intervenção do Serviço Social e os conhecimentos específicos sobre competências e temáticas relativas aos espaços ocupacionais/áreas de atuação do Serviço Social.

Nº Ordem	ÁREAS CONHECIMENTO	Quantidade de Disciplinas	%	Frequência da oferta das disciplinas	%
I	Instituições, Políticas Sociais, Gestão, Planejamento e Legislação Social.	13	7,2	127	20,9
II	Desenvolvimento Capitalista, Economia Política, Formação Social Brasileira e Questão Social.	10	5,5	28	4,6
III	Classes E Movimentos Sociais	4	2,2	9	1,48
IV	Serviço Social, Metodologias e Estratégias de Intervenção, Instrumentalidade, Instrumentos e Técnicas, Competências e Prática do Serviço Social.	30	16,6	45	7,41
V	Fundamentos do Serviço Social, Pesquisa e Produção do Conhecimento.	12	6,6	45	7,41
VI	Disciplinas de fundamentação científica: Sociologia, Teoria Política, Antropologia, Geografia Humana, Filosofia, Teorias Sociais	7	3,8	14	2,30
VII	Ética e Serviço Social e Filosofia	2	1,1	35	5,7
VIII	Serviço Social e Competências Específicas em espaços ocupacionais e/ou temáticas.	27	15,0	51	7,9
X	Estágio e Supervisão	7	3,8	45	7,4
XI	Seminários, Oficinas, Laboratórios, temáticos, práticas, formação profissional, monografias e TCC.	21	11,6	58	8,4
XII	Trabalho e Trabalho e Serviço Social	32	17,7	125	20,59
XIII	Outros	15	8,3	26	4,2
TOTAL		180		607	

Quadro 2 – Componentes agrupados por áreas de conhecimento.

No universo da organização curricular há predominância de componentes que se referem à categoria trabalho. Contudo, ao examinar o conteúdo destes 32 componentes (Quadro 3) foi possível observar os diversos enfoques adotados, donde ser visível a tendência de que a categoria trabalho vem sendo manejada como parâmetro para explicar o fazer profissional, via processo ou processos de trabalho.

DISCIPLINAS	Frequência
Elementos Constitutivos do Processo de Trabalho do Serviço Social	1
Estratégias de Ação no Contexto do Processo de Trabalho do Serviço Social	2
Estudos de Área Temática Trabalho	1
Introdução ao Processo de Trabalho no Serviço Social	3
Processo de Trabalho	2
Processo de Trabalho do Serviço Social – estratégias de ação	1
Processo de Trabalho no Serviço Social: Família e Segmentos Sociais Vulneráveis	1
Processo de Trabalho e Prática Profissional	1
Processo de Trabalho no Serviço Social: Instituições e Organizações	1
Processo de Trabalho no Serviço Social: Movimentos Sociais e Conselhos de Direito	1
Processo de Trabalho e Identidade Profissional do Serviço Social	1
Processo de Trabalho e Serviço Social	7
Processo de Trabalho do Serviço Social	5
Processos de Trabalho	2
Processos de Trabalho do Serviço Social	5
Processos de Trabalho e Serviço Social	4
Processos de Trabalho na Educação	1
Processos de Trabalho na Esfera Pública Não Estatal	1
Processos de Trabalho Sócio-jurídico	1
Processos de Trabalho: Abordagens Coletivas	1
Processos de Trabalho: Abordagens Individuais	1
Processos de Trabalho: Abordagens Institucionais	1
Serviço Social e Processo de Trabalho	39

DISCIPLINAS	Frequência
Serviço Social e Processos de Trabalho	8
Serviço Social e Trabalho Profissional	1
Trabalho e “Questão Social”	5
Trabalho e Economia Solidária	1
Trabalho e processo de trabalho	1
Trabalho e Serviço Social	2
Trabalho e Sociabilidade	19
Trabalho na Contemporaneidade	3
Trabalho Profissional: elementos constitutivos	2

Quadro 3 – Disciplinas que abordam diretamente a temática trabalho e trabalho e serviço social – em todas as regiões

Dentre as disciplinas que abordam explicitamente a temática Trabalho, em número de 32, a presença mais significativa é a de “Serviço Social e Processo de Trabalho” com 39 ofertas, seguida de “Trabalho e Sociabilidade” com 19, “Serviço Social e Processos de Trabalho” com 8, “Processo de Trabalho e Serviço Social” com 7 e “Processo de Trabalho do Serviço Social”, “Processos de Trabalho do Serviço Social” e “Trabalho e Sociabilidade”, cada uma delas com 5. A existência de diferentes nomenclaturas para designar a relação da categoria Processo ou Processos de Trabalho e Serviço Social que, teórica e metodologicamente implicam em concepções distintas no ementário e nos programas, recebem tratamentos indiferenciados. Ou seja, para as Unidades não há diferença entre a existência de um processo de trabalho próprio ou da inclusão do Serviço Social em processos de trabalho. Todavia, pode-se observar que a resolução dada pelas UE para tratar essa dicotomia foi nomear a(s) disciplina(s) de Serviço Social e Processo(s) de Trabalho, embora permanecendo a existência dicotômica daquelas concepções em seus ementários e programas.

Preocupantes são as disciplinas em cujo título observa-

se vinculação entre Processo(s) de Trabalho e espaços ocupacionais e/ou temáticas, exprimindo uma concepção bastante problemática, inclusive por repor questões que se considerava já superadas no debate profissional, como é o caso da abordagem individual. Nesse sentido, estaria havendo a incorporação de elementos novos na reflexão profissional que são substantivados por contextos conservadores. Interessante destacar a frequência com que aparece a disciplina Trabalho e Sociabilidade evidenciando o esforço das UE em tratar a categoria Trabalho de um ponto de vista ontológico e histórico.

A apreciação da relação de consistência entre Ementas, Programas e Bibliografias, assim como a identificação das tendências teóricas predominantes nos conteúdos, requereu um minucioso exame dos dados fornecidos pelas Unidades de Ensino. Como encerraram grande pulverização, optou-se por analisar as que apresentaram relevância quantitativa. Do elenco de 32 componentes, 16 deles, equivalente a 50%, aparecem uma única vez. Cinco componentes receberam duas referências e dois apareceram 3 vezes. Para efeito de identificação das tendências, foram trabalhados 9 componentes que aparecem 93 vezes, equivalentes a 74,4% do total da frequência desta área temática, como evidenciado no Quadro 3. A disciplina Serviço Social e Processo de Trabalho apresentou-se como a mais relevante dentre o conjunto dos componentes que abordam Trabalho e Serviço Social. Porém, das 39 disciplinas, apenas 29 vieram acompanhadas de ementas e, destas, 7 não encaminharam os programas e as bibliografias, resultando na avaliação de apenas 22 componentes curriculares.

Em cinco UE a ementa da disciplina Serviço Social e Processo de Trabalho reproduz integralmente o conteúdo da Matéria Serviço Social e Processos de Trabalho e uma delas inclui extratos do ementário de Processo de Trabalho do Serviço

Social. Os conteúdos programáticos destas 5 disciplinas não acompanham, nem poderiam acompanhar, a amplitude e extensão dos conhecimentos presentes nas suas ementas e que, pela lógica das Diretrizes, deveriam ser distribuídos em várias disciplinas. Observe-se a extensão destes conteúdos: Serviço Social como especialização do trabalho coletivo; Inserção do Serviço Social em processos de trabalho; Espaços Ocupacionais; Assistente Social como trabalhador e Estratégias e instrumental técnico-operativo.

As demais disciplinas (2) abordam os seguintes tópicos: Mudanças no padrão de acumulação e transformação no mundo do trabalho, compondo uma unidade introdutória dos programas; Trabalho e processos de trabalho no Serviço Social, vinculados aos espaços ocupacionais; Processo de trabalho do Serviço Social x utilização de procedimentos e técnicas (estudo, observação, entrevista, encaminhamentos, documentação, etc.), em abordagens individuais, grupais e comunitárias; A ação profissional e instrumental técnico-operativo e O Assistente Social como trabalhador, estratégias e habilidades;

Como referido, os programas dessas disciplinas, a despeito de introduzirem formalmente o conteúdo orientador das Diretrizes no título e no ementário, não asseguram o tratamento indicado nas mesmas, imprimindo uma interpretação reducionista à relação entre trabalho e Serviço Social, com destaque para os instrumentos e técnicas, estratégias e habilidades. Mesmo as referências à dinâmica do capitalismo e às mudanças no mundo do trabalho parecem apontar para informações conjunturais/factuais, haja vista a ausência de referências teóricas e históricas que subsidiem o debate.

Em outro conjunto de disciplinas (15) as ementas e os programas mantêm uma relação de proximidade, mas isso não significa que expressem o que o título da disciplina sugere:

a discussão entre Serviço Social e Processo de Trabalho. Os temas que compõem nas ementas e programas são: Trabalho na contemporaneidade, mudanças no mundo do trabalho e demandas ao Serviço Social; Espaços ocupacionais e inserção do Serviço Social nas Políticas, Empresas, Terceiro Setor, instituições, organizações, assessorias e consultorias e as estratégias de trabalho; Elementos constitutivos do processo de trabalho do assistente social e instrumental técnico-operativo e A prática como trabalho, os projetos de intervenção e o processo de trabalho do assistente social na contemporaneidade e metodologias de intervenção.

Em três disciplinas de diferentes UE há referências à categoria trabalho e reprodução social, trabalho produtivo e improdutivo e trabalho no setor de serviços, além do destaque ao projeto ético-político e às mediações da ação profissional. São os seguintes os seus conteúdos: O trabalho sob o capital: trabalho simples e complexo, produtivo e improdutivo, o setor de serviços; Produção e reprodução social e o significado do Serviço Social e mediações presentes na ação profissional e O Assistente Social como trabalhador – assalariamento, condições de trabalho e os desafios do projeto ético-político.

No cômputo geral, com epígrafes iguais ou diferentes, as diversas disciplinas têm em comum a discussão de três tópicos que são distribuídos em seus conteúdos programáticos: 1) uma visão geral e, por vezes, superficial, das mudanças no capitalismo contemporâneo e no mundo do trabalho, condensadas na primeira unidade do programa; 2) o significado social da profissão a partir da referência à divisão sociotécnica do trabalho e 3) as demandas profissionais enfocadas por temas específicos e com destaque para suas singularidades.

Em síntese, as tendências predominantes no tratamento dispensado à categoria trabalho e à sua relação com

o Serviço social no conjunto do material estudado se atêm aos seguintes conteúdos:

- Mudanças no mundo do Trabalho e demandas ao Serviço Social;
- Espaços Ocupacionais e ação profissional;
- Instrumentos, técnicas e estratégias de intervenção;
- Consideração do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo sem abordar os fundamentos da assertiva;
- Ênfase na prática como processo de trabalho ou inserção em processos de trabalho sem que as diferenças de formulação tenham qualquer impacto no conteúdo.

Chama especial atenção a bibliografia utilizada nas disciplinas, informação que foi solicitada aos participantes da pesquisa, mas respondida parcialmente pelas UE. Muitas delas repetiram o rol de títulos, indistintamente, para todos os componentes informados. Esse aspecto certamente mereceria uma dedicação especial relacionando à perspectiva teórico-metodológica e às categorias trabalhadas pelos Autores vis-à-vis os tópicos do programa. Pode-se atribuir às bibliografias utilizadas a condição de indicadores das tendências teóricas trabalhadas nas UE. Na impossibilidade de realizar essa tarefa, optou-se por observar os títulos e Autores preponderantes.

AUTOR (A)	TÍTULOS	FREQUÊNCIA
IAMAMOTO, M.V	Renovação e Conservadorismo no Serviço Social	7
IAMAMOTO, M.V	O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional	10
IAMAMOTO, M.V e CARVALHO, R.	Relações Sociais e Serviço Social no Brasil	3
ANTUNES, R.	Adeus ao Trabalho: ensaios sobre as metáforas e a centralidade do mundo do trabalho	4
ANTUNES, R.	Os Sentidos do Trabalho	3
GENTILLI, R.	Representações e Práticas: identidade e processo de trabalho no Serviço Social	5
GENTILLI, R.	O novo associativismo e o terceiro setor	1
FALEIROS, V.P	Saber Profissional e Poder Institucional	2
FALEIROS, V.P	Estratégia em Serviço Social	2
GUERRA, Y.	A Instrumentalidade do Serviço Social	6
MARTINELLI, M.L.	Serviço Social – Identidade e Alienação	1
MARTINELLI, M.L.	Serviço Social em Hospital Escola	1
MARTINELLI, M.L.	Um novo olhar para questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social	1
MARTINELLI, M.L.	Notas sobre mediações: alguns elementos para sistematização sobre o tema	1
VASCONCELOS, A.M.	Intenção-ação no trabalho social	1
VASCONCELOS, A.M.	Serviço Social e Prática Reflexiva	1
VASCONCELOS, A.M.	O trabalho do Assistente Social e o Projeto Hegemônico no debate profissional	2
COUTO B.R.	O processo de trabalho do Assistente Social na esfera municipal	4
GRANEMANN, S.	Processo de Trabalho em Serviço Social	4

Quadro 4 - Relação de títulos e Autores prevaletentes

Em relação aos conteúdos de Trabalho e Sociabilidade observou-se alguma repetição do conteúdo da Matéria na descrição da ementa da disciplina, mas predominam propostas consistentes e fundamentadas. Embora muitas Unidades não tenham enviado programa e ementário, dentre os recebidos há expressiva unidade entre ementa e programas, incorporando os fundamentos e propostas das Diretrizes Curriculares. As temáticas trabalhadas na disciplina tratam sobre:

- *A centralidade do trabalho na formação da sociabilidade – dimensão ontológica e sócio-histórica do trabalho;*
- *Desenvolvimento capitalista e suas contradições;*
- *O trabalho em geral e a particularidade do trabalho no capitalismo – teoria do valor-trabalho;*
- *O processo de produção e reprodução social e o Serviço Social;*
- *Trabalho assalariado e alienação;*
- *Crises e mudanças no mundo do trabalho;*
- *Trabalho e práxis.*

É rico o perfil de Títulos e Autores adotados nessas disciplinas, com destaque para os Clássicos: Marx, Lukács, Mandel, Gramsci, Hobsbawm, Kósic, Sweezy, Mészáros e, dentre os Autores nacionais, Netto, Lessa, Ianni e Antunes são os mais referidos. Merece destaque o empenho das Unidades em abraçarem os fundamentos da Crítica da Economia Política e da ontologia do ser social. Chama atenção, todavia, o restrito universo de Unidades de Ensino que vêm trabalhando nessa direção.

O componente Serviço Social e Processos de Trabalho apresenta duas nítidas tendências nos conteúdos: a que se apropria da teoria do processo de trabalho segundo a vertente marxiana, em menor número e a que reduz os processos de trabalho à utilização de instrumentos e meios por parte do Serviço Social, imprimindo um caráter instrumental à teoria do processo de trabalho e ressaltando minimamente o conceito de

trabalho coletivo e divisão social e técnica do trabalho. Há muita similaridade, com raras exceções, entre o conteúdo dessa disciplina e a de Serviço Social e Processo de Trabalho, inclusive na utilização da bibliografia que mantém o mesmo escore dos autores e títulos.

Conforme levantamento feito, no conjunto das disciplinas mais diretamente vinculadas aos temas trabalho e trabalho e Serviço Social os Autores mais utilizados são os indicados no quadro a seguir:

Autor	Norte	Nordeste	Centro-oeste	Leste	Sul I	Sul II	Total
IAMAMOTO, Marilda	03	08	08	19	85	15	138
FALEIROS, V. P	03	01	03	04	57	04	72
MARX, Karl	-	10	07	11	36	05	69
GUERRA, Yolanda	01	01	02	06	49	03	62
ANTUNES, Ricardo	02	07	04	13	20	10	56
MOTA, Ana Elizabete	-	05	-	03	24	02	34
GENTILLI, Raquel	02	-	-	-	25	07	34
MARTINELLI, Maria Lúcia	-	01	01	01	23	03	29
VASCONCELOS, Ana Maria	-	03	-	06	13	02	24
NETTO, José Paulo	-	03	04	02	10	03	22

Quadro 5 – Indicação dos autores mais utilizados

CONCLUSÕES

Decorridos 10 anos da aprovação das Diretrizes, num período marcado por mudanças profundas na educação superior do país, nas condições de trabalho docente e nos processos sociais em nível nacional e internacional, observa-se que o processo de

implementação das novas diretrizes, a despeito das suas dificuldades, vem privilegiando a temática do trabalho no universo da discussão acadêmica, embora seja precária e insuficiente a apropriação teórica dessa categoria. Isso não significa desconhecer inúmeros problemas e desafios, mas os propósitos que orientam a formação são reveladores de elementos de resistência política, ideológica e teórica da comunidade acadêmica na construção e implementação das atuais Diretrizes.

* Nesse sentido, as dificuldades e fragilidades identificadas devem ser objeto de amplo debate, cuja finalidade maior é construir novas estratégias e encaminhamentos que contribuam para o aperfeiçoamento da formação profissional. Em termos sintéticos, serão indicadas as tendências gerais que informam sobre o tratamento dispensado à categoria trabalho e trabalho e Serviço Social nas Unidades de Ensino:

- Prevalece no conteúdo dos componentes curriculares o uso da categoria trabalho sem os aportes teóricos e as mediações necessárias para articular a dimensão universal dessa categoria com as singulares e particulares do Serviço Social.
- Em termos objetivos, as Unidades de Ensino não vêm dando a devida atenção aos aportes teóricos contidos na matéria Trabalho e Sociabilidade, cujo conjunto de conhecimentos permitiria aprofundar e subsidiar a compreensão da questão do trabalho em suas dimensões ontológicas e sócio-históricas.
- Tais lacunas rebatem num tratamento indiferenciado e superficial da relação entre Trabalho e Serviço Social, cujos principais indicadores são a pulverização e fragmentação das disciplinas e dos seus conteúdos programáticos que, apesar de “formalmente” compatíveis com as Diretrizes, não asseguram consistência quando examinados à luz da relação entre ementas, programas e bibliografias.
- A ênfase dada às particularidades dos espaços ocupacionais e

aos procedimentos e instrumental técnico como elementos que integram um processo de trabalho ou processos de trabalho do Serviço Social requer ampla reflexão na medida em que é atribuída à profissão uma condição que é do sujeito profissional. O Serviço Social não tem, nem pode ter, um processo de trabalho. Esse é um atributo do sujeito profissional, o Assistente Social.

- A variedade de terminologias e epígrafes comporta concepções muito distintas sobre a relação entre Trabalho e Serviço Social. Ora para afirmar um processo de trabalho próprio, ora para pensar a profissão como trabalho, ora para conceituar a prática como um processo de trabalho ou, ainda, para subsumir à materialidade dos elementos de todo e qualquer processo de trabalho, questões que dizem respeito a procedimentos metodológicos e aos movimentos de conhecimento e intervenção que marcam a relação entre a profissão e a realidade. Há uma apartação “instrumental” da categoria processo de trabalho da teoria do valor-trabalho que lhe dá inteligibilidade.

- São escassas e quase inexistentes as discussões sobre a teoria do processo de trabalho assim como sobre o conjunto de mediações que permitiriam tratar a inserção do Assistente Social em processos coletivos de trabalho. Nesse sentido, as referências às condições e relações onde se insere a ação do profissional é que permitiria identificar os vínculos com os processos de produção e reprodução social, considerando a natureza contraditória da prática profissional e a condição de trabalhador do Assistente Social.

- Uma das principais referências das diretrizes – a condição de trabalhador do Assistente Social com todas as implicações históricas e teóricas dela decorrente – vem sendo abordada como um suposto, sem aprofundar o significado dessa questão e muitas vezes sem haver sequer referência ao tema.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Formação Profissional: trajetórias e desafios. **Cadernos ABESS**, São Paulo: Cortez Editora, n. 7, 1997.

ARAÚJO, N.M.S. **Serviço Social e revisão curricular dos anos 90**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife. 2000.

BRASIL.MEC/SESU/CONESS/Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. **Diretrizes Curriculares. Curso: Serviço Social**. Brasília, 1999

CARDOSO, F.G. As novas diretrizes curriculares para a formação profissional do Assistente social: principais polêmicas e desafios. In: **Temporalis**, v.1, n. 2, p.7-17, São Paulo: ABEPSS/ Ed. Cortez, 2000.

COSTA, G.M. **Trabalho e Serviço Social**: debate sobre a concepção de Serviço Social como processo de trabalho com base na ontologia de Georg Lukács. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife. 1999.

_____. Aproximação ao Serviço Social como Complexo ideológico. In: **Temporalis**, v.1, n. 2, p.95-119, São Paulo: ABEPSS/ Ed. Cortez, 2000.

GRANEMANN, S. **Processos de Trabalho e Serviço Social**. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 1999.

IAMAMOTO, M.V. O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. In: **Debate**, Fortaleza: CRESS/CE, n. 6, Expressão, p.62. 1997.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Serviço Social em tempo do capital fetiche.** São Paulo: Cortez Editora, 2007.

LESSA, S. Serviço social e trabalho: do que se trata? **Temporalis**, v.1, n. 2, p.35-58, São Paulo: Cortez Editora, 2000.

_____. **Trabalho e ser social.** Maceió: EUFC/EDUFAL, 1997.

_____. **Serviço Social e Trabalho: porque o Serviço Social não é Trabalho.** Maceió: EDUFAL, 2007.

MARX, K. **O capital.** São Paulo: Abril Cultural, 1983, v. I, Livro 1.

MOTA, A. E. **Relatório Final Sobre a Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social – Eixo Trabalho.**(versão preliminar - circulação interna). São Luis: ABEPSS, 2007.

QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL EM DEBATE

*Maria Augusta Tavares**

RESUMO

Este artigo é resultado da pesquisa de Avaliação da Implementação das Diretrizes Curriculares realizada pela ABEPSS, entre 2006-2008, cabendo-nos a análise do tratamento dado pelas unidades de ensino de Serviço Social à questão social. Sabe-se que, apesar da orientação marxista que informa as Diretrizes Curriculares, o curso carrega traços da sua origem, além de sofrer as determinações do projeto societário dominante, influências reforçadas neste momento histórico pelo Estado assistencialista brasileiro que se amolda ao reformismo imposto pelos organismos financeiros internacionais. Urge, então, malgrado a unanimidade do discurso "a questão social resulta da contradição capital-trabalho", verificar se as concepções presentes confirmam a vertente teórica que orienta as Diretrizes Curriculares ou se afirmá-la como resultado da contradição capital-trabalho constitui apenas um construto da razão que não reproduz a integralidade do que representa essa relação.

Palavras-chave: Questão Social. Trabalho, Marxismo.

ABSTRACT

This article, the result of research entitled The Evaluation of the Implementation of Curricular Policies, was conducted by ABEPSS. It is incumbent upon us to analyse the treatment given by Social Service teaching units to the social question. It is known that, in spite of the Marxist orientation which informs Curricular Policies, the course of which bears characteristics of its origin and affects the decisions of the dominant societal project, whose influences are reinforced at this time by Brazilian State Assistance and adjusts to the reformist nature imposed by international financial organizations. It is urgent, then, notwithstanding the unanimity of the discourse, "the social question results from capital-labor conflict". To verify if current concepts confirm theoretical declivity, which orients Curricular Policies, or if affirms it only as a result of the capital-labor conflict, constituting it only a construct of reason which does not reproduce the integrity that that report represents.

Keywords: Social Question. Labor. Marxism.

* Professora Doutora em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba. guga.2004@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Os anos 1980 inauguram conquistas teórico-metodológicas no Serviço Social, cujo acúmulo — aprofundado nas décadas seguintes — tem no centro do debate o deciframento da questão social.

Consoante a tradição marxista, a Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional, em 1996, parte da premissa de que “as relações sociais que fundam a sociedade do capital também são geradoras da ‘questão social’, portanto presididas por desigualdades nas esferas da produção e distribuição dos meios de vida e trabalho, apropriados privadamente”. (CARDOSO, et al, 1997, p. 17) Nessa perspectiva, a questão social é a “base de fundação do Serviço Social na sociedade (Idem, ibidem), sendo, portanto, “o ponto de partida estruturador da discussão a ser feita pelos e nos currículos de Serviço Social”. (Id. Ibid., p. 18)

Dez anos depois, a proposta de deciframento da questão social permanece central. Uma leitura positivista poderia concluir que o Serviço Social parou no tempo ou que a questão social é indecifrável. Mas não é disso que se trata. Ao adotar o pensamento de Marx como direção, o Serviço Social assume explicitamente a proposta de apreensão da totalidade social, o que equivale a privilegiar as determinações e não as definições. A questão social é um objeto em constante movimento: pode-se descrevê-la por meio de suas expressões, nunca defini-la. “A perspectiva é, então, aprofundar a compreensão da questão social como o elemento que dá concretude à profissão, ou seja, que é ‘sua base de fundação histórico-social na realidade’ e que, nessa qualidade, portanto, deve constituir o eixo ordenador do currículo”. (Id. ibid, p. 20-21).

Esse esforço explicativo da questão social, na tradição marxista, que caracteriza a Proposta Básica da Formação Profissional, acima referendada, está presente nas Diretrizes

Gerais para o Curso de Serviço Social que tiveram como base o currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996 (ABESS/CEDEPSS); nas Diretrizes Curriculares defendidas pela Comissão de Especialistas, em 1999, e no documento do Ministério da Educação que, dentre as diretrizes para outros cursos, estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Serviço Social, em 2001. Seguindo a mesma orientação teórica, o texto de referência para a Proposta de Avaliação da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social afirma a questão social “como resultante da contradição capital-trabalho” e, por consequência, propõe que a formação profissional não se reduza às demandas imediatas do mercado. (ABEPSS, 2006)

Essa dimensão da totalidade diferencia radicalmente a abordagem da questão social da ótica das “situações sociais-problemas”, implicando desafios em cuja base se inscreve uma formação fundada na pesquisa, sobretudo no conhecimento do processo de acumulação capitalista. Nesse sentido, a Proposta Básica assim se posiciona:

[...] a lei do valor não trata apenas da produção de mercadorias na sua dimensão econômica. Se o processo de produção articula a valorização do capital ao processo de trabalho, ou seja, se o trabalho é o elemento decisivo que transfere e cria valor, então tal processo refere-se, sobretudo, à produção e reprodução de indivíduos, classes sociais e relações sociais. (ABEPSS, 2006, p. 23).

Pois bem, se Marx é a referência para o Serviço Social; se nesta perspectiva o trabalho é o elemento decisivo do processo de criação do valor e se a sua contraface “é o crescimento relativo da pauperização” (Id. ibid.), qualquer outra concepção acerca do trabalho implica apreender equivocadamente a questão social e,

por extensão, o seu enfrentamento. Portanto, faz-se necessário verificar se a prática confirma a vertente que, teoricamente, fundamenta as Diretrizes Curriculares, pois, embora a indissociável relação entre trabalho explorado e questão social na sociedade capitalista pareça elucidada no âmbito do Serviço Social, não é o que revelam os resultados da pesquisa.

Como se pode ver, as tentativas de compreender o objeto do Serviço Social resultam da aproximação do Serviço Social à tradição marxista. A partir daí, embora a questão social, na prática, continue a ser enfrentada de forma segmentada e fracionada, a formação do assistente social já não pode prescindir dos fundamentos que a originam. Nessa perspectiva, as Diretrizes Curriculares de 1996 incluem entre as matérias básicas conteúdos que objetivam a correta apreensão da acumulação capitalista e das desigualdades sociais. Estas propõem que conheçamos o desenvolvimento desigual e combinado, no sentido de decifrar a relação capital - trabalho ou, se preferirmos, a contradição capital - trabalho, da qual - unanimidade entre os assistentes sociais - resulta a questão social.

Dado o universo desta pesquisa, para a qual todas as unidades de ensino de Serviço Social, públicas e privadas, no Brasil foram convidadas a participar, o trabalho foi dividido por eixos temáticos, ficando sob a nossa responsabilidade a Questão Social, enquanto a companheira, professora Ana Elisabete Mota, da UFPE, tratou do eixo Trabalho. Se, na prática, a necessária divisão de tarefas impôs essa cisão, a pesquisa confirma a orientação marxista, demonstrando, entre outros resultados, que na sociedade capitalista trabalho e questão social são indissociáveis.

Ora, se afirmar a questão social como resultante da contradição capital-trabalho é lugar-comum no Serviço Social, tudo leva a crer que a formação profissional segue à risca o que propõem as Diretrizes Curriculares. Ocorre, porém, que a explícita

unanimidade, ao ser confrontada com o processo de formação profissional - ementas, programas, bibliografias, posições pessoais, etc. - revela contradições que sugerem a necessidade de uma rigorosa investigação. Trata-se da relação entre a concepção de trabalho e a compreensão da questão social. Isto é, o fato de os assistentes sociais, em geral, afirmarem que a questão social resulta da contradição capital-trabalho não significa que tenham igual compreensão desse processo. Em síntese, Marx não é a única referência para a concepção de trabalho e cada interpretação é portadora de uma determinada compreensão da realidade, com implicações teóricas e práticas no que se refere à questão social.

Com isso, não estamos afirmando que a concepção de trabalho sozinha se constitua na única determinação. A apreensão da questão social também está submetida às particularidades histórico-culturais e nacionais. Contudo, para se compreender a totalidade social é imprescindível considerar a indissolubilidade entre a dimensão social e a econômica, o que não elimina a política. Ao enfatizarmos o momento predominante, não estamos cancelando a luta de homens e mulheres que se recusam a ficar imóveis diante das armadilhas geradoras da desigualdade. O que fazemos, fiéis ao pensamento que orienta esta análise, é lembrar que política não é o fim, mas pode ser um instrumento nas mãos dos trabalhadores para preparar o terreno da revolução social. Behring (1998, p. 174), ao tratar da política social, afirma com muita propriedade que o seu significado "não pode ser apanhado nem exclusivamente pela sua inserção objetiva no mundo do capital, nem apenas pela luta de interesses dos sujeitos que se movem na definição de tal ou qual política, mas, historicamente, na relação desses processos na totalidade".

É a partir da totalidade que a unanimidade no Serviço Social está sendo colocada em questão. Traíçoeiramente, a prática

ou o modo como ela é interpretada desvela o pensamento, demonstrando que muitos profissionais são orientados por outras correntes do pensamento, o que não chega a ser surpreendente se considerarmos que, democraticamente, o projeto societário dominante tem uma direção completamente divergente. O que se questiona é a prevalência de valores e princípios capitalistas travestidos do dever ser da profissão. As semelhanças nos discursos são insuficientes para obscurecer as divergências objetivas, o que gera situações conflitantes e embaraçosas entre discentes e docentes, já que os primeiros tendem a perguntar - o que é justo - onde e com quem está a verdade? Tais circunstâncias, além de tensionarem o projeto ético-político por dentro, põem em risco a formação dos assistentes sociais.

Ao discutir a "hegemonia" do Projeto ético-político do Serviço Social, Braz (2007) aponta para fatores que o põem em risco, como a crise de projeto societário das classes trabalhadoras, que imporia uma crise, também, ao nosso projeto profissional, e as condições atuais sobre as quais se efetivam o processo de formação profissional e o próprio exercício da profissão no Brasil. Sintetizando, nas suas palavras: "Se o projeto ético-político indica um dever ser da profissão (ou o seu vir a ser possível), as condições objetivas do trabalho e da formação profissionais expressam o seu ser concreto". (Id. *ibid.*, p. 7) Diríamos que a objetividade do capital, por si só, é uma constante ameaça ao projeto ético-político profissional. Por outro lado, a tradição marxista não é prescritiva do fazer profissional, tampouco uma doutrina a ser seguida por assistentes sociais. Portanto, o "vir a ser possível" para o projeto ético-político não é assegurado por uma mera aproximação ao marxismo. Ou os fundamentos do capitalismo são apreendidos desde a sua gênese, garantindo, portanto, a formação de novos quadros teóricos e políticos para o projeto profissional, ou cairemos numa mera petição de princípios, como prevê Braz (2007, p.10).

Portanto, fiel à tradição marxista que orienta também as Diretrizes Curriculares, esta exposição pretende apresentar uma síntese sobre o tratamento teórico-metodológico dado ao Serviço Social nas unidades de ensino do Brasil, especificamente no que se refere à questão social, cujas expressões são objeto da atuação profissional. Pretende-se, a partir da análise dos questionários e das falas dos sujeitos participantes desta pesquisa, provocar novas discussões e novas pesquisas, tendo em vista aprofundar o "vôo teórico"¹ iniciado nos anos 1980, prioritariamente em direção ao pensamento marxista, mas também objetivando a apropriação teórico-metodológica de outras grandes matrizes do pensamento implícitas na formação e no exercício profissional. Convém destacar que a crítica - indispensável ao processo em curso - não constitui julgamento nem prescrição. Talvez um desafio, no sentido de não se interromper o "vôo", dado que a meta é compreender a realidade e essa permanece e permanecerá em constante movimento. Incorporar a direção que se quer não se trata tão-somente de uma opção política, tampouco é só um ato de vontade. "A adesão de Marx e Engels ao movimento operário [...] era mais que uma opção política: era um imperativo da sua concepção teórica". (NETTO, 1998, p.28). A nossa opção política, muitas vezes ainda, não é compreensão teórica e nessa transposição não se podem minimizar as determinações objetivas do capital. O Serviço Social, como afirma Iamamoto (1998, p. 55), "não atua apenas sobre a realidade, mas atua na realidade". Essa é mediada por determinações, enquanto a atividade profissional clama por definições, por respostas imediatas que tendem a conduzir ao "tecnicismo e a uma cultura antimarxista". (Id. *ibid.*, p. 49). Ao que Netto (1998, p. 27) complementa: "A herança teórico-cultural emancipadora é incompatível [...] com a perspectiva de classe da burguesia" Compreensão teórica, portanto, é a meta a ser perseguida. Netto (2001, p. 45) nos diz que "o movimento dos trabalhadores tardaria alguns anos a encontrar os

¹ A expressão é de Iamamoto. (1998)

instrumentos teóricos e metodológicos para apreender a gênese, a constituição e os processos de reprodução da 'questão social'. Seguindo essa trilha, pensemos com ele.

Se, já nas vésperas da eclosão de 1848, K. Marx avançava no rumo daquela compreensão [...] é apenas com a publicação, em 1867, do primeiro volume d'O Capital que a razão teórica acedeu à compreensão do complexo de causalidades da 'questão social'. Somente com o conhecimento rigoroso do 'processo de produção do capital' Marx pôde esclarecer com precisão a dinâmica da 'questão social', consistente em um complexo problemático muito amplo, irreduzível à sua manifestação imediata como pauperismo. (NETTO, 2001, p. 45).

Nessa perspectiva, a pesquisa consubstancia a tentativa de seguir adiante na rica trajetória que tem sido feita pelo Serviço Social brasileiro. Não por acaso, a ABEPSS se propôs uma tarefa de tal envergadura, qual seja, avaliar a implementação das Diretrizes Curriculares ao mesmo tempo em que as submete às apreciações da categoria profissional. Portanto, esta análise constitui um esforço de contribuição ao debate, considerando que um marxista "não teria nenhuma dificuldade em revisar suas conclusões e incorporá-las". (NETTO, 1998, p. LXVIII)

TENDÊNCIA DOS CONTEÚDOS ABORDADOS NAS DISCIPLINAS

Vimos nos 103 questionários respondidos pelas unidades de ensino² — 4 da Região Norte, 30 da Sul I, 25 da Sul II, 26 da Leste, 5 da Centro-Oeste e 13 da Nordeste — e em seis

² Pode não haver coincidência entre os números de respondentes por eixos temáticos. Há unidades de ensino que respondem às perguntas referentes ao eixo Trabalho e não respondem às do eixo Questão Social.

oficinas nacionais da ABEPSS, realizadas regionalmente³, que após 10 anos das Diretrizes Curriculares de 1996 ainda se registram muitas dificuldades para a sua completa implementação. Essas dificuldades passam por condições materiais enfrentadas, em alguma medida, por todas as unidades de ensino⁴, mas residem, sobretudo, no tensionamento entre as definições requeridas pela imediatividade do exercício profissional e o esforço de apreensão das determinações da realidade, requerendo de todos os profissionais, além da competência exigida pelo mercado, um constante esforço de qualificação, somente possível através da análise e da pesquisa.

O deciframento das dificuldades da implementação das Diretrizes Curriculares, no que se refere ao objeto do Serviço Social, requer que se distinga a centralidade do trabalho da centralidade da política, diferença determinante na apreensão e, conseqüentemente, no tratamento da questão social. Afirmar que a questão social resulta da contradição capital-trabalho não é suficiente para garantir a direção social da profissão. Importa, sobretudo, a concepção de trabalho, atentando-se para que o aporte teórico que o informa nas diretrizes pressupõe a defesa da emancipação humana, perspectiva que também consubstancia o projeto ético-político profissional.

A concepção que as unidades de ensino afirmam ter sobre a questão social requer que as disciplinas indicadas para apreensão desse conteúdo obrigatoriamente privilegiem a acumulação capitalista e a sua necessária conseqüência: riqueza, por um lado, e miséria, por outro. Contudo, não é o que a pesquisa revela em muitos casos.

³ Fortaleza — CE; Florianópolis — SC; Juiz de Fora — MG; São Paulo — SP; Belém — PA e Brasília — DF.

⁴ Indiscriminada mercantilização do ensino superior; ensino de graduação a distância; cursos aligeirados; flexibilização dos conteúdos; rebaixamento dos salários; formas aviltantes de vínculos empregatícios; ampliação das jornadas de trabalho; etc.

Nos questionários respondidos acerca da questão social foram declaradas 216 disciplinas nas quais perpassa a discussão sobre a questão social. Evidentemente, se conteúdos semelhantes fossem agrupados numa única denominação, esse número seria bastante reduzido. Contudo, respeitadas as designações atribuídas pelas unidades de ensino respondentes, tem-se o seguinte quadro:

Nº. de Ordem	Disciplinas	Total de cada Disciplina por Região						
		N	SI	SII	L	C-O	NE	Total
01	Acumulação capitalista e desigualdades sociais				01			01
02	Acumulação capitalista e questão social			02				02
03	Administração e orçamento em S. Social				01	01		02
04	Análise de indicadores sociais p/ o S. Social				01			01
05	Análise do processo metodológico I a IV				01			01
06	Análise de Políticas Sociais					01		01
07	Antropologia				03			03
08	Antropologia urbana				01		01	
09	Avaliação e monitoramento em S. Social				01			01
10	Capitalismo e questão social		02			01	02	05
11	Cenário contemporâneo			01				01
12	Ciência Política		03					03
13	Classes e Movimentos Sociais I e II	01	01	05	02		04	13
14	Construções teórico-metodológicas do S. Social I a IV				01			01
15	Debate contemporâneo do S. Social						01	01
16	Demandas sociais e S. Social				01			01
17	Desenvolvimento capitalista e desigualdade social			01				01
18	Desenvolvimento capitalista e movimentos sociais			01				01
19	Desenvolvimento Capitalista e Questão Social I, II		02	02	03	01	01	09

Nº. de Ordem	Disciplinas	Total de cada Disciplina por Região						
		N	SI	SII	L	C-O	NE	Total
20	Desenvolvimento de comunidade			01		01		02
21	Desenvolvimento socioeconômico I e II				01			01
22	Dinâmica capitalista e questão social				01			01
23	Direito e cidadania I e II		02	01				03
24	Direito e Legislação Social				02	02		04
25	Direitos humanos e S. Social				01			01
26	Direitos humanos no Brasil				01			01
27	Economia I e II			01				01
28	Economia brasileira contemporânea				02			02
29	Economia contemporânea		01					01
30	Economia social e política			01				01
31	Economia Política		03	03	03	02	01	12
32	Epidemiologia e Serviço Social				01			01
33	Estado e cidadania I e II			01				01
34	Estado e desenvolvimento do Nordeste						01	01
35	Estado, classes sociais e movimentos sociais				02			02
36	Estágio curricular				01			01
37	Estágio de observação			01				01
38	Estágio de Intervenção I e II			01				01
39	Estágio Supervisionado I a IV		07	01	06	01	02	17
40	Estudo da realidade regional				01			01
41	Estudos de áreas temáticas – Família			01				01
42	Estudos de Áreas temáticas – Saúde			01				01
43	Estudos de Áreas temáticas - Terceira Idade			01				01
44	Estudos de Áreas temáticas – Trabalho			01				01
45	Ética Profissional		02	04	03	01	03	13
46	Expressões da Questão Social I a III				01			01
47	Família e políticas sociais		01					01
48	Família e sociedade				01			01
49	Filosofia I			02	01			03
50	Filosofia social e política				01			01
51	Formação sócio-histórica do Brasil I,II	01	06	05	04	02	02	20
52	Formação social e política do Nordeste						01	01

Nº. de Ordem	Disciplinas	Total de cada Disciplina por Região						
		N	S I	S II	L	C-O	NE	Total
53	Fundamentos filosóficos I e II			01				01
54	Fundamentos do Serviço Social		02					02
55	Fundamentos sociológicos			01				01
56	FHTMSS I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII	02	10	12	10	03	04	41
57	Fundamentos da Ciência Política I, II e III			01				01
58	Fundamentos da Seguridade Social: saúde, previdência e assistência social			01				01
59	Fundamentos econômicos da Política social						01	01
60	Fundamentos metodológicos do S. Social						01	01
61	Fundamentos teóricos do S. Social						01	01
62	Gerontologia social				01			01
63	Gestão das políticas sociais públicas e privadas			01				01
64	Gestão social e desenvolvimento local		01					01
65	Gestão e Planejamento Social			02				02
66	Gestão social e participativa				01			01
67	História do Serviço Social				01		01	02
68	Identidades culturais				01			01
69	Infância, adolescência e cidadania				01			01
70	Introdução ao diagnóstico socioespacial				01			01
71	Introdução à prática profissional I a IV			01				01
72	Introdução ao Pensamento Teológico			01				01
73	Introdução ao Serviço Social	01	04	02	04	02	02	15
74	Introdução ao trabalho científico				01			01
75	Introdução teórico-metodológica do S. Social				01			01
76	Laboratório de instrumentação		01					01
77	Labbratórios de S. Social em áreas de intervenção				01		01	
78	Língua portuguesa				01			01
79	Metodologia do Serviço Social				01			01
80	Monografia I e II				01		01	02
81	Movimentos sociais		01	01	01		01	04

Nº. de Ordem	Disciplinas	Total de cada Disciplina por Região						
		N	S I	S II	L	C-O	NE	Total
82	Movimentos sociais e cidadania				02			02
83	Movimentos sociais e poder local				01			01
84	Movimentos sociais na contemporaneidade				01			01
85	Movimentos sociais no contexto brasileiro						01	01
86	Movimentos sociais, processo educativo, cidadania				01			01
87	Movimentos sociais e processos sociopolíticos e culturais no Brasil				01			01
88	Núcleos temáticos I a VI			01	01			02
89	Observação profissional		01					01
90	Orientação e treinamento profissional				01			01
91	Oficina de Questões Sociais e S. Social					01		01
92	Oficinas em Serviço Social		02					02
93	Oficina de Formação Profissional I a V			03		01		04
94	Oficina de Trabalho profissional I a IV			01	02			03
95	Oficina Profissional I e II			01				01
96	Oficinas de Áreas Temáticas Assistência Social			01				01
97	Oficinas temáticas em S. Social			03	01			04
98	Oficinas de Observação da Prática			01				01
99	Oficina de pesquisa em S. Social				01			01
100	Oficina de supervisão I a IV				02			02
101	Orientação de TCC I e II		01	01	02		01	05
102	Pesquisa em Serviço Social I a IV			04	04	01	01	10
103	Projeto de investigação da prática I			02				02
104	Poder local e S. Social				01			01
105	Política Social I, II, III e IV	02	05	11	12	02	09	41
106	Política social no Brasil			01				01
107	Política agrária no Brasil		01					01
108	Política da criança e do adolescente		01				01	02
109	Política de educação					01		01
110	Política de previdência		01					01
111	Política de trabalho					01		01
112	Política de trabalho: abordagens individuais		01					01
113	Política do idoso		01					01

Nº. de Ordem	Disciplinas	Total de cada Disciplina por Região						
		N	SI	S II	L	C-O	NE	Total
114	Política de assistência social		01				01	02
115	Política de habitação		01			01		02
116	Política de saúde		01				01	02
117	Políticas sociais especiais/setoriais			01	01			02
118	Políticas Públicas e Serviço Social I a IV	01			01			02
119	Planejamento e projetos em S. Social				02			02
120	Prática Profissional em Serviço Social I a IV			02	01			03
121	Pressupostos metodológicos do SS I a IV			01				01
122	Pressupostos teóricos do SS I a II			01				01
123	Processo de trabalho I e II		01	01	01			03
124	Processo de trabalho do Serviço Social				01			01
125	Processos de trabalho e Serviço Social I a IV	01			02			03
126	Processo de trabalho em Serviço Social I a IV		04	01			01	06
127	Perspectivas profissionais na atualidade		01					01
128	Psicologia			02	01			03
129	Processos na educação		01					01
130	Questão agrária e urbana no Brasil						01	01
131	Questão de gênero no Brasil				02			02
132	Questão social				01		01	02
133	Questão social e campos do S. Social		01					01
134	Questão social e desenvolvimento político e econômico		01					01
135	Questão social, Estado e cidadania				01			01
136	Questão social e poder local						01	01
137	Questão social e prática profissional		01					01
138	Questão social na sociedade contemporânea		01					01
139	Questão social no Brasil I e II			01	02		01	04
140	Questões contemporâneas em S. Social I e II		01		01			02
141	Questões sociais			01				01
142	Questões sociais e regionais			01				01
143	Questão social e Serviço Social		01	01	01	01		04

Nº. de Ordem	Disciplinas	Total de cada Disciplina por Região						
		N	SI	S II	L	C-O	NE	Total
144	Questão urbana, questão rural e movimentos sociais				01	01		02
145	Raça, gênero e etnia				01			01
146	Realidade brasileira		01					01
147	Realidade regional e Serviço Social		01					01
148	Relações de gênero, étnicas e S. Social				02			02
149	Relações sociais e sociabilidade						01	01
150	Seguridade social I, II				01		01	02
151	Seguridade social: saúde			01				01
152	Seguridade social: assistência			01				01
153	Seguridade social: previdência			01				01
154	Seguridade e Serviço Social				01			01
155	Seminários Monográficos			01				01
156	Seminário temático			01				01
157	Seminário de Serviço Social		01					01
158	Seminário temático I ao VIII		03	02	02		03	10
159	Seminários da prática I, II			01				01
160	Seminário de investigação e prática					01		01
161	Seminário de família			01	01			02
162	S. Social I a IV		01		01		04	06
163	S. Social Contemporâneo		02		02			04
164	S. Social e acumulação capitalista		01					01
165	S. Social e área da infância e adolescência				01			01
166	S. Social e a especialidade do homem amazônico	01						01
167	S. Social e Direitos Humanos	01						01
168	S. Social e Educação	01						01
169	S.Social e Movimentos Sociais			01				01
170	S. Social, Movimentos sociais e Conselhos de direitos		01					01
171	S. Social e pensamento contemporâneo		01					01
172	S. Social e Processo de trabalho I a IV		02	02	02	01	04	11
173	S. Social e realidade regional			01	01			02
174	S. Social e realidade social		01					01
175	S. Social e relações sociais I, II		01					01

Nº. de Ordem	Disciplinas	Total de cada Disciplina por Região						
		N	SI	SII	L	C-O	NE	Total
176	S. Social e sociedade		01					01
177	S. Social e trabalho profissional I, II, III			01				01
178	S. Social, família e segmentos vulneráveis	01	01					02
179	S. Social e meio ambiente	01						01
180	S. Social e Política social		01					01
181	S. Social e questão social				01			01
182	S. Social e questões sociais regionais		01					01
183	S. Social e questão fundiária no Brasil				01			01
184	S. Social e questão urbana no Brasil	01			01			02
185	S. Social e Saúde	01			02			03
186	S. Social e sociedade		01					01
187	S. Social, instituições e organizações		01					01
188	S. Social na empresa				01			01
189	S. Social, organização e responsabilidade social				01			01
190	S. Social, Política Social e exclusão social		01					01
191	Sociologia I, II		05	01	05			11
192	Sociologia contemporânea		02					02
193	Sociologia econômica contemporânea						01	01
194	Supervisão de estágio I, II, III		01	01				02
195	Supervisão acadêmica I a VI			01				01
196	TCC			01	01		01	03
197	Teorias econômicas e S. Social	01	01					02
198	Teoria política I e II		01	03	04	01		09
199	Teoria do Serviço Social I a III				01			01
200	Teorias sociológicas e Serviço Social	01		01	01	01		04
201	Terceira Idade e S. Social				01			01
202	Terceira idade e cidadania				01			01
203	Técnicas de intervenção social				01			01
204	Tópicos especiais em S. Social				03			03
205	Tópicos especiais em pesquisa				01			01
206	Tópico especial em questão social				01			01
207	Tópico especial em políticas sociais setoriais						01	01
208	Tópico em Políticas sociais				01		01	02

Nº. de Ordem	Disciplinas	Total de cada Disciplina por Região						
		N	SI	SII	L	C-O	NE	Total
209	Tópico em S. Social, Estado e sociedade						01	01
210	Trabalho com comunidade I e II						01	01
211	Trabalho e questão social			04	01			05
212	Trabalho e relações sociais						01	01
213	Trabalho Profissional I,II			01				01
214	Trabalho e Serviço Social				01			01
215	Trabalho e sociabilidade I e II		01	01	01	01	03	07
216	Violência e relações sociais				01			01

Quadro 1 - Disciplinas pelas quais perpassa a discussão da questão social, por região.

Desse universo de 216 disciplinas, pode-se ver, no quadro a seguir, que apenas 69 delas, correspondendo a 31,95 %, estão entre as que aparecem ao menos em 2 (duas) unidades de ensino, muitas vezes de regiões diferentes⁵. As 147 restantes (68,05%), sob diferentes denominações, apresentam-se, separadamente, cada uma em apenas uma unidade de ensino. A relevância do percentual merece que se indague o significado dessa multiplicidade de denominações, nas quais podem caber os mais diferentes conteúdos e ser adotada, também, uma diversidade indiscriminada de autores e títulos.

Nº. de Ordem	Disciplinas	Total de cada Disciplina por Região						
		N	SI	SII	L	C-O	NE	Total
01	FHTMSS I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII	02	10	12	10	03	04	41
02	Política Social I, II, III e IV	02	04	11	12	02	09	41
03	Formação sócio-histórica do Brasil I,II	01	06	05	04	02	02	20
04	Estágio Supervisionado I a IV		07	01	06	01	02	17
05	Introdução ao Serviço Social	01	04	02	04	02	02	15
06	Classes e Movimentos Sociais I e II	01	01	05	02		04	13
07	Ética Profissional		02	04	03	01	03	13
08	Economia Política		03	03	03	02	01	12

⁵ Considere-se o total. Se cada região for tomada isoladamente como referência, verificar-se-á que há disciplinas que aparecem somente uma vez.

Nº. de Ordem	Disciplinas	Total de cada Disciplina por Região						
		N	SI	SII	L	C-O	NE	Total
09	Sociologia I, II		05	01	05			11
10	S. Social e Processo de trabalho I a IV		02	02	02	01	04	11
11	Pesquisa em S. Social			04	04	01	01	10
12	Seminário temático I ao VIII		03	02	02		03	10
13	Desenvolvimento capitalista e questão social		02	02	03	01	01	09
14	Teoria política		01	03	04	01		09
15	Trabalho e sociabilidade I e II		01	01	01	01	03	07
16	Processo de trabalho em Serviço Social I a IV		04	01			01	06
17	Serviço Social I a IV		01		01		04	06
18	Capitalismo e questão social		02			01	02	05
19	Trabalho e questão social			04	01			05
20	Orientação de TCC		01	01	02		01	05
21	Direito e legislação social				02	02		04
22	Oficinas temáticas em S. Social			03	01			04
23	Teorias sociológicas e S. Social	01		01	01	01		04
24	Questão social e Serviço Social		01	01	01	01		04
25	S. Social Contemporâneo		02		02			04
26	Oficina de formação profissional			03			01	04
27	Questão social no Brasil			01	02		01	04
28	Antropologia				03			03
29	Ciência Política		03					03
30	Direito e cidadania I e II		02	01				03
31	Filosofia I			02	01			03
32	Oficina de Trabalho profissional I a IV			01	02			03
33	Prática Profissional em Serviço Social I a IV			02	01			03
34	Processos de trabalho e Serviço Social I a IV	01			02			03
35	Tópicos especiais em S. Social				03			03
36	S. Social e Saúde	01			02			03
37	TCC			01	01		01	03
38	Acumulação capitalista e questão social			02				02
39	Administração e orçamento em S. Social				01	01		02
40	Estado, classes e movimentos sociais				02			02

Nº. de Ordem	Disciplinas	Total de cada Disciplina por Região						
		N	SI	SII	L	C-O	NE	Total
41	Desenvolvimento de Comunidade			01		01		02
42	Economia brasileira contemporânea				02			02
43	Gestão e Planejamento Social			02				02
44	História do Serviço Social				01		01	02
45	Monografia I e II				01		01	02
46	Movimentos sociais			01	01			02
47	Movimentos sociais e cidadania				02			02
48	Núcleos temáticos I a VI			01	01			02
49	Oficina de supervisão I a IV				02			02
50	Projeto de investigação da prática			02				02
51	Política setorial de habitação		01			01		02
52	Políticas sociais especiais/setoriais			01	01			02
53	Políticas públicas e Serviço Social	01			01			02
54	Planejamento e projetos em S. Social				02			02
55	Processo de trabalho I e II			01	01			02
56	Psicologia Social			01	01			02
57	Questão de gênero no Brasil				02			02
58	Questão social				01		01	02
59	Questões contemporâneas em S. Social I e II		01		01			02
60	Questão urbana, questão rural e movimentos sociais				01	01		02
61	Relações de gênero, étnicas e S. Social				02			02
62	Seminário de família			01	01			02
63	S. Social e realidade regional			01	01			02
64	S. Social, família e segmentos vulneráveis	01	01					02
65	S. Social e questão urbana no Brasil	01			01			02
66	Sociologia contemporânea		02					02
67	Supervisão de estágio I, II, III		01	01				02
68	Teorias econômicas e S. Social	01	01					02
69	Tópicos em Políticas Sociais				01		01	02

Quadro 2 - Disciplinas com maior incidência

Dentre as disciplinas acima, pode-se verificar que quase a metade delas, precisamente 46,37%, tem uma frequência insignificante, sendo ofertada apenas em 2 (duas) unidades de ensino. No topo do quadro estão Fundamentos Teóricos, Históricos e Metodológicos do Serviço Social e Política Social, ambas ofertadas em 41 unidades de ensino. Na sequência apresentam-se Formação Sócio-Histórica do Brasil (20), Estágio Supervisionado (17) e Introdução ao Serviço Social (15.) Nem é preciso uma análise mais aprofundada dessas disciplinas para saber que estão longe de dar conta da questão social a partir da premissa de que esta resulta da contradição capital-trabalho, declaração que, como dissemos inicialmente, constitui unanimidade entre as unidades de ensino. Nas 5 (cinco) disciplinas mencionadas, pela relevância quantitativa, as referências à questão social são secundárias, dado que são outros os seus objetivos específicos.

Tomando como referência as denominações que sugerem tratar diretamente da questão social, selecionamos o quadro seguinte para verificar, por meio das ementas, conteúdos programáticos e bibliografias, quais as disciplinas em que, efetivamente, a questão social é central. Como pode ser observado, constam deste quadro todas as disciplinas cujas denominações incluem as seguintes expressões: acumulação capitalista, capitalismo, desenvolvimento capitalista, dinâmica capitalista, trabalho⁶ e, óbvio, questão social. Afora essas, foram contempladas ainda as disciplinas Classes e Movimentos Sociais; Estado, Classes Sociais e Movimentos Sociais e Economia Política, por entender-se que possuem uma estreita ligação com a temática.

⁶ Não foram incluídas as que fazem referência a processo de trabalho, uma vez que estas serão objeto de análise do eixo Trabalho.

Nº	Disciplinas	Norte	Sul I	Sul II	L	CO	NE	Total
01	Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais				01		01	
02	Acumulação capitalista e questão social			02				02
03	Capitalismo e questão social		02			01	02	05
04	Classes e Movimentos Sociais I e II	01	01	05	02		04	13
05	Desenvolvimento capitalista e desigualdade social			01			01	
06	Desenvolvimento capitalista e movimentos sociais			01			01	
07	Desenvolvimento capitalista e questão social		02	02	03	01	01	09
08	Dinâmica capitalista e questão social				01			01
09	Economia Política		03	03	03	02	01	12
10	Estado, classes sociais e movimentos sociais				02		02	
11	Expressões da questão social				01			01
12	Oficina de questões sociais e Serviço Social					01		01
13	Questão social e Serviço Social		01	01	01	01		04
14	Questão social no Brasil			01	02		01	04
15	Questão social na sociedade contemporânea		01					01
16	Q. social e desenvolvimento político e econômico		01					01
17	Q. social e prática profissional do Serviço Social		01					01
18	Questões sociais			01				01
19	Questão social e poder local						01	01
20	Questão social				01		01	02
21	Questão social e campos do Serviço Social		01					01
22	Questão social, Estado e cidadania				01			01
23	Serviço Social e questão social				01			01
24	Serviço Social e acumulação capitalista		01					01
25	Trabalho e relações sociais						01	01
26	Trabalho e questão social			04	01			05
27	Trabalho e Serviço Social				01			01
28	Trabalho e sociabilidade		01	01	01	01	03	07
TOTAL		01	15	22	22	07	15	82

Quadro 3 - Frequência das disciplinas cujos títulos sugerem tratar diretamente da questão social, por região.

Um total de 28 disciplinas sugere tratar diretamente da questão social e estas correspondem a 82 ofertas em 59 unidades de ensino⁷. Considerando que temos 103 unidades de ensino respondentes para aproximadamente 43% desse universo, a questão social recebe o que foi denominado na pesquisa de tratamento transversal, isto é, disciplinas nas quais o tema não é central, mas perpassa a discussão. Dentre as disciplinas contempladas na nossa hipótese observa-se maior frequência em Classes e Movimentos Sociais (12), Economia Política (12), Desenvolvimento Capitalista e Questão Social (9), Trabalho e Sociabilidade (7), Capitalismo e Questão Social (5), Trabalho e Questão Social (5), Questão Social e Serviço Social (4), Questão Social no Brasil (3), Estado, Classes e Movimentos Sociais (2) e Questão Social (2). Aparentemente todas essas disciplinas são apenas designações diferentes para tratar de um mesmo conteúdo. Mas, ao se analisar as ementas, programas e bibliografias, constata-se que nem sempre as disciplinas correspondem ao que sugerem os títulos.

Tomando como referência os 216 títulos pelos quais a questão social é tratada - central ou transversalmente - e até mesmo quando nos detemos somente nestas 28 disciplinas nas quais, hipoteticamente, a questão social seria central, chama atenção o volume de diferentes designações para tratar de um mesmo objeto. Certamente a designação não interfere no conteúdo. "O que chamamos rosa, sob uma outra designação, teria igual perfume", dissera Shakespeare em Romeu e Julieta. Contudo, as variações nas disciplinas ofertadas não estão apenas nas designações. Em menor frequência, também, os conteúdos diferem e, em proporções significativas, as bibliografias. Tem-se a impressão de que cada

⁷ Em alguns casos, uma mesma unidade de ensino oferece mais de uma das disciplinas que compõem o quadro acima.

professor atribui à disciplina a sua identidade. Se, por um lado, pode-se pensar que cada professor contribui mais com a formação do aluno ao adotar interlocutores por eles conhecidos, por outro, se cada um ficar restrito a essa possibilidade, o conteúdo da disciplina pode ser desvirtuado e o curso, em alguma medida, pode perder a sua unidade⁸. Entende-se, ainda, que os textos clássicos deveriam ser obrigatórios para todas as unidades de ensino, interpretação particular pela qual respondemos.

Contudo, seguindo a orientação muitas vezes enfatizada por Mota⁹ (2006) - o propósito da pesquisa é informar e formar - queremos deixar claro que não estamos fazendo uma mera descrição dos fatos. Tem-se este momento como um ponto de partida de uma tarefa grandiosa que não é só da ABEPSS ou dos profissionais que, nesse processo, foram movidos tão-somente pela necessidade de conhecer e contribuir, sem outros ganhos de qualquer natureza. Portanto, a correção ou não do que se expõe é agora de domínio público, a quem o submetemos¹⁰.

Vale ressaltar que a análise ora exposta não tem a pretensão de dar conta de toda a discussão acerca da questão social na graduação do Serviço Social brasileiro, cujo perfil vem sendo transfigurado pela chamada interiorização do ensino universitário e, particularmente, pelo ensino à distância. Também deve-se levar em conta o reduzido grupo de profissionais que assumiu a magnitude desta pesquisa. Ainda assim, deve ficar claro que, malgrado os limites pessoais e as condições objetivas para a sua realização, sobretudo na fase de análise, em nenhum momento

⁸ Aqui vale lembrar que, especialmente nos grandes eventos da profissão, alguns profissionais reclamam uma maior contribuição dos programas de pós-graduação à graduação. Sem querer julgar se a reivindicação é ou não procedente, o que parece é que nem sempre as referências trazidas pelas dissertações e teses são suficientemente elucidativas do que propõe a graduação.

⁹ Ana Elizabete Mota, à época, presidente da ABEPSS e idealizadora da pesquisa.

¹⁰ Informações mais detalhadas podem ser solicitadas à autora. Dado o limite de 20 laudas, a análise de alguns dados não pôde constar neste artigo.

se prescindiu do rigor científico. Portanto, é sob essa ótica que ressaltamos o estatuto ontológico das categorias do conhecimento, demonstrando que o método não pode ser uma construção da subjetividade, como bem defende Tonet (1997, p. 227) “a verdade teórica de um objeto é a sua reprodução integral”, que só pode ser capturada na lógica do próprio objeto. Segundo esse autor, o pluralismo metodológico ao mesmo tempo que expõe o equívoco de tratar o conhecimento do ponto de vista do sujeito, justifica o objeto como pólo regente da integralidade do processo. “Ainda que o objeto tenha alguma importância na produção do conhecimento, ele não tem uma participação essencial como o pólo regente desse processo”. Por fim, resume que essa interpretação “faz parte de um estranho consenso entre não marxistas e **boa parte dos marxistas**, segundo a qual o objeto do conhecimento não é o objeto real, mas um objeto construído pela razão”. (TONET, p. 221-222) (grifo nosso).

O que se quer é que nos perguntemos se somos parte do referido consenso. E, por fim, para serem pensadas pelo coletivo do Serviço Social, expomos as nossas considerações finais, ao tempo que ousamos tecer algumas recomendações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qualquer conclusão passa pelo contexto em que o objeto é analisado. Vê-se em Netto (2007) que, dentre outras causas, a “maciça cooptação de entidades e organismos que tinham peso sobre significativos movimentos sociais”, como a CUT e a UNE, hoje é um fator extremamente negativo para a viabilidade do “projeto ético-político”. “O elenco de objetivos do Serviço Social tem sido intencional e acintosamente minimizado mediante a centralização das suas funções no plano assistencial”. (NETTO, 2007, p. 38). Por outro lado, o Estado assistencialista tem promovido uma regressão considerável entre os profissionais do Serviço Social.

Daí infere-se que, apesar dos avanços iniciados na década de 80 e do inegável crescimento da profissão, permanecem presentes influências de outras correntes do pensamento.

Os “fortíssimos vetores, segundo os quais o Serviço Social não passa mesmo de ‘profissão da assistência’”, que, segundo Netto (2007, p. 39), estão presentes na cultura profissional, de fato são constatados nesta pesquisa. E não estamos nos referindo apenas às ementas das disciplinas, aos conteúdos programáticos e às bibliografias, as quais, na sua letra fria, podem não traduzir exatamente o pensamento do respondente. Referimo-nos, principalmente, às falas advindas de profissionais presentes aos debates nas oficinas. A defesa da política, como se esta fosse fim e não apenas meio, é incontestável. Muitas vezes a solução da questão social parece depender tão-somente de planejamento e administração. Igualmente pode-se constatar que, como para a igreja católica, o trabalho - no sentido de ocupação, emprego ou coisa que o valha - é tomado como uma atividade que dignifica o homem. Por essa via, a desigualdade, desde que em proporções menores, torna-se aceitável, o que remete à lição de Leão XIII (1981).

Do exposto, pode-se inferir que Marx não é a única referência para a apreensão do trabalho e, óbvio, também não o é da questão social. Afirmar no discurso que a questão social decorre da contradição capital-trabalho não remete necessariamente à divisão de classes, aos métodos econômicos e extra-econômicos utilizados desde a gênese do capitalismo até os dias atuais, bem como às suas necessárias conseqüências.

Em síntese, conclui-se que:

- Declarar a questão social como resultante da contradição capital-trabalho é uma unanimidade discursiva que a realidade não comprova. Não por acaso, alguns discentes afirmam que a questão social, de fato, atravessa o currículo, mas falta clareza no que se refere à compreensão teórica do processo que a origina e dos

nexos com a prática concreta do assistente social.

- Teoria crítica e pensamento marxista apresentam-se como sinônimos, mas geralmente a primeira sugere identificar-se com “consciência política”, (NETTO, 2001, p. 45) o que indica ainda estarmos longe de apreender as determinações concretas “entre as expressões emergentes [da questão social] e as modalidades imperantes de exploração”. (Idem, ibidem)

- Afirma-se a contradição capital-trabalho como causa da questão social sem o necessário conhecimento de categorias fundamentais como acumulação capitalista, mais-valia, trabalho assalariado, trabalho produtivo, trabalho improdutivo, etc., já que, como foi constatado, a obra de Marx ainda é pouco adotada.

- O tensionamento resultante da imediatividade da prática, por um lado, e da necessidade da pesquisa, por outro, conduz à polêmica da não-relação teoria-prática.

- A ausência de leitura dos clássicos conduz à aceitação acrítica de comentadores que nem sempre expressam o pensamento genuíno com repercussões negativas na formação profissional.

- A adoção prioritária de interlocutores com os quais se tem mais aproximação, em detrimento das grandes matrizes do pensamento, pode implicar consequências para a direção do curso e para a sua unidade.

- As ementas com conteúdos vagos, nas quais cabem diferentes programas e bibliografias, são indicativos de vertentes teóricas que nem sempre estão em sintonia com as Diretrizes Curriculares.

- Propostas que supostamente apreendem a totalidade apresentam abordagens regionais ou locais desconectadas do todo, o que nega a direção do curso.

- Os cursos priorizam uma formação muito mais voltada para o enfrentamento das expressões da questão social (demanda do mercado) do que para a apreensão do seu processo constitutivo.

- A dificuldade de compreensão teórica dos discentes interfere,

segundo eles, na apreensão de outros conteúdos, demonstrando quão importantes são os fundamentos teórico-metodológicos na formação do assistente social, se se quer o perfil recomendado pelas diretrizes do curso.

Diríamos que a formação do Serviço Social se distingue das demais pelo seu caráter, de fato, universitário. Isso se explicita na proposta de formar profissionais competentes para o mercado, mas não só. Ao contemplar uma formação que também está direcionada a um projeto societário para além do capital, o curso mune os profissionais de uma bagagem teórico-metodológica que tem permitido a um significativo número deles transitar no interior das Ciências Sociais com autoridade só garantida a quem conhece a realidade. Em sendo assim, defendemos que uma sólida formação, fundada em Marx, além de garantir a direção do curso, também qualifica para o mercado de trabalho, a exemplo do magistério. Portanto, insistimos no conhecimento da tradição marxista e na implementação das Diretrizes Curriculares sem falseamentos. Com isso, não estamos dizendo que, obrigatoriamente, todos devem ser marxistas. O que ousamos recomendar é que o ecletismo seja abolido do Serviço Social e que cada um busque aprofundamento para a defesa de suas convicções. Assim o debate será enriquecido e as nossas diferenças não vão resvalar para o campo pessoal, dado que a discussão será pautada em argumentos advindos dos nossos aportes teórico-metodológicos e não fundada no ativismo, tendo em vista justificar o imediatismo requerido pela prática. É inaceitável, depois de tantos avanços na profissão, que os nossos argumentos por vezes ainda se inscrevam no marxismo vulgar. O perfil do assistente social previsto pelas Diretrizes Curriculares minimamente requer para a sua formação que se ofereça:

• Leitura obrigatória da obra de Marx, especialmente das categorias econômicas, sem as quais não se pode compreender o vigésimo

terceiro capítulo de O Capital que, segundo Netto, “revela a anatomia da ‘questão social’, sua complexidade, seu caráter corolário (necessário) do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios”, (2001, p. 45) elucidando, portanto, o processo de trabalho e as formas históricas por ele assumidas no capitalismo.

- Disciplina obrigatória que trate especificamente da produção capitalista e da questão social em todas as unidades de ensino do Serviço Social.
- Disciplinas eletivas que estimulem a curiosidade histórica visando propiciar, dentre outros aspectos, que se extraiam da realidade as mediações que explicam a relação do Serviço Social com o desenvolvimento capitalista.
- Conhecimento das matrizes teóricas do pensamento, no sentido de opções que não se queiram neutras e da eliminação do ecletismo que desemboca na produção de diversos marxismos, com prejuízos para a formação do assistente social.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Proposta de avaliação e implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social**. Recife, ABEPSS, 2006.

BEHRING, E. R. **Política Social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.

BRAZ, M. A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. In: **Inscrita**. Brasília, CFESS, n. 10, 2007.

CARDOSO, Izabel Cristina, et al. Proposta básica para o Projeto de Formação Profissional. In: **Caderno ABESS**, São Paulo: Cortez, n. 7, 1997.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

LEÃO XIII. **Rerum Novarum**: carta encíclica de sua santidade o papa Leão XIII sobre a condição dos operários. São Paulo: Paulinas, 2005.

NETTO, J. P. **Prólogo do Manifesto do Partido Comunista. Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. In: **Temporalis**, Brasília, ABEPSS, n. 3, 2001.

_____. Das ameaças à crise. In: **Inscrita**. Brasília: CFESS, 2007.

TONET, I. **Democracia ou liberdade?** Maceió: EDUFAL, 1997.

PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL: tendências na implementação das Diretrizes Curriculares

Marina Maciel Abreu*

RESUMO

O artigo aborda a situação da pesquisa na formação profissional com base nos resultados da "Avaliação da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social" realizada pela ABEPSS, em 2006¹. Confronta demarcações desta matéria nas Diretrizes Curriculares, conforme as versões aprovadas pela ABEPSS/1996 e pelo Conselho Nacional de Educação/2001. Recupera desdobramentos em componentes curriculares, considerando o caráter formativo inerente às dimensões investigativa e interventiva da profissão e condição de eixo constitutivo e indissolúvel das atividades acadêmicas fundamentais. Identifica tendências referentes à concepção e organização dos conteúdos das disciplinas vinculadas à matéria e aponta as principais temáticas trabalhadas em projetos de pesquisa em desenvolvimento nos cursos pesquisados. As considerações finais reafirmam a constatada disseminação da pesquisa na formação, embora ainda com lacunas e dificuldades quanto à transversalidade desse elemento em grande parte das experiências analisadas, diante do desafio do avanço do ensino e da produção do conhecimento, sob a direção do projeto ético-político profissional do Serviço Social.

Palavras-chave: Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes Curriculares. Formação Profissional. Produção do conhecimento.

ABSTRACT

The article is about the importance of the research in the professional background based on the results of the "Implementation Assessment of the Social Work Courses Curricular Guidelines" made by ABEPSS in 2006. It shows some boundaries of the subject in Curricular Guidelines according to versions approved

* Assistente Social, Doutora em Serviço Social, Professora do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFMA. maciel.m@uol.com.br

¹A pesquisa envolveu 105 unidades de ensino que aderiram à proposta de investigação, distribuídas em todas as regiões da ABEPSS.

by ABEPSS/1996 and by the Education National Council/2002. It recovers unfoldings in curricular components considering the formative character that are inherent to the profession's investigative and interventive dimensions as well as indissoluble and constitutive axis condition of fundamental academic activities. It identifies tendencies related to the conception and organization of contents of the disciplines tied to the subject and points out the main themes worked on research projects that are developed in the researched courses. The final considerations reassert the dissemination of research on formation with gaps and difficulties, however, as to the transversality of such element in most of the analyzed experiences facing the challenge of the teaching progress and knowledge production under the direction of the ethical-political project of Social Work.

Key words: Research in Social Work. Curricular Guidelines. Professional Background. knowledge production.

INTRODUÇÃO

Nesta discussão entendemos a pesquisa como um elemento fundamental que atravessa a totalidade da profissão. Na particularidade da formação profissional essa noção está presente em todo o processo e nos registros da elaboração das diretrizes curriculares, sob a coordenação da ABEPSS, como uma condição fundamental para o avanço da inserção profissional, de forma orgânica, no movimento da história e exigência na constituição e desenvolvimento dessa profissão, sob a perspectiva dos interesses e lutas democráticas e emancipatórias da classe trabalhadora, base da emancipação de toda a sociedade e horizonte do projeto ético-político profissional que se afirma na sociedade brasileira desde o final dos anos 1970.

O caráter formativo da pesquisa inerente às dimensões investigativa e interventiva da profissão e sua condição de eixo constitutivo e indissolúvel das atividades acadêmicas fundamentais é reafirmado no âmbito das diretrizes curriculares, tendo presente a exigência da produção do conhecimento e o necessário exercício

do pluralismo. O pluralismo, aqui considerado como aspecto constitutivo da natureza da vida acadêmica, portanto uma exigência do processo de formação, sob a orientação do projeto ético-político profissional que se concretiza no embate e debate entre as diferentes correntes de pensamento e da ação humana, com a prevalência e direção da Teoria Social crítica.

Sob estas demarcações, a matéria é concebida nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, todavia a ementa desta matéria na proposta enviada para aprovação do CNE pela Comissão de Especialistas da área do Serviço Social-MEC; SESu, em 1999, reduz o conteúdo a:

concepção, elaboração e realização de projetos de pesquisa. A pesquisa quantitativa e qualitativa e seus procedimentos. Leitura e interpretação de indicadores sócio-econômicos. Estatística aplicada à pesquisa em Serviço Social.

Tal conteúdo difere da ementa contida do texto das "Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social" (ABESS; CEDEPSS, 1997, p.71), assim formulada:

natureza, método e processo de construção do conhecimento: o debate teórico-metodológico. A elaboração e análise de indicadores sócio-econômicos. A investigação como dimensão constitutiva do trabalho do Assistente Social e como subsídio para a produção do conhecimento sobre processos sociais e reconstrução do objeto da ação profissional.

Esse é um primeiro ponto de tensão na concepção e organização da matéria pesquisa nos cursos de Serviço Social e comporta dois desdobramentos: um refere-se à redução do conteúdo

da matéria pesquisa na proposta encaminhada pela Comissão de Especialistas da área do Serviço Social-MEC; SESu, aos aspectos técnico-operativos com a supressão da discussão sobre a natureza dos processos de conhecimento, a questão do método e o debate teórico-metodológico que perpassa a relação polêmica entre ciência e ideologia no campo das Ciências Humanas e Sociais. O outro desdobramento diz respeito ao paradoxo presente entre a concepção da pesquisa, enquanto princípio formativo e atividade acadêmica basilar, e a definição da matéria nos projetos pedagógicos das Unidades de Ensino. O segundo ponto de tensão deriva das estratégias de flexibilização da organização acadêmica, fortemente evidenciado na eliminação dos conteúdos de todas as matérias propostas nas Diretrizes Curriculares (ABESS; CEDEPSS, 1997) e no reforço da formação instrumental em curto tempo, tal como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Assim, há uma forte tendência de redução do ensino da pesquisa à disciplina e essa com conteúdo restrito à dimensão técnico-operativa.

Essas questões reforçam a linha de problematização que norteou a análise deste eixo na pesquisa avaliativa da implementação das diretrizes curriculares, em 2006, que destaca, dentre outras questões: a) a tendência de concentração das pesquisas na pós-graduação e a possibilidade de distanciamento destas das necessidades da graduação e b) a tendência de redução da pesquisa na graduação, ao ensino de disciplinas específicas, salvo as inserções de alguns alunos em iniciação científica, (ABEPSS, 2006) perdendo-se a perspectiva de um princípio formativo transversal a toda formação e materializado na postura investigativa constitutiva da prática profissional.

Tais questões, por sua vez, são perpassadas por um conjunto de mediações que peculiarizam as condições concretas e os contornos da construção da matéria pesquisa no âmbito da implementação das Diretrizes Curriculares nas unidades de ensino. Destacamos:

a) o legado da trajetória da pesquisa, sob a influência do marxismo, como principal fundamento da construção e consolidação do Serviço Social como área do conhecimento no contexto profissional na sociedade brasileira, nas três últimas décadas. Essa perspectiva constitui a principal referência das Diretrizes Curriculares e da produção intelectual nesse período. Sob essa influência, avançam e ganham densidade a pesquisa e a produção do conhecimento na área do Serviço Social no país, base do reconhecimento da área pelos organismos de fomento desde 1982; com a ampliação significativa e diversificação das temáticas, objeto do conhecimento nessa área. Esse processo teve grande impulso com o desenvolvimento da pós-graduação nas três últimas décadas e conta, atualmente, com 24 programas (9 com doutorado e mestrado e os demais, apenas mestrado). Esses programas implementam 31 áreas de concentração com mais de cinquenta linhas de pesquisa ativadas (ABEPSS, 2007a)², a principal referência da proposta de revisão das sub-áreas de Serviço Social junto a CAPES, CNPQ e FINEP,

²As áreas de concentração, com base nas informações da CAPES, são as seguintes: Estado, sociedade e políticas públicas(UFPI); Serviço Social, Instituições e movimentos sociais; Serviço Social, política social e cidadania(UFRJ); Serviço Social, políticas e processos sociais; Demandas e políticas sociais; Metodologias do Serviço Social (PUCRS); Serviço Social, políticas sociais e movimentos sociais; Serviço Social: fundamentos e prática profissional(PUCSP); Serviço Social e Política Social (UEL); Política Social e trabalho (UERJ); Política social e processos interventivos (UFF); Políticas Públicas e movimentos sociais; Políticas sociais e avaliação de políticas e programas sociais (UFMA); Serviço Social, política social e cidadania(UFPA); Política Social; Fundamentação teórico-prática do Serviço Social (UFPB-JB); Serviço Social, movimentos sociais e direitos sociais (UFPE); Serviço Social, questão social, direitos (PUCRJ); Serviço Social, Direitos Humanos e Questão Social (UFSC); Estado, Políticas Sociais e Cidadania (UnB); Trabalho e Sociedade (UNESP); Serviço Social, cultura e relações sociais; Serviço Social, formação profissional, trabalho e proteção social (UFRRN); Serviço Social, Trabalho e Direitos Sociais (UFAL); Política social, Estado e sociedade (UFES); Serviço Social, Política Social e Movimentos Sociais (UCGO); Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social (UFJF); Processos Participativos, Desenvolvimento e Política Social (UCPEL); Cidades e questões sociais (UNICSUL); Serviço Social e sustentabilidade na Amazônia (UFAM) e Política Social, Trabalho e Cidadania (UCSAL). (ABEPSS, 2007a).

elaboradas, sob a coordenação da ABEPSS, em atendimento ao processo de revisão das áreas do conhecimento por esses órgãos, em 2005. Esse processo, embora não tenha sido concluído por esses órgãos, significou para a área do Serviço Social um momento de sistematização e demarcação do amplo leque de temáticas sobre as quais incidem a pesquisa e a produção intelectual em Serviço Social que consubstanciam três sub-áreas do conhecimento: Fundamentos do Serviço Social, Trabalho e Questão Social e Política Social.

b) o avanço na sociedade e no meio acadêmico, em particular, do chamado pensamento pós-moderno, com incidência significativa na pesquisa e produção do conhecimento em contraposição à Teoria Social crítica, mediante a proliferação de abordagens fragmentadas da realidade social, e do próprio Serviço Social, em detrimento do conhecimento a partir da perspectiva de totalidade.

c) As condições sócio-institucionais da implementação das Diretrizes Curriculares no contexto da (contra) reforma do ensino superior, sob orientação neoliberal e conforme os ditames dos organismos financeiros internacionais (Banco Mundial e FMI) traduzidos na perspectiva privatista de mercantilização da educação que submete as atividades fins da instituição universitária aos interesses do mercado e transforma o ensino, a pesquisa e extensão em mercadorias, cuja produção deve ajustar-se à orientação dos financiadores. Tal orientação flexibiliza e aligeira a formação profissional para atender as exigências imediatas em detrimento de uma formação humanista-ético-política.

d) o movimento de resistência e luta em torno de uma formação ético-política com base na Teoria Social crítica e comprometida com as lutas emancipatórias da sociedade; a partir do qual se reafirma a direção social estratégica da formação nas diretrizes curriculares em contraposição e enfrentamento dos

processos de flexibilização da formação profissional voltada para o mercado, em que as instâncias de organização política da profissão são as principais mediações. (ABREU; LOPES, 2007).

Sob essa orientação, procedemos à análise da matéria pesquisa como componente curricular em projetos pedagógicos de 93 Unidades de Ensino do país, correspondentes a 90% do universo pesquisado, constituído por 103³ Unidades de Ensino.

A matéria pesquisa nos projetos pedagógicos avaliados desdobra-se em um conjunto de componentes curriculares envolvendo: disciplinas, atividades acadêmicas complementares, desenvolvimento de núcleos-grupos e projetos de pesquisa integrada a outros componentes curriculares. Todavia, em 13 Unidades de Ensino (13%) as informações fornecidas indicam a pesquisa apenas como disciplina e em 9 UE (9%) este eixo aparece em diferentes modalidades, ou seja, como disciplina, desenvolvimento de Núcleos/Grupos e projetos de pesquisa, Atividades Acadêmicas Complementares e Outros Componentes Curriculares.

³A análise do eixo Pesquisa, no âmbito da Pesquisa Avaliativa da Implementação das Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 2006), ocorreu com base nos dados de 103 Unidades de Ensino que aderiram à pesquisa. Ficaram fora dessa análise informações de duas unidades de ensino que, por razões técnicas, não puderam ser disponibilizadas.

DESDOBRAMENTOS DA MATÉRIA PESQUISA EM DISTINTOS COMPONENTES CURRICULARES: configurações e tendências

a) Pesquisa como disciplina

Foram identificadas 156 disciplinas nominadas pelas Unidades de Ensino com vinculação à matéria pesquisa (ABEPSS, 2007b), dentre as quais 87 apresentam títulos-conteúdos que consideramos relacionados de forma mais direta a essa matéria (Quadro 1). Sobre esse recorte centramos a presente análise.

Nº DE ORDEM	DISCIPLINAS	FREQÜÊNCIA DAS UNIDADES DE ENSINO QUE ADOTAM A DISCIPLINA						
		NORTE	SUL I	SUL II	L	CO	NE	TOTAL
1	Análise de indicadores sociais para o Serviço Social				01			01
2	Análise do processo metodológico				01			01
3	Construção do Conhecimento		01					01
4	Construção do Trabalho científico						01	01
5	Contextualização da Pesquisa em Serviço Social				01			01
6	Demandas Sociais e Serviço Social				01			01
7	Estatística			05				05
8	Estatística Aplicada ao Serviço Social		03			02		05
9	Estatística básica			01				01
10	Estatística computacional aplicada ao serviço Social				01			01
11	Estatística em Ciências Sociais			01				01
12	Estatística para a pesquisa em Serviço Social		01					01
13	Estatística Social				01			01
14	Estatística Social e Banco de dados					01		01
15	Estudo de Recursos Sociais			01				01
16	Fundamentos da Metodologia da Pesquisa Social					01		01

Nº DE ORDEM	DISCIPLINAS	FREQÜÊNCIA DAS UNIDADES DE ENSINO QUE ADOTAM A DISCIPLINA						
		NORTE	SUL I	SUL II	L	CO	NE	TOTAL
17	Fundamentos da pesquisa				01			01
18	Fundamentos da pesquisa social						01	01
19	Informação e Comunicação Eletrônica					01		01
20	Iniciação à Investigação científica			01				01
21	Iniciação à pesquisa		01					01
22	Iniciação Científica			03				03
23	Instrumentalização científica		01					01
24	Introdução à Estatística				01			01
25	Introdução à Metodologia Científica			01				01
26	Introdução ao diagnóstico sócioespacial				01			01
27	Introdução ao trabalho científico				01			01
28	Investigação em Serviço Social			01				01
29	Laboratório de pesquisa		03		01			04
30	Leitura e produção de texto				01			01
31	Metodologia científica		05	03	02	02	02	14
32	Metodologia da Normalização do trabalho acadêmico				01			01
33	Metodologia da pesquisa		02					02
34	Metodologia da Pesquisa Acadêmica				01			01
35	Metodologia da pesquisa científica		01	01	01			03
36	Metodologia da Pesquisa em Serviço Social		01					01
37	Metodologia do Trabalho Científico			02	01		01	04
38	Metodologia quantitativa Aplicada e estatística aplicada às Ciências Sociais				01			01
39	Métodos e Técnicas de Pesquisa	01						01
40	Métodos e Técnicas de Pesquisa Aplicada				01			01
41	Monografia			01	01	01	01	04
42	Monografia em Serviço Social				01			
43	Núcleos		01					01
44	Núcleos de pesquisa			01				01
45	Observatório Social				01			01
46	Oficina cultural				01			01
47	Oficina de pesquisa				03			03
48	Oficina de pesquisa				05			05

Nº DE ORDEM	DISCIPLINAS	FREQÜÊNCIA DAS UNIDADES DE ENSINO QUE ADOTAM A DISCIPLINA						
		NORTE	SUL I	SUL II	L	CO	NE	TOTAL
49	Oficina de Pesquisa em Serviço Social				03			03
50	Oficina de Texto				01			01
51	Oficina do Conhecimento				01			01
52	Oficina Investigativa				01			01
53	Oficina Temática					01		01
54	Organização do trabalho científico				01			01
55	Orientação do Trabalho de Conclusão do Curso (OTCC)		01	03	03			07
56	Pesquisa			01				01
57	Pesquisa Aplicada ao Serviço Social						01	01
58	Pesquisa e Extensão: Núcleo Mundo do Trabalho				01			01
59	Pesquisa e Extensão: Núcleo Família				01			01
60	Pesquisa em SS	02	23	21	14	04	06	70
61	Pesquisa Social		01	01	02			04
62	Pesquisa Social e Serviço Social				01		01	02
63	Prática de Pesquisa					01		01
64	Prática de Pesquisa Social					01		01
65	Práticas de Investigação em Serviço Social		01					01
66	Pressupostos Teórico-Metodológicos da Pesquisa Social						01	01
67	Processo de conhecer		01					01
68	Processo de Investigação da Prática Profissional				01			01
69	Produção do conhecimento				01			01
70	Projeto de Investigação da Prática Profissional			01				01
71	Projeto de Investigação em Serviço Social				01			01
72	Projeto de Pesquisa			01				01
73	Projeto de TCC				01			01
74	Projetos de Investigação e Prática			01				01
75	Seminário de Pesquisa (OTCC)						01	01
76	Seminário de Trabalho de Conclusão do Curso		01	01	02			04
77	Seminários Monográficos			02				02

Nº DE ORDEM	DISCIPLINAS	FREQÜÊNCIA DAS UNIDADES DE ENSINO QUE ADOTAM A DISCIPLINA						
		NORTE	SUL I	SUL II	L	CO	NE	TOTAL
78	Seminários Temáticos (TCC)			01				01
79	Sistematização de TCC			01				01
80	Sistematização do Agir Profissional			01				01
81	Técnicas de estudo, expressão e organização do trabalho científico				01			01
82	Técnicas de produção de estudos universitários				01			01
83	Teoria do Conhecimento					01		01
84	Tópicos especiais de Pesquisa Social e serviço Social					01	01	02
85	Trabalho Acadêmico Orientado (TAO)						01	01
85	Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)	01	06	09	06	01	01	24
86	Vivências de Práticas				01			01

Fonte: Pesquisa Avaliativa da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social/ ABEPSS, 2006

Quadro1 - Disciplinas cujos títulos-conteúdos tratam diretamente do eixo pesquisa, por região.

As disciplinas que compõem este quadro, como foi mencionado acima, encontram-se distribuídas em 93 Unidades de Ensino, 90% do total que informou sobre este eixo, nas seguintes proporções: 3 (3%) na região Norte, 29 (28%) na região Sul I, 24 (23%) na região Sul II, 21 (20,2%) na região Sul II, 5(5%) na região Centro-Oeste e 11 (11%) na região Nordeste.

Os títulos identificados correspondem a conteúdos concentrados em seis grupos temáticos: Pesquisa em Serviço Social, Trabalho de Conclusão de Curso, Metodologia Científica, Estatística Aplicada ao Serviço Social, Pesquisa Social e Técnicas de produção, expressão e organização do trabalho científico.

O primeiro grupo tem como referência as disciplinas de **Pesquisa em Serviço Social** concentradas em 70 UE

(67,7%), com presença em todas as regiões. Esse título corresponde ao próprio título da matéria, cujo conteúdo aparece com outras denominações como: Investigação em Serviço Social, Pesquisa Aplicada ao Serviço Social, Metodologia da Pesquisa em Serviço Social, Oficina de Pesquisa em Serviço Social, Práticas de Investigação em Serviço Social, Processo de Investigação da Prática Profissional, Projeto de Investigação da Prática Profissional, Projeto de Investigação em Serviço Social, Sistematização do Agir Profissional, Tópicos Especiais de Pesquisa Social e Serviço Social.

O segundo grupo abarca as disciplinas referentes ao **Trabalho de Conclusão de Curso** identificadas em 24 UE (23%), distribuídas em todas as regiões. O conteúdo dessas disciplinas é abordado também por outras, assim intituladas: Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso (OTCC), Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso, Trabalho Acadêmico Orientado (TAO), Seminários Temáticos (TCC), Monografia, Monografia em Serviço Social, Seminários Monográficos, Seminário de Pesquisa (OTCC), Projeto de TCC e Sistematização de TCC.

No centro do terceiro grupo estão as disciplinas de **Metodologia Científica**, presentes em 14 UE (13,5%). O conteúdo trabalhado nas mesmas é também abordado em disciplinas com as seguintes denominações: Metodologia da Pesquisa Científica, Iniciação à Investigação Científica, Iniciação Científica, Processo do Conhecer, Introdução à Metodologia Científica, Teoria do Conhecimento, Produção do Conhecimento e Oficina do Conhecimento.

As disciplinas de **Estatística Aplicada ao Serviço Social** formam a base do quarto grupo temático, sendo adotadas em 5 UE (4,8%). O conteúdo referente à Estatística aparece em outras disciplinas como: Estatística, Estatística Básica, Estatística em Ciências Sociais, Estatística Social, Estatística Social e Banco de Dados, Introdução à Estatística, Estatística Computacional

Aplicada ao Serviço Social, Metodologia Quantitativa Aplicada e Estatística Aplicada às Ciências Sociais.

O quinto grupo é constituído a partir das disciplinas de **Pesquisa Social**, com indicação em 4 UE (3,8%). O conteúdo abordado é também tratado por outras disciplinas, como: Prática de Pesquisa Social, Prática de pesquisa, Pressupostos Teórico-Metodológicos da pesquisa Social, Metodologia da pesquisa, Métodos e Técnicas de pesquisa, Métodos e Técnicas de pesquisa Aplicada, Pesquisa Social e Serviço Social, Laboratório de pesquisa, Iniciação à pesquisa, Núcleos de pesquisa, Fundamentos da metodologia da pesquisa Social, Oficina de Pesquisa, Oficina de Investigação, Análise do Processo Metodológico, Fundamentos da Pesquisa, Fundamentos da Pesquisa Social, Pesquisa, Projeto de Pesquisa e Projetos de Investigação e Prática.

O sexto grupo tem como referência a disciplina **Técnicas de produção, expressão e organização de trabalhos acadêmicos** com presença, com este título, em apenas uma UE (0,9%), todavia o seu conteúdo é também abordado em outras disciplinas específicas, assim intituladas: Metodologia do Trabalho científico, Oficina de texto, Construção do Trabalho Científico e Técnicas de produção de estudos universitários.

A análise das ementas e programas das 86 disciplinas e dos seus desdobramentos em cada Unidade de Ensino (ABEPSS, 2007 b) permitem apontar algumas tendências quanto à concepção e organização das mesmas nos projetos pedagógicos, considerando os seis grupos temáticos como referência básica.

Tendência 1 - Ênfase na dimensão técnico-operativa da pesquisa, destacando conteúdos quanto a modalidades de pesquisa, projetos de pesquisa (elaboração e execução e relatórios), análise de dados qualitativos e quantitativos, normalização e estrutura do trabalho acadêmico, estatística,

métodos e técnicas de pesquisa, leitura e produção textual. Esta tendência tem a predominância na organização dos conteúdos trabalhados no conjunto das disciplinas analisadas, sendo fortalecida na seleção da bibliografia básica.

Tendência 2 - Abarca conteúdos referentes a fundamentos epistemológicos e teórico-metodológicos da produção do conhecimento e da pesquisa, por meio da abordagem de recortes como: teoria do conhecimento, produção do conhecimento, relação sujeito/ objeto, perspectivas teórico-metodológicas (positivismo, fenomenologia, sociologia compreensiva e materialismo histórico e dialético), Ciência e ideologia, Questão do método nas Ciências Sociais, Fundamentos e métodos e técnicas da pesquisa em Ciências Sociais, Pesquisa Social, construção de categorias, construção do objeto, crise dos paradigmas, interdisciplinariedade e produção científica.

Tendência 3 - Envolve dois desdobramentos da Pesquisa em Serviço Social: um referente ao debate acadêmico sobre a pesquisa e produção do conhecimento nessa área, mediante conteúdos como: questão teórico-metodológica em Serviço Social, tipos de pesquisa utilizadas em Serviço Social, onde aparecem as modalidades da pesquisa participante e pesquisa-ação com uma frequência significativa, dimensão investigativa como princípio na formação e prática profissional, ética na pesquisa em Serviço Social e a elaboração, execução projetos de pesquisa e do TCC. O outro desdobramento indica exercícios e vivências de pesquisa e o desenvolvimento da postura investigativa no alunado.

O material analisado evidencia a orientação dada a essa matéria em consonância com a proposta enviada para aprovação do CNE, pela Comissão de Especialistas-MEC/SESu da área do Serviço Social, com ênfase nos conteúdos técnico-operativos ao mesmo tempo em que há uma secundarização de conteúdos pertinentes às bases teórico-metodológicas e à dimensão política

da produção do conhecimento e demonstram como tendência que as abordagens a fundamentos epistemológicos e teórico-metodológicos da produção do conhecimento e da pesquisa reforçam tratamentos fragmentados e justapostos desses conteúdos, embora sejam identificados estudos sobre a relação teoria/método e matrizes da produção do conhecimento: positivismo, estruturalismo, funcionalismo, fenomenologia e marxismo.

Percebemos, em grande número de disciplinas em todas as regiões, a discussão sobre a investigação como dimensão constitutiva do trabalho do Assistente social e da produção do conhecimento, configurando um conteúdo transversal às mesmas, o que indica o enraizamento dessa concepção nos projetos pedagógicos analisados. Todavia, em raríssimos casos constatamos a atenção para estudos sobre a questão do método a partir da perspectiva da práxis com a busca de articulação orgânica entre as dimensões investigativa e interventiva na formação e prática profissional.

Fica, portanto, evidenciado no material analisado um distanciamento dos conteúdos predominantes das disciplinas em relação à direção social estratégica das diretrizes curriculares defendidas pela ABEPSS, fundada na referência da Teoria Social crítica, considerando a reduzida inserção de estudos sobre o método a partir dessa orientação, assim como de fontes bibliográficas originais nos programas analisados, o que leva a inferir a pouca incidência desta perspectiva como orientação na organização dos conteúdos programáticos das disciplinas vinculadas ao eixo pesquisa. É importante ressaltar que a inferência acima aponta para a necessidade de buscarmos o aprofundamento do debate sobre esse eixo a partir da perspectiva da práxis como condição para o avanço da produção do conhecimento e como necessidade para formação e prática profissional, sob a orientação

do projeto ético-político profissional do Serviço Social.

Sob essa orientação, atenta-se para a importância da interlocução crítica e do confronto construtivo de idéias inerentes ao exercício do pluralismo, como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional (ABESS;CEDEPSS, 1997, p. 61), em contraposição ao ecletismo.

Tais ponderações remetem à necessidade de maior discussão sobre a incidência das estratégias da formação instrumental, imediatista, "flexível", incentivadas pela atual Política de Educação Superior na organização dos conteúdos das disciplinas. Estratégias essas contrárias à formação proposta pelas Diretrizes curriculares na direção do projeto ético-político profissional, mas fortalecidas pelo debate e análises que buscam fundamentos nas chamadas referências pós-modernas.

b) Pesquisas como Atividades Acadêmicas Complementares e outros componentes curriculares

As atividades de pesquisa são predominantes nas Atividades Acadêmicas Complementares (ACC) e Outros Componentes Curriculares (OCC) indicados por 77 UE, correspondentes a 74% do universo da pesquisa que informaram sobre essas atividades. (ABEPSS, 2007b)

Em 60 EU, 78% desse quantitativo, a pesquisa compõe as Atividades Acadêmicas Complementares, predominantemente, sob a forma de Iniciação científica (PIBIC), PET, inserção dos alunos em grupos e projetos de pesquisa, participação em eventos de pesquisa, elaboração e apresentação de artigos em eventos científicos, pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, elaboração de resenhas, levantamentos sócio-econômicos, Jornadas de pesquisa, Elaboração de projetos de pesquisa, realização de oficinas de pesquisa, elaboração de projetos de TCC, Oficina de estatística Aplicada ao Serviço Social, cadastramento de recursos sociais, produção científica, levantamento de dados e construção

de instrumentais de pesquisa.

Além dessas atividades, foram identificadas como ACC atividades como: monitoria, projetos de extensão, estágios extra-curriculares, visitas monitoradas, Oficina de Informática, Seminários de estágio, Programa de Interação Institucional e eventos acadêmicos.

c) Desenvolvimento de Núcleos/Grupos e Projetos de Pesquisa

As informações detalhadas sobre Núcleos/Grupos e Projetos de Pesquisa referentes a 70 UE (67%) que responderam o módulo 9 (Eixo Pesquisa) do formulário da pesquisa, apontam os seguintes números:

Nº DE ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	REGIÃO						
		NORTE	SUL I	SUL II	L	CO	NE	TOTAL
01	Núcleos Grupos de Pesquisa	13	39	24	66	14	21	182
02	Projetos de Pesquisa	39	150	84	215	30	46	564

Fonte: Pesquisa Avaliativa da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social/ ABEPSS, 2006

Quadro 2 - Quantitativo dos Núcleos/Grupos de Pesquisa, por Regiões

É importante registrar que em relação às unidades de ensino que não responderam sobre as atividades de pesquisa constam duas: uma no Nordeste e outra na região Sul II, consideradas referências das mais importantes da experiência de pós-graduação e do desenvolvimento da pesquisa produção do conhecimento na área. Evidentemente que a ausência de informações sobre a pesquisa nessas UE compromete a síntese das duas regiões sobre esse eixo. As demais unidades de ensino, com experiência na pós-graduação stricto-sensu, responderam sobre disciplinas e demais atividades relacionadas à pesquisa.

Relacionando estes números do Quadro 2 com a distribuição do Programa de Pós-Graduação nas diferentes regiões (ABEPSS, 2007a), enquanto principal referência do desenvolvimento da pesquisa e produção acadêmica nos últimos trinta anos na área do Serviço Social, temos a constatação de que, a despeito das dificuldades e restrições institucionais quanto às condições para a pesquisa, avança nos projetos pedagógicos a inserção da mesma como elemento do processo formativo, revelando, ainda, que as atividades de pesquisa estão em desenvolvimento também nas UE (a maioria) onde não existem programas de pós-graduação stricto-senso. Entretanto, as informações sobre as pesquisas nas UE analisadas não permitem uma maior discussão sobre as relações entre as duas instâncias da formação acadêmica a partir da mediação da pesquisa. Esse pode ser um ponto de preocupação para estudos posteriores.

Dos títulos dos projetos de pesquisa extraímos indicações sobre as temáticas trabalhadas, organizadas no Quadro 3 abaixo, a partir da proposta de sub-áreas do conhecimento enviada aos órgãos de fomento, em 2005, pela ABEPSS. Essa proposta, como foi mencionado anteriormente, refere-se à contribuição da ABEPSS ao processo de revisão das áreas de conhecimento realizado pela CAPES, CNPq, e FINEP naquele ano, consubstanciada em um levantamento feito junto aos cursos de graduação e programas de pós-graduação sobre as linhas de pesquisa em andamento e nos resultados da pesquisa sobre a pós-graduação no Brasil disponibilizados pelas autoras Maria Ozanira Silva e Silva (UFMA) e Denise Bontempo (UnB). Essa proposta reafirma as seguintes sub-áreas do Serviço Social: Fundamentos do Serviço Social, Trabalho e Questão Social e Política Social.

Para melhor visibilidade das temáticas identificadas desdobramos a subárea Trabalho e Questão Social em dois eixos.

Nº DE ORDEM	EIXOS/TEMÁTICOS	FREQÜÊNCIA DAS UNIDADES DE ENSINO QUE ADOTAM A DISCIPLINA						
		NORTE	SUL I	SUL II	L	CO	NE	TOTAL
01	Fundamentos do Serviço Social							74
	Projeto ético-político profissional	01					02	03
	Formação Profissional	02	05	05	04		01	17
	Fundamentos históricos e teórico-metodológicos	01		01	03		01	06
	Prática profissional em diferentes áreas (saúde, judiciário, assistência social, cotidiano)	01	15		02	01	01	20
	Atribuições profissionais				01			01
	Trabalho do assistente social		02	04	10	01	01	18
	Serviço Social	01	01	01	09		01	13
	Ética			01	01			02
	Demandas profissionais		01					01
	Assistente Social				02			02
	Egressos				01			01
02	Trabalho							48
	Trabalho e reprodução				06		01	07
	Relações e condições de trabalho	02	01		01	01		05
	Classe trabalhadora				01			01
	Classes sociais				01			01
	Trabalho e doença			01		01		02
	Saúde do Trabalhador		04		03			07
	Gênero e mundo do trabalho			01				01
	Cooperativismo e empreendimentos populares solidários	05	01	02	01			09
	Sindicatos e Trabalhador coletivo	01			02	02		05
	Desemprego			01	01			02
	Trabalho infantil	01		01	01		01	04
	Trabalho com crianças e adolescente		02					02
03	Geração de Trabalho e renda		02					02
	Questão Social							188
	Desigualdades				01			01
	Energia				02			02
	Configurações/expressões da							

Nº DE ORDEM	EIXOS/TEMÁTICOS	FREQÜÊNCIA DAS UNIDADES DE ENSINO QUE ADOTAM A DISCIPLINA						
		NORTE	SUL I	SUL II	L	CO	NE	TOTAL
	Questão Social e formas de enfrentamento				04			04
	Diagnóstico social				03			03
	Globalização da Questão social				01			01
	Mercosul		01		01			02
	Meio ambiente				03			03
	Transformações contemporâneas				01			01
	Migração		02	01			03	06
	Poder local				01			01
	Construção de alternativas ao neoliberalismo	01				01		02
	Lutas sociais e Movimentos sociais		03	02	08	01	01	15
	Participação e Democracia				03			03
	Liberalismo e esquerda				01			01
	ONG e redes		01		01		01	03
	Território (vivido e de vulnerabilidade)			02	01			03
	Violência (doméstica e contra mulheres, idosos, crianças/adolescentes)		03	02	04		02	11
	Condições de vida (famílias, ribeirinha, idoso)	02	02	02				06
	Qualidade de vida (no ambiente rural, no trabalho)		01				01	02
	Velhice/Terceira Idade		03	04	03		01	11
	Juventude				02			02
	Criança e Adolescente	02	12	12	02	02	04	34
	Família	07	04	03	03	01	02	20
	Alcolismo				01			01
	Exclusão social		02	01	03		01	08
	Pobreza		01		02	01	03	07
	Risco Social		02					02
	Saúde		01	02	04		02	09
	Loucura				01			01
	Gênero (questão da mulher)	01	06	02	05	02	04	20
	Etnia e Questão racial	01			05	01		07
	Questão indígena	01						01
	Solidariedade	01			01			02

Nº DE ORDEM	DISCIPLINAS	FREQÜÊNCIA DAS UNIDADES DE ENSINO QUE ADOTAM A DISCIPLINA						
		NORTE	SUL I	SUL II	L	CO	NE	TOTAL
	Cultura e Associativismo		04		01		01	06
	Poder						01	01
	Identidade						01	01
	Indicadores sociais			01	01			02
	Mídia e Sexualidade						02	02
	Paternidade			01				01
04	Política Social							217
	Estado		05		07	04		16
	Desenvolvimento (local, regional, sustentável, social)	04	03		02	01		10
	Sistema de Justiça		03		01	01		05
	Seguridade Social				04	03		07
	Assistência Social/LOAS/SUAS		05	12	06	01	05	29
	Transferência de renda	04	03	01	03	02		13
	Estratégias de sobrevivência		01					01
	Rede de Proteção da Criança e do Adolescente		01	03	01			05
	Políticas públicas				06			06
	Estatuto do idoso/Política de proteção ao idoso	01			01			03
	Política de saúde (AIDS, família, mulher, trabalhador, mental, doação de órgãos)		04	09	05	01	03	22
	Reforma sanitária				01			01
	Reforma do Ensino Superior				01			01
	Atenção à pessoa com deficiência		03					03
	Reforma da previdência		01					01
	Política de Trabalho e renda			01	04			05
	Qualificação Profissional				01			01
	Terceiro setor				02			02
	Incubadoras Tecnológicas de cooperativas populares		01					01
	Economia Solidária		02		01		01	04
	Concepção, Gestão, Controle Social e Financiamento de Políticas Sociais	02	09		05			16
	Política social				04			04

Nº DE ORDEM	DISCIPLINAS	FREQÜÊNCIA DAS UNIDADES DE ENSINO QUE ADOTAM A DISCIPLINA						
		NORTE	SUL I	SUL II	L	CO	NE	TOTAL
	Orçamento Participativo		01			01		02
	Gestão sócio-ambiental e sócio comunitária	01	01	01				03
	Política Pública de Gênero			02				02
	Política Nacional sobre Drogas				01	01		01
	Política de Prevenção e Combate à Violência				01		01	01
	Rede de combate à violência		01					01
	Direitos e Cidadania		04	03	09	01		17
	Gerontologia Social		01					01
	Inclusão e Reinserção Social		01			01		02
	Lazer	01						01
	Responsabilidade Social e filantropia	01		01			02	04
	Balanço Social		01					01
	Gastos sociais		02					02
	Conselhos		04		08		03	15
	Avaliação de políticas e programas sociais	03			05			08
	Total							527

Fonte: Pesquisa Avaliativa da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social/ ABEPSS, 2006

Quadro 3 – Temáticas trabalhadas nos Projetos de Pesquisa, por região

A frequência dos projetos em relação às temáticas identificadas demonstra uma predominância de estudos sobre questões relacionadas ao eixo Política Social com 217 projetos; em seguida sobressaem-se as abordagens sobre Questão Social e desdobramentos particularizados, identificados em 188 projetos; os temas relacionados aos Fundamentos do Serviço Social foram identificados em 74 projetos e em 54 projetos encontram-se temas inscritos no campo do Trabalho.

Somados os projetos com estudos relacionados a Trabalho e Questão Social temos 242 indicações sobre eixos que

compõem a proposta de uma sub-área em Serviço Social (Trabalho e Questão Social) que assim ganha a predominância dos temas trabalhados nas pesquisas arroladas neste levantamento. Essas indicações, embora ainda careçam de um aprofundamento, apontam um movimento importante dos estudos em Serviço Social.

Os temas relacionados aos Fundamentos do Serviço Social aparecem na penúltima posição de prioridade reafirmando a tendência já apontada em outras análises Abreu e Simionato (1977), Iamamoto (2007), diferente dos resultados apresentados por Carvalho e Silva e Silva (2005)⁴ que destacam a centralidade das temáticas pertinentes ao conteúdo teórico-metodológico específico do Serviço Social no triênio 2001-2003, nos Programas de Pós-Graduação da área e da análise de Kameyana (1998) em que os temas referentes a prática profissional, formação, teoria e

⁴Os estudos mencionados referem-se aos seguintes recortes da pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social: o mapeamento desenvolvido por Abreu e Simionato (1997) é parte do Plano de ação da ABEPSS/CEDEPSS, gestão 1996/1997, privilegiou a identificação da situação da pesquisa em Serviço Social nas Unidades de Ensino (graduação) e Programas de Pós-Graduação mediante informações obtidas junto às Unidades de Ensino e extraídas do Cadastro Geral dos Cursos (pós-graduação), CAPES/1995, apresentado como "uma caracterização aproximada do estado da arte da pesquisa em Serviço Social com a identificação de pesquisas concluídas e em andamento, núcleos/grupos de pesquisa, temáticas, pesquisadores e condições de pesquisa" (ABREU, SIMIONATO, 1997, p. 116); a análise desenvolvida por Carvalho e Silva e Silva (2005) centra-se na pós-graduação e na produção do conhecimento na área do Serviço Social no Brasil, tendo como fonte principal de informações os relatórios anuais apresentados à CAPES pelos Programas de Pós-Graduação, referentes ao triênio 2001-2003. Os resultados destacam no terceiro capítulo "o desenvolvimento da pesquisa, a produção e a divulgação do conhecimento no âmbito dos Programas de Pós-Graduação" (CARVALHO, SILVA E SILVA, 2005, p. 23), com ênfase para análise da produção intelectual a partir das áreas de concentração e linhas de pesquisa, das teses e dissertações e dos projetos de pesquisa; a análise de Iamamoto (2007) debruça-se sobre os resultados da Avaliação Trienal dos Programas de Pós-Graduação da CAPES/MEC (2001-2003) para identificar as tendências vigentes da pesquisa em Serviço Social, privilegiando na consulta "o perfil da área e as relações nominais das linhas de pesquisa e respectivos projetos concluídos e em andamento dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social". (IAMAMOTO, 2007, p. 457) Kameyama (1998) faz um balanço da produção do conhecimento da área do Serviço Social no período 1975/1997, apoiada "nas dissertações de mestrado produzidas a partir de 1975 e nas teses de doutorado elaboradas a partir de 1984 no âmbito dos programas de pós-graduação da PUCSP, PUCRJ, UFRJ, UFPB, UFPE, UnB, e UNESP-Franca". (KAMEYAMA, 1998, p. 37).

método em Serviço Social e História do Serviço Social detêm no conjunto a maior concentração dos estudos. Mantém-se também o elevado interesse por estudos sobre temas relacionados à Política Social, também evidenciados nos estudos apontados acima. Outra observação importante que adensa esta primeira constatação diz respeito aos desdobramentos das temáticas identificadas, como demonstramos a seguir.

Em relação ao eixo Fundamentos do Serviço Social, os títulos dos projetos apontam uma ênfase de temáticas sobre a formação profissional, prática profissional e trabalho do assistente social. Os dois primeiros são recorrentes se considerarmos estudos anteriores realizados por Abreu e Simionato (1997), Kameyama (1998) Carvalho e Silva e Silva (2005), Iamamoto (2007), contudo a significativa presença desse último tema como referência na centralidade de uma das polêmicas atuais presentes na formação profissional sinaliza um pertinente interesse da pesquisa, todavia, cabe ainda um estudo mais detalhado sobre as perspectivas de problematização adotadas.

Ao relacionarmos essas informações com as indicações referentes ao eixo Trabalho, em que há uma prevalência de indicações referentes a três temáticas: Cooperativismo e empreendimentos populares solidários, Trabalho e reprodução e Saúde do Trabalhador, coloca-se uma indagação sobre a correspondência destes recortes temáticos, em que pese a importância dos mesmos, às múltiplas e complexas questões e polêmicas referentes à concepção do Serviço Social como trabalho que norteia a construção das Diretrizes Curriculares. Parece-nos haver ainda um grande fosso entre as questões e polêmicas presentes no debate acadêmico e as pesquisas sobre a questão do trabalho na contemporaneidade e da controversa concepção do Serviço Social como trabalho.

Nessa mesma linha de discussão, as temáticas relacionadas ao eixo Questão Social que aparecem com maior

ênfase nos projetos de pesquisa identificados nesta análise apontam para a análise de situações particularizadas e demarcadas a partir de critérios como: geracional (criança e adolescente, idoso), gênero, etnia e raça, abordados também com desdobramentos e ampliações em relação à família e à violência. Além desses, outro tema recorrente a destacar é o referente às lutas sociais e Movimentos sociais que emergem nos anos 1980 como objetos de pesquisa na área do Serviço Social e que embora, como assinala Iamamoto, (2007, p.462,) venha cedendo lugar “às investigações atinentes ao controle social democrático no âmbito das políticas públicas por meio dos Conselhos de Políticas e de Direitos”, nos dados analisados, sobrepõem-se aos recortes centrados em Ong e redes. Assinalamos que as abordagens com tematizações sobre a questão social demarcada como objeto são ainda reduzidas e dispersas, em contraposição ao privilégio de recortes específicos como exclusão social, pobreza e saúde, tendência também identificada por Iamamoto (2007) e Carvalho e Silva e Silva (2005).

Nesta avaliação o eixo Política Social mantém-se como sub-área consolidada de pesquisas na área do Serviço Social com a maior frequência de projetos de pesquisa. Neste eixo as temáticas com maior incidência vinculam-se à Política de Assistência Social com enfoques sobre a LOAS e SUAS e demarcações de análise e avaliações da política e de programas sociais como transferência de renda; além da elevada constatação de projetos com abordagens sobre concepção, gestão, controle social e financiamento de políticas sociais, especialmente os conselhos e particularizações em relação a redes de proteção da criança, adolescente, idoso e pessoa com deficiência. Sobressaem-se também nos títulos dos projetos as indicações referentes à política de saúde com desdobramentos específicos dos programas de enfrentamento da AIDS, de atenção à mulher, idoso, família e ao

trabalhador. Com reduzida incidência identificamos a temática da Previdência e de abordagens sobre a Seguridade Social enquanto sistema. A política de trabalho e renda também aparece de forma reduzida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta avaliação reafirmam o avanço da pesquisa em sua inserção na formação profissional com disseminada presença nos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social em todas as regiões, sob a forma de disciplinas, atividades acadêmicas complementares e outros componentes curriculares e mediante a implementação de processos investigativos por um número significativo de grupos/núcleos. Todavia, o material analisado evidencia lacunas e dificuldades na constituição desta matéria como elemento transversal à formação e ao exercício profissional, considerando as exigências e demandas postas pela necessidade do avanço do projeto ético-político profissional do Serviço Social na contracorrente das atuais condições sócio-político-institucional da implementação nas diretrizes curriculares e do exercício profissional.

Como disciplina, reafirmamos que a ênfase é para as disciplinas relacionadas à Pesquisa em Serviço Social, construídas de acordo com a proposta das diretrizes curriculares enviada pela Comissão de especialistas ao CNE, com predominância de conteúdos técnico-operativos. Observa-se um distanciamento em relação à orientação metodológica fundada na análise marxiana e vertentes marxistas, na organização dos conteúdos programáticos de grande parte das disciplinas vinculadas ao eixo pesquisa.

Os projetos de pesquisa revelam uma diversidade de questões e de recortes temáticos centrados, em grande parte, em aspectos particulares e na necessidade de respostas imediatas,

o que pode ser um indicativo de pouco investimento em estudos sobre as mediações fundantes do projeto ético-político-profissional, em que pese o desenvolvimento significativo de estudos sobre as manifestações da questão social e sobre a temática trabalho sem, ainda, a devida preocupação com o aprofundamento do debate e das polêmicas existentes.

Diante disso, reafirmamos a necessidade de avanços e redefinição de estratégias e mecanismos norteadores da pesquisa na área de Serviço Social, consideradas na relação graduação e pós-graduação, com a intensificação da interlocução e intercâmbio entre pesquisadores. Nesta perspectiva a ampliação de grupos e redes de pesquisa na área vem sendo reforçada como uma alternativa fundamental, assim como a formação de Grupos Temáticos (GT) no âmbito da ABEPSS.

Essa estratégia aponta para o fortalecimento da área, na medida em que pode impulsionar a formação e consolidação de sub-áreas de conhecimento pertinentes ao Serviço Social, com atenção para as seguintes preocupações e demandas: avanço de pesquisas sobre questões implicadas nas mediações fundantes do projeto ético-político-profissional, concernentes ao enquadramento na sub-área dos Fundamentos do Serviço Social, o que não significa, como assinala Iamamoto, (2007,p.463) “uma regressão a uma perspectiva endógena, cuja ruptura foi uma das grandes conquistas dos últimos vinte anos” e, sim, complementamos, contribui para o aprofundamento das particularidades da profissão na totalidade do movimento da história.

Além disso, coloca-se também a importância e necessidade do intercâmbio internacional, em particular a retomada das relações no contexto da América Latina, para o adensamento e expansão do debate intelectual do Serviço Social brasileiro, em que as organizações acadêmico-

profissionais exercem função essencial.

Estas observações sobre a pesquisa na formação profissional reforçam a reflexão desenvolvida em trabalhos anteriores (ABREU; LOPES, 2007) sobre a relação teoria e prática como um ponto de tensão e atenção que se coloca frequentemente como falso dilema, mas também como desafio presente.

Para cuja reflexão a segunda tese de Marx (1991) sobre Feuerbach é uma referência necessária: A questão de saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não realidade do pensamento isolado da práxis - é uma questão puramente escolástica.

Assim, o desafio do avanço do ensino e desenvolvimento da pesquisa em Serviço Social repõe-se como condição fundamental para o desenvolvimento do Serviço Social como profissão e área de conhecimento na direção do projeto ético-político-profissional, na perspectiva lutas emancipatórias.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social In: **Cadernos ABESS** n. 7. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

ABEPSS. Grupo de Trabalho das Diretrizes Curriculares. Pesquisa Avaliativa da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social. **Projeto de Pesquisa**. Recife: ABEPSS, 2006.

_____. Coordenação Nacional de Pós-Graduação da ABEPSS. **Programas de Pós-Graduação da área do Serviço Social / Áreas de Concentração**. São Luis: ABEPSS, 2007a.

ABEPSS. **Relatório final da pesquisa avaliativa da implementação das diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social**. (versão preliminar - circulação interna). São Luís: ABEPSS, 2007b.

ABREU, Marina Maciel; LOPES, Josefa Batista. Formação Profissional e Diretrizes Curriculares. In: **Revista Inscrita**, n.10, Brasília: CFESS, 2007.

ABREU, Marina Maciel; SIMIONATO, Ivete. A situação da pesquisa em Serviço Social no Brasil 1990-1996. In: **Cadernos ABEPSS**, n.7, São Paulo: Cortez, 1997.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB). Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e bases da educação nacional. In Conselho regional de Serviço Social. **Coletânea de Leis e Resoluções**. Rio de Janeiro, 2001.

BRASIL. SESu/MEC - Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. **Diretrizes Curriculares – Curso: Serviço Social**. Brasília, 1999.

CARVALHO. Denise Bomtempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira Silva e (orgs). **Serviço Social, Pós-Graduação e Produção de Conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

KAMEYAMA. Nobuco. A trajetória da produção de conhecimento em Serviço Social: avanços e tendências (1975-1997). In: **Cadernos ABESS**, n.8. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã (Feuerbach)**. São Paulo. Hucitec, 1991.

A PRÁTICA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: tendências e dificuldades.

Sâmya Rodrigues Ramos¹

RESUMO

Esse artigo expõe uma análise sobre a prática do assistente social na formação profissional desenvolvida a partir de resultados da pesquisa avaliativa sobre "A implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social", realizada pela ABEPSS em 2006, enfatizando tendências relacionadas às formas de conceber e organizar o conteúdo sobre a prática nos projetos pedagógicos em unidades de ensino que participaram desta investigação e às principais dificuldades apontadas.

Palavras-chave: prática profissional, estágio, formação profissional, competências e habilidades

ABSTRACT

This article presents an analysis about the practice of social worker in professional formation developed from the results of evaluative investigation on "The implementation of the Curriculum Guidelines of the Course of Social Work", performed by ABEPSS in 2006, emphasizing trends related to ways of designing and organize content about the practice in educational projects in the education units who participated in this research and pointed to major difficulties.

Keywords: professional practice, training, professional formation, skills and abilities.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, a análise das tendências e dificuldades relacionadas ao tratamento dado à prática do assistente social na formação profissional, com base nos projetos pedagógicos dos

¹ Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN; Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. samyarr@uol.com.br

curso de Serviço Social que participaram da pesquisa acima mencionada, pretende suscitar reflexões sobre os resultados produzidos durante o processo da pesquisa, com o propósito de contribuir para levantar questões a serem trabalhadas pelas Unidades de Ensino (UE) e entidades representativas da categoria; inúmeros são os desafios apontados e que necessitam ser enfrentados coletivamente. Não pretendemos dar conta de todas as questões sinalizadas na pesquisa, mas, por meio de um recorte analítico, tratar algumas tendências gerais percebidas. O material riquíssimo, produzido nessa investigação, certamente, possibilitará outras perspectivas de análise por pesquisadoras(es) interessadas(os) nessa temática.

TENDÊNCIAS QUANTO ÀS FORMAS DE CONCEBER E ORGANIZAR O CONTEÚDO SOBRE PRÁTICA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM UE PESQUISADAS

Organizamos as tendências considerando três dimensões: a vinculação dos componentes curriculares às competências e habilidades do assistente social definidas na Lei que regulamenta a profissão (*Lei nº 8.662*) e reiteradas nas Diretrizes Curriculares elaboradas pela ABESS/1996; a adesão dos projetos pedagógicos às Diretrizes Curriculares e a afirmação da hegemonia do projeto profissional; e a concepção e realidade do estágio curricular.

Vinculação dos componentes curriculares às competências e habilidades

Iniciaremos a reflexão sobre as tendências do tratamento dado a prática na formação profissional, tomando por base a análise dos dados produzidos sobre a vinculação dos componentes

curriculares às competências e habilidades². As competências e habilidades são aqui entendidas na totalidade da formação profissional, enquanto desdobramentos do perfil profissional do assistente social proposto nas Diretrizes Curriculares, envolvendo a capacidade de produção e de domínio de conhecimentos e processos pedagógicos e de sua utilização adequada na construção e implementação de respostas às expressões da Questão Social, sobre as quais incide a intervenção desse profissional.

Nesta perspectiva concordamos com o ponto de vista de Núñez e Ramalho (2004) quando elucidam que a formação de competências não deve significar um retorno ao tecnicismo, pois ser competente não se limita a executar programas na atividade profissional, mas exige reflexão crítica, pesquisa, avaliação dos conhecimentos produzidos em seu campo profissional, para que os mesmos sejam incorporados, de forma consciente, ao repertório de seus saberes, sempre construídos e reconstruídos.

Guerra (2006), ao refletir sobre essa dimensão, argumenta que, historicamente, a abordagem sobre a prática, no âmbito da formação profissional, tem se limitado ao ensino de instrumentos e técnicas e/ou das “chamadas” metodologias de ação, “neste âmbito, a concepção de prática é a de adestramento, treinamento³. A noção de competência fica restrita ao domínio de um ‘suposto’ método profissional e dos instrumentos e técnicas a ele correlatos”.

² Dados analisados a partir das respostas das UE ao ANEXO 2 – Componentes curriculares relacionados às competências e habilidades da formação profissional do assistente social/ MÓDULO 5 - A prática na formação profissional

³ A prática, compreendida como treinamento, expressa um empobrecimento e simplificação da sua análise, pois “a atividade prática implica não apenas na sujeição de seu lado material a seu lado ideal, como também na modificação do ideal em face das exigências do próprio real (matéria-prima, atos objetivos, instrumentos ou meios, e produtos)” (VAZQUEZ, 1986, p. 243). A prática é, portanto, um processo que só pode ser concretizado com a presença ativa da consciência e dos fins que a mesma projeta e materializa.

Ao analisar a vinculação das disciplinas às competências e habilidades, percebemos que a indicação das disciplinas relacionadas aos tópicos de estudo do *núcleo de fundamentos do trabalho profissional* e do *núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira* é maior nas 12 primeiras competências e habilidades⁴, que, no conjunto das 16 arroladas neste estudo, com base nas Diretrizes Curriculares/1999, enfatizam a dimensão técnico-operativa; já as disciplinas referentes aos tópicos do *núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social*⁵ são mais recorrentes nas competências e habilidades elencadas de 13 a 16⁶.

Outro aspecto que merece ser refletido diz respeito à indicação das disciplinas relacionadas aos outros eixos da Pesquisa: *Fundamentos Históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social, Pesquisa, Questão Social, Trabalho e Serviço Social nas competências e habilidades*, anteriormente mencionadas.

Em relação a Fundamentos históricos e teórico-metodológicos (FHTM) do Serviço Social, observamos que a maior frequência de disciplinas recai nas últimas quatro competências e

⁴ 1- Formular e executar políticas sociais; 2- Elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos; 3- Contribuir para viabilizar participação dos usuários nas decisões institucionais; 4- Planejar, organizar e administrar serviços sociais; 5- Realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais; 6- Prestar assessoria e consultoria a órgãos públicos, empresas privadas e movimentos sociais; 7- Orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de direitos sociais; 8- Realizar estudos sócio-econômicos para identificar demandas e necessidades sociais; 9- Realizar visitas, perícias técnicas, laudos e pareceres; 10- Exercer funções de direção em organizações públicas e privadas; 11- Assumir magistério de Serviço Social e coordenar cursos e unidades de ensino; 12- Supervisionar estágio em Serviço Social.

⁵ Esses são os três núcleos de fundamentação propostos nas Diretrizes Curriculares.

⁶ 13. Apreender criticamente os processos sociais numa perspectiva de totalidade; 14. Analisar o movimento histórico da sociedade brasileira e as suas particularidades no desenvolvimento capitalista; 15. Compreender o significado social da profissão na sua relação com o contexto local, nacional e internacional; 16. Identificar as demandas da sociedade para formular estratégias de enfrentamento da questão social.

habilidades, que sinalizam uma predominância deste eixo nas competências referentes ao domínio de conteúdos teóricos, em detrimento da incidência nas competências de cunho operacional. Essa tendência é tão clara que nos chamou atenção, quando da tabulação dos dados, uma UE que indicou as disciplinas de FHTM do Serviço Social em todas as 16 competências e habilidades.

No que diz respeito ao eixo Pesquisa, notamos, na análise dos dados, que a maior quantidade de disciplinas relacionadas à Pesquisa em Serviço Social aparece nas seguintes competências/habilidades: *5. Realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais* e *8. Realizar estudos sócio-econômicos para identificar demandas e necessidades sociais*, nas quais computamos mais da metade do total das disciplinas citadas. Essas duas competências/habilidades referem-se à realização de pesquisas e estudos que subsidiem o trabalho profissional, por meio da formulação de políticas, ações e identificação de demandas e necessidades sociais; podendo sugerir uma ênfase na dimensão técnico-operativa.

É importante, também, salientar que a pesquisa deve ter um caráter de transversalidade na grade curricular, com vistas ao *estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade*, bem como a *indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão*; princípios postos nas Diretrizes Curriculares. Nesta perspectiva,

a pesquisa emerge, assim, menos enquanto um conteúdo curricular e mais como uma perspectiva formativa. Não se trata de propor a extinção da matéria "pesquisa" do currículo mínimo, mas sim de demarcar que uma proposta investigativa pressupõe um recorte horizontal ao longo de um currículo, que a dimensão investigativa deve recortar toda a formação profissional, enquanto síntese dos núcleos de fundamentação (CARDOSO et al, 1996, p. 45).

Em relação à Questão Social, esse foi o que menos incidência de disciplinas apresentou entre os propostos na pesquisa. Um aspecto que merece destaque é a predominância da maioria destas nas quatro últimas competências/habilidades. Esses dados podem indicar uma compreensão de que estas disciplinas não são tão necessárias ao atendimento das competências e habilidades de cunho técnico-operativo.

Outro aspecto que pode ser reforçado diante da pouca quantidade de disciplinas relacionadas à discussão da Questão Social, na grade curricular, consiste na compreensão do caráter de transversalidade dessa temática, enquanto referência central dos objetos da profissão, cuja abordagem tende a perpassar todos os componentes curriculares dos projetos pedagógicos. Poderíamos destacar dois tópicos de estudo, que sugerem maior vinculação à discussão da Questão Social: Política Social e Classes e Movimentos Sociais Sociais, posto que dão conta de fundamentos e formas de enfrentamento da Questão Social, sendo permeadas de contradições e disputas entre projetos societários diferenciados. Desta forma, concebemos aqui uma "interpretação da questão social como elemento constitutivo da relação entre o Serviço Social e a realidade, tendo como mediação as estratégias de enfrentamento adotadas pelo Estado e pelas classes [...]" (BEHRING e BOSCHETTI, 2006, p. 53).

Em relação ao eixo Trabalho adotamos como critério para agrupar as disciplinas relacionadas a essa temática, os tópicos de estudo, propostos no documento das Diretrizes, elaborado pela Comissão de especialistas/1999, quais sejam: Trabalho e sociabilidade e Serviço Social e processos de trabalho.

No tópico referente a Trabalho e Sociabilidade, encontramos mais de 80% das disciplinas computadas nas últimas quatro competências/habilidades, enquanto o tópico que tematiza o Serviço Social e Processos de Trabalho reúne a maior quantidade de disciplinas, concentradas, sobretudo, nas competências/habilidades de cunho técnico-operativo.

Além dos eixos privilegiados na pesquisa de avaliação das Diretrizes, ressaltamos o tópico de estudo referente à Política Social, o segundo mais expressivo quantitativamente quanto à vinculação das disciplinas indicadas nas grades curriculares analisadas.

Relacionamos esta vinculação à importância deste tópico na demarcação do espaço profissional na divisão sócio-ocupacional e, também, por se constituir um instrumento de enfrentamento da Questão Social, objeto de intervenção da profissão, no contexto contraditório da luta de classe.

Podemos observar ênfase em relação a diversos aspectos, com destaque para a formulação e execução de políticas sociais; a orientação da população na defesa de direitos sociais; a contribuição para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais e a identificação de demandas para formular estratégias de enfrentamento da Questão Social. Esses aspectos reforçam a argumentação de Behring e Boschetti (2006, p. 51) de que as políticas sociais "são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento [...] às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho".

Um dos aspectos que questionamos, a partir do cruzamento da análise dos quadros das competências e habilidades com as respostas dadas nas questões abertas do formulário da pesquisa, é o fato de algumas UE apontarem a necessidade de ofertar mais disciplinas relacionadas às políticas sociais setoriais, cuja grande quantidade de disciplinas relacionadas às Políticas Sociais setoriais (mais da metade do total desse tópico), detectada na tabulação dos dados, sugere algumas reflexões e questões que indicam aspectos que merecem ser problematizados, como: o aprofundamento do significado das políticas setoriais no cotidiano do trabalho profissional, bem como a necessidade de construção de mediações para a análise da

relação entre a discussão das políticas sociais setoriais e as atribuições profissionais.

Outro tópico de estudo que merece uma referência destacada é o da Ética profissional. Nas competências apontadas, percebemos diversos aspectos, presentes na regulamentação do Serviço Social, que expressam princípios ético-políticos defendidos pelo projeto profissional, com destaque para a relação com os(as) usuários(as), na perspectiva de viabilizar sua participação nas decisões institucionais e garantir o acesso dos(as) mesmos(as) aos direitos sociais. Além destes, notamos a relevância da ética para a compreensão do significado social da profissão e sua relação com o contexto social, bem como sua importância para garantir o processo de supervisão conjunta e sistemática do estágio.

Em relação à interface da ética com o estágio é sinalizado, por algumas UE, o avanço, alcançado com a implementação das Diretrizes, de que as disciplinas relacionadas à ética antecedam, ou sejam concomitantes, ao estágio, como forma de garantir que os(as) estudantes iniciem o estágio com o conhecimento dos valores e princípios ético-políticos defendidos pela profissão. Uma questão apontada como problemática diz respeito à transversalidade do debate ético ainda incipiente, no processo de formação profissional, em que predomina uma restrição da abordagem dos instrumentos normativos e princípios do projeto ético-político do Serviço Social nas disciplinas de ética profissional, conteúdos que deveriam estar presentes em todas as disciplinas, posto que esta discussão contribui para garantir o perfil proposto nas Diretrizes Curriculares.

Adesão às Diretrizes Curriculares e a afirmação da hegemonia do projeto ético-político profissional do Serviço Social

Uma outra tendência percebida refere-se à afirmação da concordância com a direção social do projeto ético-político

profissional. Isto foi observado quando detectamos que a maioria das UE afirma que o perfil, as competências e as habilidades profissionais, indicadas nas Diretrizes, vêm orientando a Formação Profissional. Destacamos os três principais argumentos utilizados para afirmar essa perspectiva, quais sejam:

I – A existência de uma sintonia das UE com a ABEPSS e o esforço em garantir, nos Projetos Pedagógicos dos cursos, a implementação as *Diretrizes Curriculares*, cujos princípios e direção estratégica têm orientado a formação profissional;

II – A afirmação de que as UE têm se norteado no *Código de ética e na Lei de regulamentação da profissão*, documentos que contribuem para o processo de compreensão das competências e habilidades;

III – A intencionalidade dos Projetos Pedagógicos de materializar uma formação profissional em consonância com os princípios do *Projeto ético-político do Serviço Social*, garantindo a sua hegemonia, através, sobretudo, da discussão dos seus princípios fundantes, nos conteúdos das disciplinas.

Ao analisar essas respostas, detectamos a centralidade das Diretrizes Curriculares no direcionamento do projeto de formação profissional. A concordância, seja ela formal ou concretizada no cotidiano da formação profissional, expressa, dentre outros possíveis aspectos, o reconhecimento e legitimação da ABEPSS como entidade coordenadora da construção do projeto de formação profissional do(a) assistente social brasileiro.

As Diretrizes Curriculares tem sido alvo de algumas reflexões que sinalizam dilemas da sociedade brasileira na década de 1990, que perpassam o projeto de formação profissional do Serviço Social brasileiro. Uma questão fundamental é a análise das determinações da realidade da universidade nesse processo. A situação do ensino superior traz rebatimentos significativos no cotidiano das condições do trabalho docente; dos recursos

materiais necessários à realização de projetos de pesquisa e extensão, aspectos essenciais para a consolidação de uma formação profissional de qualidade e para a garantia da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, defendida pelas Diretrizes Curriculares (RAMOS, 2006).

Nesse âmbito, vários desafios estão postos no âmbito do debate e da ação coletiva da categoria e suas entidades representativas, na conjuntura atual, tais como: a contra-reforma do ensino superior; a ampliação acelerada da quantidade de cursos privados; a proliferação de cursos de graduação à distância em Serviço Social; as condições de trabalho nas universidades públicas; a implementação do PROUNI; REUNI; ENADE; propostas da Política Nacional de Educação, implementadas no cotidiano das UE, que obstaculizam a garantia e defesa do projeto de formação profissional.

Outra tendência observada foi a afirmação da importância da Lei de regulamentação da profissão (LRP) e do Código de ética como instrumentos normativos que expressam a defesa dos princípios do projeto ético-político profissional.

Iamamoto (2008, p.224) ressalta que “a legislação profissional representa uma defesa da autonomia profissional, porque codifica princípios e valores éticos, competências e atribuições, além de conhecimentos essenciais, que têm força de lei, sendo judicialmente reclamáveis”. Ressalta, ainda, a autora que os instrumentos legais constituem uma dimensão do universo da profissão, na qual o projeto ético-político profissional realiza-se.

Em relação à dimensão ética, ressalte-se que é somente na década de 1990 que esta dimensão passa a ser reconhecida explicitamente como componente fundamental do projeto profissional, que nos últimos vinte anos tem construído uma hegemonia no Serviço Social. Tal reconhecimento se dá, sobretudo, a partir da discussão ética em nível internacional e nacional e dos debates profissionais para a aprovação do atual código de ética

dos(as) assistentes sociais. Segundo Netto, a construção do Código de 1993 “não tem similar anterior: pela primeira vez em nossa história profissional, a elaboração de um código foi posta como projeto coletivo [...] se objetivou na consolidação de uma hegemonia que já se afirmara em 1986” (1996, p.11).

O Código é uma expressão da dimensão normativa da ética profissional, que é mais ampla do que este, pois “se vincula aos projetos sócio-políticos em sua luta pela hegemonia, o que aponta para a sua conexão com a práxis política e para a moralidade profissional em suas dimensões individual, cívica e profissional” (BARROCO, 1996, p.216). Assim, o debate em torno da ética profissional é “necessariamente tributário das conquistas acumuladas no cenário da profissão, não sendo possível encará-lo isoladamente em si mesmo, desvinculando-o dos avanços obtidos pela categoria nos últimos anos”. (IAMAMOTO, 1996, p.95).

Além da afirmação das UE de estarem se norteando na LRP e no Código de Ética, há a sinalização da perspectiva de construir uma formação profissional em consonância com a direção social do projeto profissional.

Um dos principais avanços, construídos nos últimos anos pela categoria, foi a consolidação do denominado projeto ético-político profissional do Serviço Social. A vitalidade desse projeto está relacionada “à capacidade de adequá-lo aos novos desafios conjunturais, reconhecendo as tendências e contra-tendências dos processos sociais, de modo que torne possível a qualificação do exercício e da formação profissionais na concretização dos rumos perseguidos” (IAMAMOTO, 1999, p.114). Nesta perspectiva,

O projeto profissional é um elemento de unidade entre teoria e prática. Sem esse elemento, ainda que nem sempre percebido pela consciência do profissional, a atuação na realidade carece de uma unidade, de elementos que possam homogeneizar determinados elementos da cultura e determinadas

posturas profissionais conscientemente adotadas, diferenciando-as de ações sociais, voluntárias ou não. Ele é um elemento necessário, ainda que insuficiente, para que uma atividade se converta em práxis (GUERRA, 2007, p. 24).

Concepção e realidade do estágio curricular

Um último elemento importante, destacado por nós, nesse item sobre as tendências quanto às formas de conceber e organizar o conteúdo sobre prática na formação profissional, refere-se à concepção e realidade do estágio. Nesse ponto, destacam-se vários aspectos que merecem ser refletidos e problematizados.

O primeiro é a defesa de que a prática profissional na lógica curricular atual, não se resume a um componente curricular (o estágio), mas deve ser transversal à formação. No entanto, no cotidiano da maioria das UE, não se identifica essa transversalidade.

O estágio é um dos componentes curriculares, mas não exclusivo, dedicado ao tratamento da prática na formação profissional. A não redução da abordagem sobre a prática, nos projetos pedagógicos, ao estágio articula-se a um outro pressuposto que é a *garantia da transversalidade das matérias no tratamento da prática*. Nessa perspectiva, o caráter interventivo da profissão deve perpassar todo o currículo. Assim, "os conteúdos de todas as disciplinas devem ter a preocupação de mostrar a vinculação entre teoria, realidade e as possibilidades de intervenção profissional em diferentes contextos e momentos históricos" (BOSCHETTI, 2004, p.29).

Na análise dos dados produzidos na pesquisa, foram detectadas as seguintes tendências sobre o estágio curricular:

- o estágio constitui-se na principal ação na qual materializam-se os pressupostos das discussões sobre o tratamento dispensado

à prática, ou seja, em que esse conteúdo ganha especificidade, na formação profissional;

- na maioria das unidades de ensino pesquisadas, os estágios têm duração de três a quatro semestres, sem grandes variações entre as públicas e as privadas;
- a remuneração dos estudantes durante o estágio curricular foi mais freqüente nas unidades privadas do que nas públicas;
- o número de estudantes por docente foi bem menor nas unidades públicas do que nas privadas;
- quanto as áreas de atuação dos campos de estágio, a grande maioria dos(as) estudantes estagiavam nas seguintes: saúde, assistência, criança e adolescente, jurídica, idoso, empresarial, educação e movimentos sociais urbanos, com destaque para as áreas da Saúde (28,3%) e Assistência (26,1%)⁷.

Dentre as potencialidades relacionadas ao estágio, elencadas pelas UE, destacamos, para análise, a garantia da supervisão de campo e acadêmica. Sobre essa questão, Boschetti, ao analisar a responsabilidade da supervisão, salienta que cabe tanto ao supervisor de campo, quanto ao supervisor acadêmico o planejamento e encaminhamento conjuntos das atividades inerentes ao estágio e ressalta que o reconhecimento da corresponsabilidade entre unidade de ensino e campo de estágio não significa diluir as particularidades e especificidades das dimensões formativas, mas "sim reconhecer a indissociabilidade entre teoria e prática e reafirmar a necessária relação de cooperação e intercâmbio entre essas duas instâncias de formação no processo de construção do estágio" (s/d, p.12)

⁷ Esses dados, referentes a Saúde e Assistência como principais áreas de atuação profissional, são encontrados, também, na pesquisa: "Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional", organizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em 2005.

No processo de operacionalização do estágio foram apontadas algumas fragilidades e deficiências, que discutiremos no item seguinte referente as dificuldades encontradas pelas UE neste eixo.

Dificuldades apontadas

Nesse item apresentaremos as questões que dificultam o tratamento dispensado à prática no cotidiano das UE. Em relação às competências e habilidades, no âmbito da formação profissional, destacamos para a análise dois aspectos. O primeiro refere-se a velocidade da transformação da dinâmica da realidade que complexifica o acompanhamento do ritmo das mudanças da sociedade e o alcance do perfil proposto nas Diretrizes Curriculares. Sobre essa questão, Núñez e Ramalho (2004, p.13/14) salientam que

A rapidez das transformações científicas e tecnológicas exige novas aprendizagens, gerando desafios a serem enfrentados pelas agências formadoras (escolas, universidades) e seus integrantes, que devem considerar o ritmo das novas demandas educativas [...] respondendo à perspectiva de desenvolvimento integral como ser histórico e social, e em conformidade com projetos individuais e sociais gerados a partir de novas necessidades.

Para superar essa dificuldade são sinalizadas algumas sugestões e estratégias. As principais estratégias explicitadas dizem respeito à necessidade de permanente discussão sobre o perfil, uma vez que a realidade é dinâmica, o que envolve a realização constante de avaliação do processo de formação profissional, da realização de pesquisas que analisem a situação dos egressos, bem como a criação de atividades que possibilitem o desenvolvimento de habilidades, com destaque para a expressão verbal, posto que a linguagem constitui-se um dos principais instrumentos de trabalho do Serviço Social. Além destas

estratégias, ressaltamos a sugestão de estimular a participação dos(as) discentes no Movimento Estudantil, na perspectiva de contribuir para garantir o perfil proposto nas Diretrizes Curriculares.

Ressaltamos a importância da proposta referente à participação no Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS). Esse espaço de organização dos(as) estudantes vem, historicamente, cumprindo um importante papel de aglutinador da juventude, constituindo-se canal de expressão coletiva e de formação político-profissional dos(as) discentes.

É interessante ressaltar que o Movimento Estudantil vivencia, como os demais Movimentos Sociais, um momento extremamente adverso para seu processo organizativo. Do ponto de vista moral e ideológico, o contexto neoliberal contribui para o reforço do individualismo, egoísmo, competitividade, incidindo em inúmeras dificuldades para a ação de sujeitos coletivos contrários a esse ideário. Outra dimensão fundante para a manutenção da hegemonia das classes dominantes e que interfere, intensamente, na organização coletiva, refere-se à dimensão econômica que, ao privilegiar o acúmulo de capital, coloca, cada vez mais trabalhadores(as) em situação de desemprego ou de precarização no trabalho. No tocante a juventude, Almeida (2004) destaca a significativa preocupação dos(as) estudantes com a inserção no mercado de trabalho, o que rebate, inclusive, no afastamento considerável de estudantes das organizações coletivas, como é o caso do Movimento Estudantil.

Outra dificuldade que merece destaque refere-se à ausência de atenção, nos cursos de graduação, em relação à formação para o magistério e coordenação de cursos e UE. Uma questão que pode explicar tal realidade é o fato de que a maioria dos estudantes não tem acesso à pesquisa e monitoria. Infelizmente as bolsas de iniciação científica e de monitoria são restritas a um número extremamente reduzido de estudantes, o que é mais visível,

ainda, com as do PET (Programa Especial de Treinamento), desenvolvido em uma pequena quantidade de cursos de Serviço Social no país. Faz-se necessário inserir, na nossa agenda política, a luta pela ampliação do financiamento, pelas agências de fomento, que garanta a ampliação de programas que viabilizem bolsas direcionadas a esses espaços de aprendizagem, voltados, sobretudo, para aqueles(as) que ensejam uma carreira docente e de pesquisador(a).

Além disso, poderíamos problematizar outros aspectos, como a não existência de disciplinas optativas, relacionadas a docência, como Didática, por exemplo, ou mesmo, a não compreensão da docência como um dos espaços de trabalho do Serviço Social, disseminada, inclusive, por algumas docentes que não se sentem na obrigação de se inscrever e pagar o CRESS (Conselho Regional de Serviço Social), pois se consideram professoras e não assistentes sociais, demonstrando uma ausência de identidade com a profissão. Essa postura, presente em vários lugares do país, além de expressar uma postura equivocada sobre os espaços de inserção profissional, contraria a Lei de Regulamentação da profissão, pois para supervisionar estágio, a docente necessita ter sua inscrição no CRESS, conforme o artigo 5º, que coloca as atribuições privativas do Assistente Social, no seu inciso VI: treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social (CFESS, 1993).

Agrupamos, por fim, as dificuldades apontadas por docentes e discentes em torno de três dimensões principais, quais sejam: os rebatimentos da conjuntura e da realidade universitária no processo de formação profissional; a prática profissional nos currículos e a operacionalização do estágio curricular.

Em relação aos *rebatimentos da conjuntura e da realidade universitária no processo de formação profissional* foram expressas dificuldades relacionadas aos fundamentos do contexto

sócio-político da sociedade brasileira e, particularmente, da política educacional, que vão na contra-mão do perfil definido nas Diretrizes Curriculares. Neste sentido, foram destacados dois aspectos centrais. O primeiro refere-se às condições de trabalho dos(as) professores(as) e a realidade das unidades de ensino. Esta questão nos remete a um pressuposto do nosso projeto de formação profissional, construído a partir do Currículo Mínimo de 1982, de que "a questão da formação profissional do assistente social no Brasil está inserida no quadro geral da problemática universitária, expressando, de modo particular, os questionamentos da educação superior na sociedade brasileira" (CARVALHO, BONETTI e IAMAMOTO, 1984, p. 111).

Nessa perspectiva, a materialização do nosso projeto de formação profissional sofre os rebatimentos da política educacional brasileira, da contra-reforma universitária em curso que "dá continuidade e agrava essa tendência já sinalizada de fortalecimento do privado, de mercantilização da educação, que deixa de ter o caráter de política social e acaba assumindo o caráter de mercadoria" (BOSCHETTI, 2004, p.21/22). Sobre a formação profissional no contexto da contra-reforma da educação, Pinto (2007, p.16) argumenta que

A formação decorrente da contra-reforma da educação não nos serve [...] os componentes éticos necessários diante da agudização da questão social e o desenvolvimento de habilidades para investigar a realidade social e conhecer a população atendida [...] além da capacidade de reconhecer o trabalho do assistente social como parte da engrenagem da sociedade capitalista e não como uma prática que ganha sentido por si mesma na imediatez de sua ação, serão forte e profundamente inviabilizados pela contra-reforma da educação de interesse do capital.

As tendências e iniciativas da política educacional são expressões concretas da lógica mercantil hegemônica, no contexto

de mundialização do capital. Analisando o sistema do capital, Mészáros (2002, p.96) argumenta que “não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital globalmente dominante”.

É a partir desse contexto de hegemonia capitalista que podemos compreender um outro aspecto sinalizado: a condição de estudante-trabalhador(a) que prejudica o atendimento às requisições do projeto pedagógico. Sobre essa questão, ressaltamos como desafio “repensar a forma de ensinar para este perfil do alunado, cujas condições de vida e de sobrevivência, por vezes, em muito se identifica aquele público-alvo de nossa atuação profissional” (PAIXÃO, 2006).

Sobre as condições de vida e sobrevivência dos(as) estudantes-trabalhadores, uma pesquisa intitulada “Política de Assistência aos estudantes cotistas”, apresentada no X ENPESS⁸, analisa diversas estratégias utilizadas pelos(as) alunos(as) cotistas para permanecerem na universidade, visando concluir seus cursos, tais como: escolher um dia por semana para faltar às aulas, devido não terem recursos para custear o pagamento dos transportes em todos os dias, garantindo, assim, a não reprovação, por faltas, nas disciplinas.

Nesse contexto, faz-se necessário, no cotidiano da materialização do projeto de formação profissional, a construção de novas estratégias entendidas como “[...] mediações complexas que implicam articulações entre as trajetórias pessoais, os ciclos de vida, as condições sociais dos sujeitos envolvidos, para

⁸ Pesquisa da Profa. Dra. Alba Tereza Barroso de Castro, docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, integrante da Rede de Pesquisa: Características e tendências contemporâneas da Política Social no Brasil e na América Latina: concepção, gestão, controle democrático e financiamento, coordenada pela profa. Ivanete Boschetti. In: Cdrom X ENPESS, 2006.

fortalecê-los e contribuir para a solução de seus problemas/questões” (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 68).

Em relação ao tratamento dispensado à prática profissional nos currículos, duas dificuldades foram as mais recorrentes. A primeira refere-se à não assunção da centralidade e transversalidade do “ensino da prática” no currículo, “já que, segundo Guerra (2006) “este ensino se operacionaliza, prioritária e restritivamente, por algumas disciplinas. Aqui novamente aparece a clara distinção positivista entre disciplinas teóricas e disciplinas práticas, mantendo uma relação de subalternidade de umas sobre as outras” (GUERRA, 2006).

A segunda sinaliza a disparidade, entre as unidades, no tratamento da matéria Processos de trabalho, tanto em termos de organização curricular (disciplinas, seminários, atividades complementares, oficinas, laboratórios), como de ementas, conteúdos e bibliografia.

Outras dificuldades apontadas são relacionadas à operacionalização do estágio curricular. Sobre estas, Paixão (2006) explicita algumas questões que nos desafiam, tais como: os dilemas que se estabelecem entre a supervisão acadêmica e a de campo; a necessidade de articulação do conteúdo das diferentes disciplinas e dos demais componentes curriculares; as precárias relações em que vem se realizando o estágio profissional, em muitos casos, exclusivamente, como mão de obra barata e em condições que fazem sucumbir o objetivo da aprendizagem profissional.

Ainda em relação ao estágio, foram apontadas, pelas UE, várias dificuldades, dentre as quais destacamos os seguintes aspectos para análise: a utilização do(a) estagiário(a) como mão de obra barata, bem como a não existência de acompanhamento didático-pedagógico no processo do estágio curricular não-obrigatório remunerado. Esta última questão ocorre devido, sobretudo, a sobrecarga docente que se expressa na ausência de

carga horária para viabilizar o processo de supervisão, conforme ocorre com o estágio curricular obrigatório.

Vasconcelos (2007) aborda tal questão e constrói importantes reflexões sobre esse assunto, pouco trabalhado na discussão sobre o estágio na profissão. A autora registra a preocupação em relação a distorções identificadas no desenvolvimento de alguns estágios remunerados, que poderão provocar desvirtuamentos do seu caráter educativo e deturpações que interferem no processo de construção da identidade profissional, por parte dos(as) futuros(as) assistentes sociais.

A autora argumenta, ainda, que, ao atuarem como estagiários(as), exercendo atividades desvinculadas da profissão para a qual estão sendo formados(as), é possível que internalizem uma confusão em relação ao conjunto de competências e atribuições que legitimam socialmente a profissão.

Essa é uma das dificuldades recorrentes, apontadas por docentes e discentes de UE de todas as regiões do país, e sinaliza os rebatimentos estruturais e conjunturais do processo de acumulação do capital - através de uma lógica de atendimento as novas requisições do mundo do trabalho - no desenvolvimento da formação profissional, sobretudo, na atividade de estágio. Sobre esta questão, Oliveira (2004, p. 77) destaca que

Devido à situação socioeconômica imperante, sob a lógica neoliberal, os estágios estão adquirindo crescentemente o caráter de emprego para o estagiário, inclusive no Serviço Social: muitos alunos têm o estágio como fonte de renda, inclusive para pagamento das mensalidades escolares, e isto tem refletido diretamente na formação profissional.

A lógica societária capitalista, e sua moral hegemônica, influencia para que as escolhas dos indivíduos pautem-se na busca por experiências que garantam a possibilidade de melhores

condições materiais de sobrevivência, tal como a escolha do campo de estágio vinculada a empregabilidade. Independente da aprendizagem gerada, aspecto que deveria ser prioritário nesse processo, o que predomina é a busca por campos de estágio que possam se constituir como espaços para futuras inserções profissionais.

A partir das dificuldades, apontadas pelos sujeitos que responderam a essa pesquisa, faz-se necessário discutirmos e construirmos, coletivamente, estratégias de enfrentamento. Essa ação não pode se resumir a própria organização política da categoria, através das suas entidades representativas (fundamentais nesse processo), mas deve abranger alianças com outros sujeitos coletivos que partilhem da luta pela defesa de uma formação profissional de qualidade, de uma educação pública, gratuita, laica e presencial e, sobretudo, defendam a perspectiva de mobilização em torno da construção de uma outra sociabilidade, na qual sejam abolidas a exploração e a alienação, propiciando aos seres humanos terem suas necessidades atendidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste item conclusivo, exporemos algumas sínteses dos aspectos abordados no texto, bem como apontaremos algumas questões que merecem ser enfrentadas, tanto através de outras pesquisas, como mediante a luta coletiva da categoria, via estratégias políticas construídas conjuntamente pelas entidades representativas, na perspectiva da garantia da qualidade da formação profissional, bem como na articulação com outros segmentos sociais na defesa de um outro projeto para a educação superior e para a realidade brasileira.

Em relação ao tratamento dado à prática do assistente social na formação profissional, pelas Unidades de Ensino,

apreendemos, no tocante à vinculação das disciplinas às competências e habilidades, que o aprofundamento da análise dessa articulação com os outros eixos da pesquisa, bem como com os tópicos referentes à Política Social e Ética Profissional merece ser realizado, em pesquisas posteriores, para possibilitar a identificação de outros elementos e mediações.

No que tange às dificuldades, compreendemos que o enfrentamento das mesmas requer a necessidade de avançarmos na elaboração de proposições, tais como a regulamentação da supervisão direta, já iniciada pelo CFESS, e a construção de uma política nacional de estágio, pela ABEPSS, em parceria com o Conjunto CFESS-CRESS e a ENESSO. Esta pesquisa sinaliza diversas questões que precisam ser enfrentadas, nesse âmbito, tais como: a reflexão sobre a relação da quantidade de estudantes estagiários por supervisor e a qualidade do processo pedagógico; a necessidade de ampliação dos fóruns de supervisores de estágio, sobretudo nas IES públicas; o aprofundamento da articulação das UE com os CRESS nas discussões sobre o estágio; a intensificação da fiscalização dos CRESS em relação à supervisão de estagiários vinculados a cursos de graduação à distância em Serviço Social; a necessidade de lutarmos pela ampliação da assistência estudantil nas Instituições de Ensino Superior (IES), dentre outras.

Por fim, ressaltamos que a análise dos dados, aqui abordados, não tem a pretensão de esgotar as questões apontadas, posto que advém de uma interpretação desenvolvida em um processo no qual, também, comparecem limitações objetivas e subjetivas. A riqueza do material, produzido nesta pesquisa, possibilita que outras investigações sejam implementadas, na perspectiva de aprofundar aspectos que merecem ser mais problematizados.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social In: **Cadernos ABESS** nº 7. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

ALMEIDA, Loriza Lacerda. **A Juventude Universitária e a Nova sociabilidade**: continuidade ou ruptura? Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra: mimeo, 2004.

BARROCO, Lúcia. **Ontologia Social e Reflexão Ética**. Tese apresentada ao Doutorado em Serviço Social da PUC-SP. São Paulo, 1996.

BEHRING, Elaine R. e BOSCHETTI, Ivanete S. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BOSCHETTI, Ivanete S. O desenho das Diretrizes Curriculares e dificuldades na sua implementação In: **Temporalis** nº 8. Porto Alegre: ABEPSS, Gráfica Odisséia, 2004.

_____. Subsídios ao debate sobre Estágio Supervisionado com vistas à regulamentação, pelo CFESS, na supervisão direta. Mimeo, s/d.

BRASIL. **Lei 8662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, 1993.

BRASIL. SESu/MEC. Comissão de Especialistas em Ensino em Serviço Social. **Diretrizes Curriculares – Curso: Serviço Social**. Brasília, 1999. (mimeo).

CARDOSO, I.C.C. et al. Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate. In: **Cadernos ABESS** nº 7. São Paulo: Cortez, 1997.

CARVALHO, Alba M. P.; BONETTI, Dilséa A. e IAMAMOTO, Marilda V. Projeto de investigação: a formação profissional do assistente social no Brasil: determinantes históricos e perspectivas In: **Serviço Social e Sociedade** nº 14. São Paulo, Cortez, 1984.

CFESS. **Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília: CFESS, 2005.

GUERRA, Yolanda. Análise dos Dados da Pesquisa sobre o Estado da Arte da Implementação das Novas Diretrizes Curriculares. Texto produzido para a Oficina descentralizada de ABEPSS "10 Anos de diretrizes curriculares – um balanço necessário", realizada no período de 14 a 16 de agosto de 2006, na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)-MG e apresentado na Oficina Nacional Descentralizada ABEPSS Regional Leste em 2006.

_____. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional In: **Serviço Social e Sociedade** nº 91. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O debate contemporâneo do Serviço Social e a ética profissional In: **Serviço Social e ética**: convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez: CFESS, 1996.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

MÉSZAROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil In: **Serviço Social e Sociedade** nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.

NÚÑEZ, Isauro B. e RAMALHO, Betania L. Competência: uma reflexão sobre o seu sentido. In: **O sentido das competências no projeto político-pedagógico**. Natal: Editora da UFRN, 2004.

OLIVEIRA, Cirlene A. H. da S. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados In: **Serviço Social e Sociedade** nº 80. São Paulo: Cortez, 2004.

PAIXÃO, Márcia Calhes. Eixo: "O ensino da prática profissional". Texto da exposição apresentada na Oficina Descentralizada SUL II da ABEPSS, realizada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 20/09/06. São Paulo, 2006, mimeo.

PINTO, M. B. A contra-reforma do ensino superior e a desprofissionalização da graduação em Serviço Social In: **Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social**, Ano 3, nº6. abril de 2007. Disponível em <http://www.assistentesocial.com.br>

RAMOS, S. R. Organização política dos(as) assistentes sociais brasileiros(as): a construção política de um patrimônio coletivo na defesa do projeto profissional. In: **Serviço Social e Sociedade** nº 88. São Paulo: Cortez, 2006.

SIMÕES, Carlos. **Legislação do Serviço Social**. São Paulo: Editora Oliveira Mendes, 1998.

VASCONCELOS, Iana R. **Estágio não-obrigatório na formação profissional dos(as) assistentes sociais**: trabalho precarizado ou processo didático-pedagógico? Dissertação apresentada ao Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2007.

VAZQUEZ, Adolfo S. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1986.

ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DOS DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES

Jussara Maria Rosa Mendes¹
Jane Cruz Prates²

RESUMO

O presente artigo realiza uma breve reconstituição histórica do contexto em que as Diretrizes Curriculares foram construídas, reconhecendo-as como importante marco teórico e ético-político e ressaltando sua relevância num contexto adverso de precarização e desmonte generalizado. Aporta reflexões sobre a importância de consolidarmos as diretrizes e as capilarizarmos nos PPPs das Unidades de Ensino e junto à categoria. Destaca aspectos considerados centrais a serem adensados para efetivação dessas mediações, quais sejam: a opção pelo materialismo dialético e histórico e sua necessária interface com a investigação e a práxis, a centralidade do trabalho e sua análise nos marcos do assalariamento e das pressões do mercado, destacando mediações possíveis para o fortalecimento de um projeto contra-hegemônico e, por fim, aporta reflexões sobre os aspectos éticos, transversais ao ensino, às opções coletivas e ao trabalho da categoria.

Palavras chave: Diretrizes Curriculares. Paradigma dialético crítico. Ensino e formação em Serviço Social. Centralidade do trabalho. Ética e práxis.

ABSTRACT

The present article makes a brief historical reconstitution of the context in which the curricular guidelines were built, recognizing them as an important theoretical, political and ethical standpoint. It emphasizes its relevance in an adversarial context of precarization and generalized dismantlement. It approaches the

¹Assistente Social, Doutora em Serviço Social, Professora do Curso de Graduação e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da FSS/PUCRS. mjussara@pucrs.br e jussaramaria.mendes@gmail.com

²Assistente Social, Doutora em Serviço Social, Professora do Curso de Graduação e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da FSS/PUCRS. jprates@via-rs.net ou jprates@pucrs.br

reflections about the importance of the consolidation of the guidelines and the inclusion in the PPPS of the teaching units and with the category. It emphasizes the aspects considered central to the deepening for the effectiveness of the mediation such as: the option for the dialectic and historical materialism, and the necessary interface with investigation and praxis, the centrality of work and the analysis based on the wage salary and the labor market pressures, highlighting the possible mediations for the strengthening of a contra-hegemonic project. Finally, it presents reflections about the ethical aspects, transversal to teaching, the collective options and the category's work.

Key-words: Curricular guidelines. critical dialectic paradigm. Teaching and formation in Social Work. Centrality of work. Ethics and praxis.

INTRODUÇÃO

O desafio de consolidar as diretrizes curriculares e materializá-las nos Projetos Pedagógicos das Unidades de Ensino, atribuir-lhe centralidade nos debates realizados nos Programas de Mestrado e Doutorado em Serviço Social e capilarizá-la junto à categoria, embora se constitua em algo que precisa ser coletivamente assumido, requer, a fim de que o processo seja efetivado com consistência, que façamos algumas reflexões preliminares.

A reconstituição histórica do contexto em que as diretrizes foram implantadas e as principais opções valorativas que elas expressam precisam ser evidenciadas, mesmo porque, fazem parte de um projeto ético-político em permanente disputa, o que requer o desvendamento dos valores que fundamentam cada projeto, de modo que se explicitem as propostas que são apresentadas como alternativas inovadoras, mas que não informam as bases sobre as quais repousam. Pretendemos realizar esse movimento de forma breve, dados os limites de um artigo científico, contudo buscando pontuar elementos centrais no intuito de dar visibilidade ao processo de constituição das diretrizes e a sua riqueza, demarcando o seu significado e relevância num contexto

adverso de desmonte e precarização generalizada.

Iamamoto (2007), ao analisar o modo como problematizamos a profissão, destaca a relevância de reconhecermos que nossas ações são em parte construídas, mas em parte condicionadas pela própria condição de assalariamento a que estão submetidas. No caso do ensino, essas condições são reproduzidas na medida em que os espaços para a livre opção e luta dos agentes é também restrito pelas linhas gerais da educação brasileira e pelo que determina a Universidade, especialmente se considerarmos que a maioria das unidades de ensino brasileiras que dispõem de cursos de Serviço Social são privadas.

Contudo, há um importante espaço onde se protagoniza a elaboração e instituição de projetos pedagógicos e, para efetivá-la, a existência de diretrizes aprovadas pela ABEPSS viabiliza o aporte de material fundamental para que possamos fortalecer argumentos e reiterar nossas opções ético-políticas e teórico-metodológicas que se pautam por uma perspectiva radicalmente democrática e emancipatória. Isso não significa, no entanto, que não tenhamos de ceder em diversos momentos, seja flexibilizando a grade curricular ou incluindo conteúdos exigidos pela universidade, entre outras iniciativas que decorrem dos processos de negociação e disputa.

O crescimento do ensino à distância - EAD e a redução da procura pelos cursos presenciais de Serviço Social reduzem o poder de barganha, especialmente considerando o fator sustentabilidade que, embora nem sempre explicitado, tem caráter determinante nesse processo. Nesse sentido, o desafio maior é manter certo equilíbrio de interesses sem perder os elementos básicos que dão sustentação a uma formação generalista e de qualidade que não se limite a atender as demandas do mercado de modo caudatário e subalterno.

Num contexto como esse, é fundamental termos a

clareza do que é imprescindível garantir nos marcos da formação acadêmica, além da evidente necessidade de fortalecer, no âmbito da categoria e da ABEPSS, as diretrizes construídas (1996) estimulando estudos que adensem conceitos e estratégias para sua materialização de modo que sejam aprofundadas e ampliadas para o alcance das competências que pretende fundamentar, absolutamente atuais e necessárias ao enfrentamento das refrações da questão social, cada vez mais ofuscadas por manobras do capital e mais acirradas.

Nessa perspectiva, entendemos que algumas questões precisam ser retomadas e reiteradas no processo, entre as quais destacamos a opção pelo paradigma do materialismo dialético e histórico e a transversalidade do trabalho, da práxis, da investigação e da ética, sobre o que procuraremos aportar algumas breves reflexões no presente artigo.

UMA BREVE RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA

Passaram-se 11 anos da aprovação das diretrizes curriculares, resultado de um caminho construído que inicia a desenhar-se lá no movimento de reconceituação (décadas de 1960-1970), passa por alguns reveses na década de 1980, mas, como resultado do amadurecimento da profissão, em 1996 é aprovado pela categoria e pela então ABESS / CEDEPSS (1996), hoje ABEPSS, constituindo-se como um marco na história dessa profissão. Aprovado num contexto marcado, por um lado, pelo avanço das políticas públicas que vêm se configurando como direitos em processo de materialização, a partir de 1988, com a Constituição Federal Cidadã e que, ao longo dos anos 1990, terão suas primeiras regulamentações aprovadas; e por outro, pelo acirramento e disputa entre diferentes projetos societários.

A proporção significativa com que se desenvolvem as iniciativas neoliberais caminha na contramão das conquistas

universalizantes que pressupõem a primazia do Estado na condução da política e que, para sua consolidação, necessitam romper com a histórica subalternidade arraigada na cultura brasileira, fruto do colonialismo, patrimonialismo, dos longos períodos de ditadura e populismo que marcaram nossa história e que fazem com que tenhamos um espaço e uma esfera pública frágeis. (COUTO, 2007).

É nesse contexto de efervescência que as novas diretrizes são implantadas reconhecendo o antagonismo de interesses e de classe que fundamenta os dois projetos em disputa e fazendo claramente a sua opção ético-política emancipadora porque a categoria se reconhece como parte do coletivo de trabalhadores e comprometida com as classes subalternizadas e com a luta por novos patamares de sociabilidade.

Essas opções valorativas encontram respaldo na teoria crítica que oferece um conjunto de elementos e fundamentos, desde as obras de juventude de Marx, para a análise crítica dessa realidade, com vistas a sua transformação, e tem na contradição entre o capital e o trabalho, e mais especificamente no surgimento da questão social como consequência do amadurecimento e acirramento dessa contradição, um objeto comum de enfrentamento sobre o qual, mais do que desvendar, pretende-se intervir.

Esse conjunto de particularidades aproxima essa profissão do paradigma epistemológico fundamentado no materialismo dialético e histórico. (PRATES, 2003).

Ao mesmo tempo em que esse embate ora explícito, ora velado, toma forma na sociedade com avanços e recuos para um e outro projeto, especialmente no Brasil e na América Latina, na produção da profissão, os desafios são muitos: adensar o debate sobre o método para que não seja apreendido de forma reducionista, aprofundar conceitos e estratégias à luz desse paradigma, consolidar as diretrizes e capilarizá-las no conjunto da categoria, mediá-las nos Projetos Pedagógicos das

unidades de ensino e produzir conhecimentos que apórtam visibilidade a esta mediação.

Do mesmo modo, a categoria estava desafiada a mediar o conjunto desses aportes teórico-medológicos e ético-políticos nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, contemplando a articulação entre as refrações capturadas por essa nova leitura de realidade e as particularidades de cada área e contexto no bojo de um processo de reestruturação produtiva, globalização e precarização do trabalho e ainda participar, enquanto categoria, do debate nacional e da disputa contra o desmonte das políticas públicas, também em fase de consolidação.

Como parte desse processo de desmonte, a universidade é atravessada pelo mesmo movimento e sofre pressões no sentido da flexibilização curricular que precisa ser enfrentada sem que se percam os conteúdos mais profundos que conformam a formação generalista que informa o Serviço Social à luz das diretrizes coletivamente construídas. Portanto, há de se considerar que as condições conjunturais para a efetivação desse processo acabam por dificultar uma construção, também ainda em fase de maturação, qual seja a consolidação das diretrizes e sua materialização efetiva nos Projetos Pedagógicos e Grades Curriculares das Unidades de Ensino, ampliando ainda mais os desafios.

Como bem destaca Iamamoto (2007, p. 49-50):

O capitalismo não só repete contradições históricas, mas transforma-se e desagrega-se, reproduzindo não só relações e meios de produção, capilariza-se transformando toda a sociedade em lugar da reprodução de suas relações sociais.

A elucidação ou desvendamento da reprodução das relações sociais é fundamental para dar visibilidade ao modo “como nos âmbitos mais diversos ocorre a subsunção real da sociedade ao capital”. (IAMAMOTO, 2007, p. 51).

E, nesse sentido, destaca a autora que “é fundamental o reconhecimento de que há a produção de ideologia como estratégia fundamental do capital para a formação de uma consciência social (alienada) que estará na base do senso comum”. (id. *ibid.*).

A OPÇÃO POR UMA PERSPECTIVA DIALÉTICO-CRÍTICA

A perspectiva dialética consiste, antes de tudo, num modo de ver a vida; em primeiro lugar como movimento permanente, como processo e provisoriedade, portanto como negação permanente dos estados, formas e fenômenos para demarcar sua existência e possibilitar o seu próprio movimento, o seu devir ou vir a ser, o que será novamente negado para que o próprio movimento siga seu curso. Este curso nem sempre é linear, mas constituído por avanços e recuos. Significa dizer que o instituído pode ser superado por novas formas e que o conflito necessário realizado pela luta entre os contrários é fundamental a sua movimentação.

Reconhecer, portanto, a contradição como motor desse movimento, como elemento que conforma e está na base da luta de classes, da questão social e do próprio desenvolvimento humano-social é uma necessidade. Mas, para além do movimento, esse olhar processual e histórico requer múltiplas conexões, ou seja, pressupõe o reconhecimento de que os fenômenos não são condicionados por uma única causa, mas por múltiplas determinações, portanto não há como analisar uma situação deslocada de seu contexto e dos múltiplos elementos que o conformam.

Sabemos que a influência positivista e suas versões contemporâneas, especialmente no que concerne às ciências humano-sociais, têm se caracterizado por conformar teorias com

olhares focais. Se, por um lado, podem aportar subsídios para o aprofundamento dos fenômenos, perdem ao não realizarem o movimento de volta, da particularidade para o mais amplo, deslocando os fragmentos que necessariamente precisam ser estudados em profundidade, de sua contextualização ampliada que lhes altera o sentido possibilitando o seu alongamento. A leitura ampliada não precisa, necessariamente, contrapor-se à particularidade, a não ser quando suas justificativas reportam-se somente à subjetividade, como se fosse possível separar a subjetividade da realidade objetiva que a conforma. Nesse caso, reduzindo a análise dos fenômenos a um contexto subjetivista.

A perspectiva de totalidade, também central ao paradigma dialético crítico, pressupõe a interconexão entre fenômenos, mais do que a sua simples junção, a recusa da dicotomização entre objetividade e subjetividade, entre particularidade e análise mais ampla, entre elementos quantitativos e qualitativos, entre sujeitos singulares e coletivos na medida em que se afirmam, pela existência de seu oposto, como negação inclusiva. (Prates, 2006)

Portanto, a opção pelo método dialético crítico de inspiração marxista é uma opção política porque entendemos que a ciência não é neutra e suas posições defendem interesses que privilegiam a dominação de alguns, seja pela via econômica, de subjugação, de poder, de sedução, de informação ou de todos esses elementos integradamente ou na sua contramão; a defesa da democracia radical, onde haja espaço para o reconhecimento da interconexão e relevância de todos.

Para tanto, a opção por um método radical parece a mais pertinente. E ser radical é ir à raiz, à origem ou gênese dos fenômenos, buscar as suas causas, não uma única causa, mas o conjunto de causas que articuladas, interconectadas, constituíram o fenômeno. Para buscar a gênese é fundamental a reconstituição

histórica que parte do presente e volta ao passado problematizando-o e depois novamente retorna ao presente de modo superado porque ao longo do processo de desvendamento das contradições (reflexão crítica) construiu novos conhecimentos e realizou novas sínteses, o que possibilita um retorno superado que se constituirá na nova tese (reinício do movimento dialético de problematização).

Lefebvre (1991) chama esse movimento de movimento de “detour” ou movimento de ida e volta – regressivo porque volta ao passado e progressivo porque retorna ao presente efetivando superações que dão início a novo movimento (espiral dialética).

Nesse sentido, uma postura dialética, como bem destaca Frigotto (1994), é antes de tudo postura crítica, de problematização, de busca pelo desvendamento das contradições, de busca por aprofundamento, de não contentamento com o aparente, de compromisso com valores e perspectivas ético-políticas direcionadas à justiça social, à equidade e à democracia.

Pretendemos que o ensino – aprendizagem realize, portanto, esse movimento de desvendamento - novas apropriações - novas sínteses provisórias. Cada tese realizada a partir de sucessivas aproximações de movimentos de investigação e mediação teórico-prática será novamente negada reiniciando o movimento de apropriação para chegar a novas totalizações provisórias que contemplam, mais do que um confronto intenso, a ruptura e, ao mesmo tempo, a continuidade, algo que, embora seja novo, guarde na síntese os elementos das etapas anteriores.

São exemplos desse processo a construção do conhecimento, o metabolismo humano ou o sujeito que, ao viver a crise adolescente, supera essa contradição (crise intensa que se acirra) e guarda na identidade adulta traços da criança e do jovem que foi, fazendo efetivamente uma síntese dialética.

O processo de formação passa também pelos

movimentos de investigação e exposição, conforme os define Marx (1989). O método de investigação se apodera da matéria em seus pormenores, vai às particularidades e retorna à leitura mais ampla, desvendando as interconexões e contradições que essas relações incluem, buscando contextualizar os fenômenos. Reconstitui a história para explicar o porquê dos fenômenos serem o que são, quais as mudanças, rupturas que ocorreram ao longo desse processo e que conjunto de elementos as provocaram. Para realizar esse processo, vale-se de dados quantitativos e qualitativos, de aspectos objetivos e subjetivos, de toda e qualquer informação que seja possível apropriar-se. Apropria-se dos fenômenos por sucessivas aproximações. Esse movimento se efetiva tanto para analisarmos uma situação apresentada por um sujeito ou uma família com os quais trabalhamos como para analisarmos um contexto, uma instituição ou uma política cuja implementação avaliamos, ou seja, para qualquer âmbito do trabalho profissional.

O método de exposição parte de um início necessário, um embrião que sintetiza os achados, mesmo provisórios, porque a investigação já foi realizada (avaliamos a situação da família, do contexto ou da política sobre a qual nos debruçamos) e, ao buscarmos efetivar totalizações sobre um fenômeno, já conhecemos aquilo sobre o que pretendemos expor, diferente de quando investigávamos. A partir desse embrião realizamos o desdobramento das etapas ou dos processos que darão visibilidade ao movimento. Esse desdobramento, ou complicação das antíteses, tem um fio lógico condutor (início, desenvolvimento e síntese provisória) e a história será contraprova do que argumentamos (exemplos concretos, dados, números, expressão dos sujeitos, trechos de documentos). Na exposição pretendemos apresentar a vida do fenômeno, seu movimento. Não só elementos soltos que serão articulados, mas já um conhecimento sobre os dados que possibilite sua apresentação mediada por um sentido,

mesmo que seja um sentido atribuído pelo sujeito cognocente, seja o aluno, o profissional, o pesquisador. A preocupação com a comunicação efetiva nesse momento é fundamental. (PRATES, 2003).

O reducionismo aparece nas análises e nos estudos quando os fenômenos são apresentados como algo dado – como estados e não em seu movimento - determinados, sem possibilidade de transformação. As categorias totalidade, historicidade e contradição são tomadas sem que sejam apreendidas na sua historicidade, de modo limitado, como elementos aos quais deve se enquadrar a realidade. (FRIGOTTO, 1994).

As categorias dialéticas emanam da realidade e precisam a ela retornar como elementos que nos auxiliam a apreendê-la e não como camisas-de-força, ou nada teriam de dialéticas. Sua historicização e sua articulação à prática concreta são movimentos necessários.

A práxis é fundamental para a dialética, sua centralidade é reiterada em toda a obra de Marx; queremos conhecer para intervir, para contribuir com a transformação, a prática é critério de verdade, mas não qualquer prática, uma prática fundamentada na realidade, fundamentada na teoria, que articula múltiplos fatores, que é processual porque histórica, que precisa ser contextualizada e não transferida mecanicamente de um lugar para outro.

A práxis é síntese de mediação entre teoria e prática e é nesse sentido que precisa ser apreendida. A prática, entendida como práxis, precisa ser constantemente problematizada, os fundamentos que a informam constantemente revisitados porque, como diz Lefebvre (1991), se reconhecemos que a realidade é movimento, que nossas análises e intervenções sejam também movimento, que nosso pensamento seja pensamento do e sobre o movimento.

Porque a prática é critério de verdade, é a partir dela que vamos verificar se aquilo que construímos teoricamente (um sistema como o SUAS ou o SUS, uma estratégia de intervenção, etc.) dará os resultados que esperamos, terá efetividade. Por essa razão, trabalhar a partir de uma práxis é fazer o movimento prática-teoria-prática-teoria incessantemente, qualificando, de modo progressivo, nossa leitura e intervenção por meio desse movimento permanente de realimentação entre prática e teoria, razão pela qual não podem ser jamais separadas.

Segundo Marx (1993), é na prática que o homem deve mostrar a verdade e o poder do seu pensamento. Para Cury (1986), uma teoria sem prática perde o sentido e uma prática sem teoria “fica cega ou caolha”.

Nesse sentido, é absolutamente pertinente e fundamental a transversalidade da prática e da investigação apontada nas diretrizes, pois não há um lugar por excelência onde devam ser tratadas, embora possam, em alguns espaços, ter seu adensamento destacado, mas precisam ser elementos articuladores no conjunto do movimento, em cada disciplina e procedimento pedagógico, porque a mediação teórico-prática e a problematização sistemáticas são básicas para qualquer processo analítico-interventivo que se queira consistentes.

Ao tomarmos as categorias dialéticas de modo mecânico, como receitas ou prescrições, como se a realidade social fosse simples e classificável ou, de modo isolado, privilegiando uma em detrimento das demais, como se fosse possível separá-las, reiterando resquícios de uma postura positivista ainda arraigada, perdemos a potencialidade do método, utilizamos de modo reducionista as categorias, roubando-lhes exatamente o caráter dialético que pressupõe contextualização, historicização e interconexão.

A opção por esse método inclui uma visão de homem

(sujeito), de mundo e sociedade (contraditórios e em movimento de constituição a partir de interesses antagônicos), leituras que não podem ser separadas dos movimentos de análise/intervenção dos fenômenos que estudamos; inclui uma perspectiva e um compromisso com a transformação; uma postura crítica diante da realidade, ao instituído, orientada por princípios de justiça, igualdade de direitos e equidade, ou seja, uma opção ético-política pautada na emancipação humana como a concebia Marx. (s/d)

Portanto, o método, além de instrumentos de análise e intervenção, oferece também um conjunto de valores, mediações teóricas, posições diante da realidade que, articuladas, conformam o que se pode chamar de paradigma dialético crítico. (PRATES, 2003).

O TRABALHO A PARTIR DO PARADIGMA MARXIANO

O trabalho na concepção marxiana, analisado de modo ampliado, compreende toda a produção humana. Em qualquer forma de sociedade o homem trabalha, pois é por meio do trabalho que ele domina a natureza criando instrumentos que facilitem o seu processo de desenvolvimento, desde os primórdios de sua evolução. Ao trabalhar, o homem transforma a matéria prima ou seu objeto de trabalho e, ao mesmo tempo, transforma-se no processo, ou seja, desenvolve-se enquanto sujeito social, construindo, a partir de condições objetivas e de sua ação sobre elas, a sua subjetividade. A partir do trabalho o homem desenvolve processos sociais porque o trabalho pressupõe relações sociais e se vale de tudo o que foi socialmente construído anteriormente pelo próprio homem. Não é por outra razão que Marx (1993a) salienta, desde suas obras de juventude, que a história social nada mais é do que a história do trabalho humano.

O trabalho se realiza a partir de uma cadeia produtiva

que inicia pelo produtor ou trabalhador que exterioriza energias intelectuais e físicas e objetiva-se naquilo que produz. Conforme Marx (1989), ao trabalhar, o homem produz valores de uso. A energia, ou o trabalho mesmo, que incide sobre a matéria prima que se consubstanciará num produto do trabalho materializado em objetos, instrumentos, elementos, produções que são necessários ou úteis para o seu consumo. Por exemplo, um casaco para abrigar do frio ou a sistematização de conhecimentos em um livro. O último é produto do trabalho do escritor e instrumento de trabalho para o pesquisador que dele se utiliza.

O trabalho, portanto, pressupõe consumo, pois o homem consome a sua energia ao trabalhar, consome a matéria prima e os próprios instrumentos de trabalho por ele criados ao realizar o processo de trabalho. E como foi possível observar no exemplo concreto anterior, o produto do trabalho de alguns é instrumento para o trabalho de outros.

O trabalho também pressupõe planejamento, pois o homem idealiza aquilo que vai realizar antecipadamente, seu fazer tem clareza de finalidade, é o que diferencia o trabalho humano de qualquer ação realizada pelos demais animais. É célebre a frase marxiana (Marx, 1993a) que diferencia o pior arquiteto da melhor abelha porque a última não planeja o que pretende realizar, apenas o faz por instinto, portanto, apenas o homem trabalha no sentido de que este fazer tem caráter teleológico. Com isto, destaca-se a qualidade ontológica do trabalho para o ser humano, embora as condições históricas e o modo de produção, ou a forma como os homens organizam-se para produzir, o condicionem de tal modo que a “criatura acaba por dominar o criador” como se os objetos criados tivessem vida própria independente, como no caso do modo de produção capitalista.

Os valores de uso, uma vez alienados pelo excedente, ou seja, porque o seu produtor não precisa deles para seu uso

próprio, podem ser utilizados no processo de troca por outros objetos que sejam úteis ou necessários ao sujeitos produtores. Contudo, uma vez inseridos no processo de circulação e em razão da apropriação sobre os meios de produção por uma classe social, a burguesia, o valor de troca, ou simplesmente valor, passa a ser condicionado não mais pelas necessidades humanas de seus produtores, mas pelo interesse dos donos dos meios de produção: os capitalistas.

O processo de troca complexificado pelo crescimento da mercantilização, pelas relações de produção capitalista, que tem sua base na exploração do trabalho e na acumulação e pela apropriação privada dos meios de produção e divisão social e técnica do trabalho, determinaram a criação de equivalentes (metal, dinheiro, cartão) para facilitar o processo de circulação e mascarar o caráter qualitativo do trabalho restrito à quantidade de trabalho vivo empregado para a produção de mercadorias, ou seja, o trabalho abstrato.

Por outro lado, o trabalhador que não dispunha de meios de produção passa a vender o seu único patrimônio, a força de trabalho que, tratada como qualquer outra mercadoria, viabiliza a produção da mais-valia. Do mesmo modo, tratado como objeto, coisificado como qualquer outra mercadoria, o trabalhador fica à mercê da classe que detém os meios de produção e, embora resista por meio de movimentos e da organização dos trabalhadores, insurgindo-se contra o capital, tem, ao longo da história, especialmente a partir do século XIX, sofrido processos de subjugação, expropriação e precarização.

A história do trabalho reduzido a mercadoria, ou ao trabalho abstrato, mostra que o sujeito produtor tem sido descartado como qualquer outra mercadoria, substituído pela automação por meio de um constante movimento de sociometabolismo do capital que, apesar de suas crises, mantém suas raízes (exploração/acumulação), mas metamorfoseia-se para aparecer como menos

selvagem. Utilizando-se de movimentos de exclusão-inclusão precária realizado de acordo com seu interesse, o capital metamorfoseia-se com o objetivo de explorar mais, com menos resistência ou reduzir custos do processo de produção, como, por exemplo, nas iniciativas de qualidade total, flexibilização, redução do estado social e outras estratégias de gestão e organização do trabalho que têm sua base e justificativa na economia e condiciona todas as demais esferas sociais.

A centralidade da categoria trabalho e sua articulação com a categoria classe social são fundamentais para explicar o modo de produção capitalista e suas contradições insuperáveis, porque constitutivas desse modo de produção. A caracterização marxiana dos diferentes modos de produção tem, na relação trabalho x apropriação do trabalho por uma classe, o seu núcleo central. A luta de classes historicamente estabelecida demarca as formas como o homem se organizou para produzir e os processos hegemônicos oriundos dessa relação que são condicionados pelo primeiro. (MARX, 1993).

No modo de produção capitalista o processo de trabalho impõe níveis de alienação ao trabalhador que podem ser verificados desde a relação do trabalhador com o produto do trabalho, passando pelo modo de produzir e atingindo também a relação do produtor consigo mesmo e com os demais produtores. Na obra O capital Marx (1989) destaca que os níveis de alienação incidem em toda a cadeia produtiva. O trabalhador se aliena do produto na medida em que não tem acesso a ele (primeiro nível de alienação), o que é possível de ser verificado na vida concreta, por exemplo: Muitos trabalhadores que constroem casas não dispõem de casa para morar. O trabalhador se aliena em relação ao processo de trabalho na medida em que não decide o que produzir, nem como produzir (segundo nível de alienação). O trabalhador se aliena em relação a si próprio na medida em que não se reconhece naquilo

que faz e, além disso, o trabalho, ao invés de ser elemento de satisfação e desenvolvimento, é fardo, restringe-se a dispêndio de energia (terceiro nível de alienação) e, por fim, o trabalhador se aliena em relação aos demais produtores na medida em que, ao invés de cooperar com os demais trabalhadores, passa a com eles competir (quarto nível de alienação)

Podemos afirmar que o produto do trabalho sempre produz valor de uso logo que qualquer trabalho é mediado pelo valor, entendido aqui como produção que atende a necessidades humanas e vale destacar que não só de subsistência ou proteção, mas simbólicas e estéticas. Mas a criação do valor, no sentido marxiano (Marx usa simplesmente o termo valor para designar o valor de troca), é uma característica da sociedade capitalista; para tanto, foi preciso que a sociedade burguesa abstraísse o trabalho concreto, subsumindo suas qualidades num equivalente quantitativo. O trabalho abstrato é, sem dúvida, uma criação do mundo burguês, mas o trabalho é ontológico ao homem em qualquer forma social. (Marx, 1993)

Contudo, como bem destaca Iamamoto (2007), é preciso que, ao analisarmos as profissões inseridas na divisão social e técnica do trabalho, não separemos os processos de produção dos de circulação e não restrinjamos nossas análises ao trabalho concreto ou o estaremos descontextualizando do modo como é efetivado nas condições impostas pelo processo de assalariamento que o caracteriza na sociedade capitalista.

Problematizar, portanto, o trabalho em seus aspectos de alienação e como potencialidade de desenvolvimento humano singular e coletivo, mediando-o com as particularidades do trabalho profissional do assistente social e dos sujeitos com os quais trabalhamos, abarcando seus aspectos concretos e abstratos, parece ser fundamental. Isso inclui o debate quanto ao mercado de trabalho e aos interesses que o conformam.

Se, por um lado, somos tensionados a dar respostas, no âmbito da formação, ao mercado de trabalho para reduzir os custos do capital, o que exige movimentos de flexibilização e trabalho precário que nos são impostos, podemos argumentar quanto à necessidade de desenvolver competências exigidas pelo mesmo mercado - para a inserção profissional em sistemas, por exemplo, como o SUS e o SUAS, o que requer a análise da relação dessa profissão com o Estado que media essas inserções ou, ainda, as práticas participativas e de controle social, as iniciativas de cooperação autogestionária, entre outros temas que possam contribuir para o fortalecimento de processos emancipatórios coletivos como contraponto a esse processo avassalador de precarização e individualismo desde que, apesar das adversidades resultantes dos condicionantes históricos, não percamos de vista nosso projeto ético-político. Contudo, é fundamental que estejamos atentos ao reconhecimento da contradição, mesmo em espaços onde preponderam processos sociais emancipatórios, porque neles também se reproduz a ideologia que compõe o modo de produção capitalista.

A CENTRALIDADE DOS ASPECTOS ÉTICOS

Na verdade, os aspectos éticos estão na base de toda a problematização que buscamos desenvolver até aqui, contudo dar-lhes um destaque é sempre pertinente. Chauí (1998), ao trazer para o debate a ética no tempo presente, ressalta que o sujeito ético é o ser racional, consciente e livre que decide como ser responsável. Mas essa decisão só é livre, destaca a autora, se for autônoma e não vier da obediência, do comando ou da pressão. Autônomo é aquele que pode dar a si o comando da ação. Já a moral é o conjunto de valores que a sociedade estabeleceu sob a forma de valores. Portanto, para conciliar o agente ético e os

valores morais da sociedade, é preciso que o agente reconheça esses valores, normas morais, como instituídos por ele. A subjetividade ética ou a abstração / internalização desses valores ocorre, segundo Chauí, pela via da intersubjetividade. Contudo, numa sociedade onde temos subjetividades fragilizadas pela descartabilidade, pelo narcisismo e pelo egoísmo temos dificuldades para construir intersubjetividade. Como resultado temos uma dispersão de éticas, sem referências a uma universalidade e nesse caso, diz a autora, é impossível falarmos em direitos humanos.

No que concerne à produção de conhecimentos e à investigação, Frigotto (1994) apresenta várias indagações sobre o por que pesquisamos, questiona as intenções, a finalidade, a direção para a qual estamos encaminhando nossas energias e recursos quando realizamos investigações. Nossas pesquisas servem apenas aos interesses do mercado ou aos interesses coletivos da maioria das pessoas? Estudar moradores de rua, portadores de sofrimento psíquico ou os impactos da precarização do trabalho, por exemplo, interessa ao mercado? Provavelmente menos do que interessam os impactos em termos de redução de custos por meio da utilização de inovações tecnológicas, área que concentra certamente maior volume de recursos em relação à primeira, direcionados à pesquisa no país. Por essa razão, precisamos nos questionar: a quem interessa nossas pesquisas e produções? Precisamos problematizar sistematicamente o que estamos produzindo, para que e para quem estamos produzindo conhecimentos. A nossa formação construída via investigações contribui para os sujeitos investigados ou são apenas usados? Como estamos de fato cuidando dos aspectos éticos? A centralidade ética, mais do que cuidados com os preceitos constantes no nosso Código de Ética, mais do que resguardar o sigilo dos dados e o respeito durante a coleta dos mesmos, deve

contemplar o interesse e as necessidades dos sujeitos usuários, o compromisso com os valores coletivamente assumidos por nós que explicitam o estatuto histórico construído por essa profissão no tempo presente. As questões éticas muitas vezes são tratadas de modo caudatário ou superficial, quando na verdade são centrais. É fundamental reconhecermos que ao privilegiarmos determinados conteúdos a ensinar e o modo como o fazemos, uma vez que o processo ensino-aprendizagem não se resume a um conjunto de conteúdos, passamos, também, necessariamente por opções éticas.

A GUIA DE UMA TOTALIZAÇÃO PROVISÓRIA

O atual contexto de reestruturação produtiva, flexibilização e precarização do trabalho, onde se incluem as condições para sua realização e, mais recentemente, a reprodução explícita desses processos no que chamamos hoje de Universidade Operacional, vem limitando e desqualificando a formação e o produto do trabalho e liquidando progressiva e sutilmente com a força de trabalho.

A visibilidade a esses processos é tarefa histórica significativa de resistência, pois falar em questão social, nosso objeto, não é só falar de desigualdades, mas, também, de seu contraponto, as resistências. Para contribuirmos com a redução de desigualdades precisamos dar visibilidade ao que está oculto, aos ângulos mortos (MENDES, 2003), cuja visibilidade exige a tomada de posições e a construção de respostas públicas, pois muitas vezes são esses ângulos os nós de tensionamento que podem instigar “pequenas convulsões revolucionárias” essenciais aos processos de transformação.

Nesse sentido, as diretrizes se constituem numa estratégia de resistência ao processo de descaracterização dos

compromissos coletivamente assumidos pela profissão que tem espaço cada vez mais restrito num contexto progressivo e velado de retrocesso tecnicista, o que só aumenta sua relevância. Nesse contexto, os valores humano-genéricos são secundarizados pelo culto exacerbado ao individualismo, à mercantilização e à concorrência, cujas estratégias para a reprodução utilizadas pelo capitalismo são sistematicamente renovadas e apresentadas como inovadoras, onde a fragmentação favorece a redução de sentidos e a apreensão das mazelas coletivas como singulares criminalizando, estigmatizando, culpabilizando sujeitos e movimentos sociais lhes subtrai força política. Contexto esse que favorece a banalização das desigualdades, a naturalização do sobretrabalho e o mascaramento das contradições que as conformam e que, embora sejam passíveis de superação, são apresentadas como parte de um processo necessário de “desenvolvimento” e não como resultado de interesses antagônicos.

Dar visibilidade à violência velada, ao adoecimento dos trabalhadores em razão do sobretrabalho, à discriminação do idoso, do negro, do índio, da mulher, do pobre, à precarização do ensino, das relações, dos patamares de sociabilidade; desocultar a violação de direitos banalizada e as possíveis contribuições que essa profissão pode trazer na perspectiva da sua garantia, a partir do trabalho com processos sociais emancipatórios, são formas de resistência, é antes de tudo um ato político, o que não se faz sem opções, investigação e uma práxis consistente. E, para além da visibilidade, avaliar práticas sociais, políticas sociais, contextos, movimentos, processos para contribuir com o seu aprimoramento ou para subsidiar novas propostas e novos planos é também importante contribuição que essa profissão pode realizar, uma vez que a reconheça como competência e reitere, sistematicamente, o desafio de desenvolvê-la superando progressivamente os entraves a sua materialização no ensino e na formação.

A questão do método e o conjunto de aportes que nos fornece a teoria crítica para a explicação do tempo presente, reiteramos, articulada pelo conjunto de valores que a informam e que destacam a centralidade da práxis, ressaltados nas Diretrizes, são elementos fundamentais que precisam ser reafirmados; logo, sua apropriação, seu adensamento e sua mediação com as particularidades do trabalho profissional, materializados nos mais diversos âmbitos e espaços "pelos sujeitos em carne e osso", parece-nos constituírem-se num dos principais desafios coletivos a serem enfrentados pela categoria e, sua condução pela ABEPSS, uma tarefa histórica fundamental.

Para finalizar, é importante lembrar que esse processo de enfrentamento dos desafios requer a articulação entre razão e sensibilidade, tão bem destacados por Marx nos Manuscritos (1993a).

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. In: **Revista Serviço Social e sociedade**, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1998.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível?. São Paulo: Ed. Cortez, 2007.

CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e Contradição**. São Paulo: Cortez, 1986.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional In: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal/Lógica Dialética**. 5. ed Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MARX, K. ; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **O Capital**. Livro 1 vol.I. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

MARX, K. ; ENGELS, F. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993a.

_____. **A questão judaica**. Rio de Janeiro: Achiamé, s/d.

MENDES, Jussara M. Rosa. **Verso e anverso de uma história**: o acidente e a morte no trabalho. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

OLIVEIRA, Avelino da Rosa. **Marx e a exclusão**. Pelotas: Selva, 2004.

PRATES, Jane Cruz. **Possibilidades de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do Assistente Social**. Porto Alegre, PUCRS, 2003. Tese de Doutorado.

PRATES, Jane Cruz. O método e o potencial interventivo e político da pesquisa social. In: **Revista Temporalis**, n. 9., Brasília, ABEPSS, 2006.

DOCUMENTOS - MÉMORIA DO SERVIÇO SOCIAL
Pesquisa realizada por Dúnia Comerlatto-UNOCHAPECÓ
Priscila Cardoso-PUC/SP e ABEPSS

BRASIL. Comissão de Ensino Superior. Parecer n. 286 aprovado em
10.10.1962. Estabelece o currículo mínimo do Curso de Serviço Social.
Relator: José Barreto Filho. Brasília, 1962.

O currículo que se propõe destina-se à licenciatura, isto é, à formação de professores para ginásios e colégios e, para tal fim, além de propiciar uma cultura geral deverá fornecer ao licenciado um conhecimento suficientemente aprofundado das disciplinas que se propõe transmitir seus futuros alunos.

O currículo mínimo para a licenciatura em Química abrangerá as seguintes matérias:

- 1) Matemática
- 2) Física
- 3) Mineralogia
- 4) Química Geral
- 5) Química Orgânica e noções de Química Biológica
- 6) Química Inorgânica

A duração do curso será de quatro anos.

Disciplinas do curso de bacharelado poderão ser incluídas no currículo acima com caráter obrigatório ou optativo.

(a) R. J. Maffei, relator. J. Bessa Netto, Faria Góes.

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Fixa o currículo mínimo e estabelece a duração do curso de Licenciatura em Química.

O Conselho Federal de Educação, usando das atribuições que lhe conferem os arts. 9.º, letra e, e 70 da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961 e nos termos do Parecer número 297/62 que a esta fica incorporado,

Resolve:

Art. 1.º — O currículo mínimo para a licenciatura em Química abrangerá as seguintes matérias:

1. Matemática
2. Física

3. Mineralogia
4. Química Geral
5. Química Orgânica e Noções de Química Biológica
6. Química Inorgânica
7. Matérias pedagógicas de acordo com o Parecer 292.

Art. 2.º — O curso destinado à formação de professores de Química (em grau médio) terá a duração de 4 (quatro) anos letivos.

Art. 3.º — As resoluções anteriores entrarão em vigor, obrigatoriamente, a partir do ano letivo de 1963.

*

CURRÍCULO MÍNIMO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

PAECER N.º 286

Aprov. em 19-10-1962

1 — Examinados os pronunciamentos de 11 escolas de Serviço Social e o excelente relatório do grupo de trabalho organizado na Diretoria do Ensino Superior, e considerando que na preparação do Assistente Social devem ser atendidos dois aspectos fundamentais — uma base de cultura geral e a iniciação ou preparação propriamente profissional, recomendamos, como currículo mínimo um conjunto de 12 matérias:

- 1 — Introdução ao Serviço Social
- 2 — Serviço Social de Casos
- 3 — Serviço Social de Grupo
- 4 — Desenvolvimento e Organização da Comunidade
- 5 — Administração em Serviço Social
- 6 — Psicologia
- 7 — Sociologia
- 8 — Pesquisa Social
- 9 — Economia Social
- 10 — Direito
- 11 — Ética
- 12 — Higiene e Medicina Social

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Projeto de resolução.
Fixa o currículo mínimo e determina a duração do Curso de Serviço Social.
Brasília, 1962

- Art. 2.º — A duração do curso de Serviço Social será de três (3) anos letivos.
- Art. 3.º — O currículo mínimo e a duração fixados nos art. 1.º e 2.º serão obrigatórios a partir do ano letivo de 1963.

*

✓ CURRÍCULO MÍNIMO DO CURSO DE MEDICINA X VETERINÁRIA

PARCELER N.º 256

Aprov. em 18-10-1962

(Duração 4 anos)

Da análise dos currículos completos recebidos de 8 Faculdades e Escolas de Veterinários de todo o País, foi elaborado o seguinte currículo mínimo para a formação profissional do veterinário. Compreende-se por currículo mínimo o conjunto de disciplinas consideradas indispensáveis para a atribuição do diploma de Médico Veterinário. A esse currículo mínimo poderão ser adicionadas disciplinas, outras julgadas obrigatórias ou facultativas, a critério da Faculdade ou Escola, formando o conjunto do currículo oferecido pela escola aos alunos que se candidatarão à obtenção do diploma profissional. Por outro lado, as disciplinas mencionadas no currículo mínimo aprovado poderão ser agrupadas em Cadeiras ou Departamentos, a critério da Escola ou Faculdade. O currículo mínimo (mais o complementar) cuja duração foi estabelecida em 4 anos letivos, proporcionará ao estudante que o completou direito ao diploma profissional, podendo a Escola ou Faculdade oferecer cursos de pós-graduação, de aperfeiçoamento ou de especialização paralelos ou consecutivos, com duração complementar, a critério das Faculdades ou Escolas.

Curriculo mínimo

- 1 — Anatomia, Histologia e Embriologia dos Animais Domésticos.
- 2 — Fisiologia, Biofísica e Bioquímica.

2 — A duração do curso será de 3 anos e as escolas graduam a intensidade das diversas disciplinas de acordo com as exigências da metodologia própria à formação do assistente social obedecendo ao calendário escolar previsto na Lei de Diretrizes e Bases.

A este currículo mínimo as escolas podem acrescentar outras matérias, em caráter obrigatório ou facultativo.

Compete às escolas distribuir as matérias em disciplinas, e a organização dos planos de estudos, programas, estágios e seriação, bem como estabelecer os critérios de promoção.

(a) Clóvis Salgado, relator. José Barreto Filho.

* *

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Fixa o currículo mínimo e determina a duração do curso de Serviço Social.

O Conselho Federal de Educação no uso das atribuições que lhe conferem os art. 9.º, letra e e 70 da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e tendo em vista o que consta do Parecer n.º 286, da Comissão de Ensino Superior,

Resolve:

Art. 1.º — O currículo mínimo do curso de Serviço Social constituir-se-á de doze (12) matérias:

1. Introdução ao Serviço Social
2. Serviço Social de Casos
3. Serviço Social de Grupos
4. Desenvolvimento e Organização da Comunidade
5. Administração em Serviço Social
6. Psicologia
7. Sociologia
8. Pesquisa Social
9. Economia Social
10. Direito
11. Ética
12. Higiene e Medicina Social

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Currículo Mínimo do Curso de Serviço Social. Estabelece a duração do Curso de Serviço Social. Publicado no D.O. de 3 de agosto de 1964. Brasília, 1964.

Currículo mínimo do Curso de Fisioterapia Ocupacional

* O Ministro de Estado da Educação e Cultura, atendendo a recomendação do Conselho Federal de Educação, contida no Par. n.º 388-63, aprovado em 10 de dezembro de 1962, na conformidade do art. 3.º, § 1.º da L.D.B. resolve:

N.º 511 — Art. 1.º — O currículo mínimo dos cursos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional para a formação de Técnico em Fisioterapia e de Técnico em Terapia Ocupacional compreende matérias comuns e matérias específicas, como se segue:

a) Matérias comuns:

- Fundamentos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.
- Ética e História da Reabilitação.
- Administração Aplicada.
- b) Matérias específicas do Curso de Fisioterapia:
 - Fisioterapia Geral.
 - Fisioterapia Aplicada.
 - c) Matérias específicas do Curso de Terapia Ocupacional:
 - Terapêutica Ocupacional Geral.
 - Terapêutica Ocupacional Aplicada.

Art. 2.º — A duração dos cursos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional será de 3 anos letivos.

(D.O., 29-julho-1964 p. 5752).

Currículo mínimo do Curso de Serviço Social

* O Ministro de Estado da Educação e Cultura, atendendo a recomendação do Conselho Federal de Educação, contida no Par. n.º 286/62, modificada pelo Par. n.º 33/64, aprovado em 31 de janeiro do corrente ano, na conformidade do art. 3.º, § 1.º da L.D.E., resolve:

N.º 512 — Art. 1.º — O currículo mínimo do curso de Serviço Social, para a formação de assistente social, constituir-se-á de doze (12) matérias:

- 1 — Introdução ao Serviço Social.
- 2 — Serviço Social de Casos.
- 3 — Serviço Social de Grupos.
- 4 — Desenvolvimento e Organização da Comunidade.
- 5 — Administração em Serviço Social.
- 6 — Psicologia.
- 7 — Sociologia.
- 8 — Pesquisa Social.

9 — Economia Social

10 — Direito

11 — Ética

12 — Higiene e Medicina Legal

Art. 2.º — A duração do curso de Serviço Social será de quatro (4) anos letivos, a partir do corrente ano letivo de 1964. — Elycio Suplicy de Lacerda.

(D.O., 3-agosto-1964, p. 5757).

Currículo mínimo do Curso de Obstetrícia para Obstetriz ou Enfermeira Obstétrica

* O Ministro de Estado da Educação e Cultura, atendendo a recomendação do Conselho Federal de Educação, contida no Parecer 211-62, modificação pelo Parecer n.º 303-63, aprovado em 6-outubro-1963, na conformidade do artigo 3.º, § 1.º da L.D.B. resolve:

N.º 513 — Art. 1.º — O currículo mínimo do Curso de Obstetrícia para a formação de obstetriz ou enfermeira obstétrica, compreende as seguintes matérias:

Fundamentos da Obstetrícia

Enfermagem Médica

Enfermagem Cirúrgica

Enfermagem Obstétrica e Ginecológica

Ética e História da Obstetrícia

Administração

Gravidez, Parto e Puerpério Normais

Gravidez, Parto e Puerpério Patológicos

Assistência à Gestante, à Parturiente e à Puérpera

Assistência ao Recém-nascido

Parágrafo único. O curso de Obstetrícia será de três (3) anos letivos.

Art. 2.º — A enfermeira poderá completar o Curso de Obstetrícia com mais um ano de estudos das matérias que para tanto lhe faltam; análogamente a obstetriz poderá completar o Curso de Enfermagem.

Parágrafo único. Os cursos de Enfermagem e de Obstetrícia poderão articular-se por meio de um tronco comum de dois anos, organizando pelas escolas em seus regulamentos.

(D.O., 23-julho-1964, p. 5753).

Currículo mínimo do Curso de Nutricionista

* O Ministro de Estado da Educação e Cultura, atendendo a recomendação do Conselho Federal de Educação, contida no Parecer número

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer n.242/70, aprovado em 13 de março de 1970. Fixa mínimos de conteúdo e duração do Curso de Serviço Social. Relatores: Conselheiro Dumerval Trigeiro e Raymundo de Moniz Aragão. Brasília, 1970.

Desenho
Mineralogia

Matérias de formação profissional:

Química Inorgânica
Físico-Química
Química Orgânica
Química Analítica
Química Industrial

Art. 2.º — O curso terá a duração de 4 (quatro) anos letivos.
Art. 3.º — Os arts. 1.º e 2.º entrarão em vigor a partir do ano letivo de 1955.

58. CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Parecer n.º 242/70, aprovado em 13 de março de 1970
Relatores: Conselheiros Durneival Trigueiro e Raymundo de Moniz Aragão.

O ilustre Prof. Durneival Trigueiro apresentou a este Conselho, no curso das sessões de julho de 1969, projeto de resolução fixando o novo currículo mínimo do Curso de Serviço Social. A matéria recebeu, em plenário, novas contribuições, pelo que foi retirado de pauta para apreciação destas pelo relator e sua incorporação ao texto da Resolução, no que julgasse procedente.

Havia o Prof. Durneival Trigueiro procedido àquela tarefa, mas, pela extinção do seu mandato, ficou impossibilitado de trazê-lo novamente a plenário, mas o da que lhe sucedeu, o Conselheiro Raymundo de Moniz Aragão, trazida e apreciada na forma de quatro notas, adotadas ao projeto de Resolução, pelo Prof. Durneival Trigueiro. Por outro lado, a Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social dirigiu documento em que solicita emenda aditiva ao projeto, representada pelo desdobramento da disciplina que nele figura, integrando o ciclo profissional, sob a denominação "Metodologia do Serviço Social", em quatro disciplinas: "Sociologia", "Estatística", "Educação Social" e "Educação Profissional".

Somos de parecer que as modificações do projeto, acolhidas pelo Prof. Durneival Trigueiro, devem ser introduzidas naquela pela forma que lhes deu o relator. Somos, também, favoráveis ao desdobramento da disciplina "Metodologia do Serviço Social", o que foi por ele admitido, sem, contudo, emprestar-lhe caráter de disposição geral, antes deixando a matéria à opção das escolas. E, que essa opção poderá ser obtida pelos Conselhos Universitários, onde, via de regra, o Curso de Serviço Social é considerado ensino superior, não sendo, portanto, obrigatório para todos. Desse modo, dessas alterações oferecemos o texto da resolução, em sua nova redação, como se vê em anexo.

Sala das Sessões, 12 de março de 1970. — (a) Raymundo Moniz de Aragão.

Conclusão da Comissão

A Comissão Central de Revisão dos Currículos, examinando o projeto de currículo mínimo do Curso de Serviço Social o respectivo parecer emitido pelo Subgrupo de Trabalho de Serviço Social, e tendo em vista o parecer do Relator, o Conselheiro Raymundo de Moniz Aragão, é de parecer que o projeto atende às exigências técnicas e às normas fixadas por este Conselho para regular a matéria, recomendando a sua aprovação pelo Plenário.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1970. — (a) Newton Sucupira — Presidente da Comissão.

Resolução

— Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de Serviço Social,

O Conselho Federal de Educação, usando das atribuições que lhe conferem os arts. 9.º, letra "e", e 70 da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de

1961, nos termos do Parecer n.º 242/70 que a esta fica incorporado, resolve.

Art. 1.º — O currículo mínimo do Curso de Serviço Social é constituído das seguintes matérias:

a) Ciclo básico:

Sociologia
Psicologia
Economia
Direito e Legislação Social
Teoria do Serviço Social

b) Ciclo profissional:

Serviço Social de Casos
Política Social
Ética Profissional
Serviço Social de Grupo
Serviço Social de Comunidade

Art. 2.º — No ciclo básico, procurar-se-á desenvolver sobretudo, métodos de análise aplicada à realidade em cada um dos campos por ele abrangidos.

Art. 3.º — A Sociologia terá por principal objectivo fixar uma visão da totalidade social com as várias estruturas que a integram, e as conexões que lhes asseguram coerências e os mecanismos da mudança, destacando-se os métodos de análise prospectiva.

Art. 4.º — A Psicologia, além de fornecer métodos e princípios teóricos fundamentais, esclarecerá a estrutura da personalidade, seu comportamento e as múltiplas formas de relacionamento.

Art. 5.º — A Economia fornecerá conceitos básicos, aplicados ao conhecimento das estruturas económicas, especialmente do Brasil.

Art. 6.º — No direito deverão ser ministradas noções gerais de Direito Público e de Direito Privado, de Direito Penal e de Direito do Trabalho.

Art. 7.º — A Teoria do Serviço Social cabe dupla função: a de proporcionar, com os elementos recolhidos das diversas ciências sociais do ciclo básico, uma visão integrada com vistas à acção social, e a de ligar a ordem teórica à ordem prática.

Art. 8.º — A Política Social e as disciplinas Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade, são matérias correlativas e complementares que se distinguem pela predominância que têm, na primeira, o conteúdo, as áreas de aplicação e as instâncias da acção social e, nas últimas, os métodos e técnicas correspondentes a estas características básicas.

Parágrafo único — A Ética Profissional visará a dar ao profissional em formação, normas e padrões de conduta que se inspirem nos preceitos

gerais de ética e se ajustem às circunstâncias peculiares em que se realiza o exercício da profissão.

Art. 9.º — Os estágios práticos, base do curso na sua parte profissional, acompanharão toda a duração desta em orgânica articulação com os estudos teóricos.

Art. 10 — O Curso terá 2.500 horas-aula, correspondendo no mínimo a três (3) e no máximo a cinco (5) anos de duração.

Art. 11 — Revogam-se as disposições em contrário.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Resolução s/n de 13 de março de 1970. Fixa os mínimos de conteúdo e duração do Curso de Serviço Social. Brasília. MEC/DDD.1970.

Habilitação para Museus de História
Habilitação para Museus de Ciência e Tecnologia
Habilitação para Museus Escolares Polivalentes.

Art. 2º - O currículo mínimo do Curso de Museologia compreenderá um tronco comum a todas as modalidades e uma parte diversificada que relacionará as matérias correspondentes a cada habilitação.

Art. 3º - O curso de Museologia terá a duração mínima de 2.700 horas e será ministrado no mínimo em três e no máximo em cinco anos letivos. Integram o tronco comum dove o estudo das disciplinas por curso, de duração total de 40 e 60 horas por curso, de duração total de 2.700 horas.

Art. 4º - O tronco comum abrangerá, pelo menos, as seguintes matérias, organizadas em disciplinas de acordo com os planos de cada habilitação de ensino:

- Estética
- História da Civilização, com ênfase na História Local
- Brasil: História, Geografia, Antropologia
- Elementos de Museologia Teórica e Prática, incluindo: Conceitos - História, Evolução dos Museus
- Técnicas de Conservação, Restauração e Exposição
- O Museu e a Comunidade

Art. 5º - As disciplinas da parte diversificada, pertencentes às habilitações mencionadas no art. 1º, serão escolhidas pelo aluno dentre as indicadas no currículo pleno do Curso, nos termos do Regulamento a ser aprovado pelo Conselho de Educação competente ou pela universidade.

§ 1º - Os créditos escolares correspondentes à parte diversificada poderão ser obtidos no mesmo estabelecimento onde se lecionam as disciplinas do tronco comum, ou em outra escola de nível superior reconhecida.

§ 2º - Ao apreciar os pedidos de autorização e reconhecimento de cursos de Museologia, o órgão competente deverá:

- a) aprovar o currículo pleno do qual constem as matérias da parte diversificada que poderão ser lecionadas no curso em aprego;
- b) examinar os currículos porventura existentes com outras instituições nas quais se lecionam disciplinas da parte diversificada ou se farão os estudos a que se refere o § 1º deste artigo;
- c) fazer atender a verificação das condições de funcionamento que precede os atos de autorização e reconhecimento, as instituições a que se refere a alínea anterior.

§ 3º - O Colegiado responsável pela organização didática do curso de Museologia poderá ainda aceitar para os efeitos deste artigo créditos escolares mediante estudos pertinentes, realizados anteriormente pelo aluno em escola superior.

rior reconhecida:

Art. 6º - O curso deverá dispor de laboratório de classificação, atelier de conservação e restauração, laboratório de análise, pesquisa, sala de projeções e o respectivo equipamento.

Art. 7º - Haverá estágio obrigatório em museu ou instituição especializada, durante período proporcional à duração do curso, nos termos do Regulamento a ser aprovado pelo Conselho de Educação competente e dos Conselhos Estaduais ou Conselho Universitário competente.

José Barreto Filho - Presidente

(*) CFE. Resolução nº 14, de 27 de fevereiro de 1970. In: Curriculos mínimos dos cursos de nível superior - 2. ed. Brasília, MEC/DEB, 1975. p. 293-4.

RESOLUÇÃO Nº 13 DE MARÇO DE 1970 (*)

Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de Serviço Social.

O Conselho Federal de Educação, usando das atribuições que lhe conferem os arts. 9º, letra e, e 70 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, nos termos do Parecer nº 242/70, que a esta fica incorporado, resolve:

Art. 1º - O currículo mínimo do Curso de Serviço Social é constituído das seguintes matérias:

- a) Ciclo básico:
 - Sociologia
 - Psicologia
 - Estatística
 - Direito e Legislação Social
 - Teoria do Serviço Social
- b) Ciclo profissional:
 - Serviço Social de Casos
 - Política Social
 - Ética Profissional
 - Serviço Social de Grupo
 - Serviço Social de Comunidade

Art. 2º - No ciclo básico, procurar-se-á desenvolver, so brevedade, métodos de análise aplicada à realidade em cada um dos campos por ele abrangidos.

Art. 3º - A Sociologia terá por principal objetivo fixar uma visão da totalidade social com as várias estruturas que a integram, e as conexões que lhes asseguram coerências e os mecanismos de mudança, destacando-se os métodos de análise prospectiva.

Art. 4º - A Psicologia, além de fornecer métodos e princípios teóricos fundamentais, esclarecerá a estrutura da personalidade, seu comportamento e as múltiplas formas de relacionamento.

Art. 5º - A Economia fornecerá conceitos básicos, aplicados ao conhecimento das estruturas econômicas, especialmente do Brasil.

Art. 6º - No Direito deverão ser ministradas noções gerais de Direito Público e de Direito Privado, de Direito Penal e de Direito do Trabalho.

Art. 7º - A Teoria do Serviço Social cabe dupla função: a de proporcionar, com os elementos recolhidos das diversas ciências sociais do ciclo básico, uma visão integrada com vistas à ação social, e a de ligar a ordem teórica à ordem prática.

Art. 8º - A Política Social e as disciplinas Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade são matérias correlativas e complementares que se distinguem pela predominância que têm, na primeira, o conteúdo, as áreas de aplicação e as instâncias da ação social e, nas últimas, os métodos e técnicas correspondentes a essas características básicas.

Parágrafo Único - A Ética Profissional visará a dar ao profissional em formação normas e padrões de conduta que se inspirem nos preceitos gerais de Ética e se ajustem às circunstâncias peculiares em que se realiza o exercício da profissão.

Art. 9º - Os estágios práticos, base do curso na parte profissional, acompanharão toda a duração desta em plena articulação com os estudos teóricos.

Art. 10 - O Curso terá 2.500 horas-aula, correspondendo no mínimo a três (3) e no máximo a cinco (5) anos de duração.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

José Barretto Filho - Presidente

(*) CFE. Resolução s/n, de 13 de março de 1970. In: "Certificados mínimos dos cursos de nível superior". 2. ed. Brasília, MEC/DEP, 1975, p. 338-40.

RESOLUÇÃO S/N, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1970 (*)

Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de Odontologia.

O Conselho Federal de Educação, na forma do que dispõe o art. 26 da Lei nº 5.540, de 23 de novembro de 1968, e tendo em vista as conclusões do Parecer nº 840/70, que a este se incorpora, homologado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação.

54

tro da Educação e Cultura, resolve:

Art. 1º - O currículo mínimo dos cursos de graduação em Odontologia compreende as seguintes matérias:

a) Matérias básicas:

- Biologia
- Ciências Morfológicas
- Ciências Fisiológicas
- Patologia

b) Matérias profissionais:

- Patologia e Clínica Odontológica
- Odontologia Social e Preventiva
- Odontopediatria
- Odontologia Restauradora

Art. 2º - Em Biologia, a par de suas leis fundamentais, serão ministrados fundamentos de Genética, de Citologia e de Evolução.

Art. 3º - Nas Ciências Morfológicas serão estudadas a Anatomia, a Histologia e a Embriologia.

Art. 4º - As Ciências Fisiológicas compreenderão o estudo da Fisiologia, da Bioquímica e da Farmacologia.

Art. 5º - Em Patologia serão estudados os processos patológicos gerais, os micróbios e parasitas como agentes patogênicos e a imunologia.

Art. 6º - Patologia e Clínica Odontológica abrangem a patologia a patologia diagnóstica, o diagnóstico e a prevenção das afecções dos dentes e das estruturas anexas à cavidade temporomandibular, bem como suas relações com a patologia do organismo em geral. O ensino da sua disciplina integrará-se, em estágio, para a aprendizagem da Clínica Odontológica.

Art. 7º - A Odontologia Social e Preventiva abrange os aspectos odontológicos, legais, preventivos e assistenciais da profissão. Deverá desenvolver a consciência de prevenção a ser incorporada ao exercício profissional, estudando as medidas preventivas de aplicação individual e coletiva.

Art. 8º - Em Odontopediatria devem ser realizados os aspectos particulares da patologia e da clínica da infância, bem como a importância das medidas preventivas e ortopédicas, nessa fase da vida.

Art. 9º - Em Odontologia Restauradora estudar-se-ão as técnicas de restauração corôntica, os tratamentos endodônticos, a reposição das partes dentárias, e os materiais dentários.

Art. 10 - O ensino e o adiestramento dos alunos em pacientes será realizado preferentemente em clínica hospitalar, em prejuízo de demonstrações realizadas como recurso de ensino das diversas matérias.

55

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Resolução n. 6 de 23 de setembro de 1982. Fixa mínimos de conteúdos e duração do curso de Serviço Social. Publicado no D.O. de 13 de outubro de 1982. Relator: Lafayette de Azevedo Ponde. Brasília, 1982.

(*) RESOLUÇÃO Nº 6, de 23 de setembro de 1982

Fixa os mínimos de conteúdo e de duração do Curso de Serviço Social

O Presidente do Conselho Federal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Parecer nº 412/82, homologados pela Senhora Ministra da Educação e Cultura.

RESOLVE:

Art. 1º - O currículo mínimo do curso de Serviço Social é constituído das seguintes matérias:

a) Área Básica

Filosofia; Sociologia; Psicologia; Economia; Antropologia; Formação Social, Econômica e Política do Brasil; Direito e Legislação Social.

b) Área Profissional

Teoria do Serviço Social; Metodologia do Serviço Social; História do Serviço Social; Desenvolvimento da Comunidade; Política Social; Administração em Serviço Social; Pesquisa em Serviço Social; Ética Profissional em Serviço Social; Planejamento Social.

§ 1º - As matérias Estudos de Problemas Brasileiros e Educação Física serão obrigatórias, embora sua carga horária não integre o mínimo de duração do curso.

§ 2º - Haverá um Estágio Supervisionado obrigatório com a duração de, no mínimo, 10% do tempo de duração do curso, tempo esse que não se computará na carga horária mínima do curso.

§ 3º - Será condição essencial para a expedição do diploma a realização pelo aluno de trabalho de conclusão de curso, sob a orientação de um professor.

Art. 2º - A duração mínima do curso será de 2.700 horas, que serão integralizadas no mínimo de 3 e no máximo de 7 anos, ficando o tempo médio fixado em 4 anos.

Art. 3º - O ciclo básico visará conduzir o aluno ao conhecimento do contexto social brasileiro, das organizações que expressam a ordem institucional da Sociedade e possibilitam a formação do Assistente Social bem como da realidade da clientela em suas relações sociais de trabalho, cidadania e cultura.

Art. 4º - O ciclo profissional deverá conduzir o aluno à aquisição de conhecimentos sistêmicos do objeto e objetivos da intervenção do Serviço Social, da sua prática, de seus elementos constitutivos e das estratégias de intervenção em contextos institucionais diferenciados.

Art. 5º - A adaptação do currículo baseado pela Resolução de 13/2/70, ao ora aprovado, far-se-á por via regimental, segundo os recursos de cada escola, dentro do prazo máximo de dois anos a partir da data de publicação desta Resolução.

Parágrafo único - O Conselho Federal de Educação apreciará as adaptações regimentais dos Institutos Isolados de ensino superior que mantiverem cursos de Serviço Social.

Art. 6º - Esta Resolução entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

D.O.U. DE 13/10/82 - Seção 1 - p. 13.159

LAFAYETTE DE AZEVEDO PONDE

BRASIL. MEC/SESu. Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. Diretrizes Curriculares - Curso: Serviço Social. Brasília, 1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
Secretaria de Educação Superior
Coordenação das Comissões de Especialistas de Ensino Superior
Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social

DIRETRIZES CURRICULARES

CURSO: SERVIÇO SOCIAL

PERFIL DO BACHAREL EM SERVIÇO SOCIAL

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.

Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à

- apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade;
- análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país;
- compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado.

Estes elementos estão em consonância com as determinações da Lei n. 8662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão de assistente social e estabelece as seguintes competências e habilidades técnico-operativas:

- formular e executar políticas sociais em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil;
- elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- contribuir para a viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
- planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais;
- prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- realizar estudos sócio-econômicos para identificação de demandas e necessidades sociais;
- realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social;
- exercer funções de direção em organizações públicas e privadas na área de serviço social;
- assumir o magistério de Serviço Social e coordenar cursos e unidades de ensino;
- supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social

PRINCÍPIOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- Flexibilidade e dinamicidade dos currículos plenos, expressa na organização de disciplinas e outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágio, atividades complementares;
- rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
- adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;

- indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
- compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional;
- necessária indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio.

NOVA LÓGICA CURRICULAR

Sustenta-se no tripé dos conhecimentos constituídos pelos núcleos de fundamentação da formação profissional, quais sejam:

- núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais para a compreensão da sociedade burguesa, em seu movimento contraditório;
- núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira que remete à compreensão dessa sociedade, resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais. Compreende ainda a análise do significado do Serviço Social em seu caráter contraditório, no bojo das relações entre as classes e destas com o Estado, abrangendo as dinâmicas institucionais nas esferas estatal e privada;
- núcleo de fundamentos do trabalho profissional que compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. Tais elementos encontram-se articulados por meio da análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos de trabalho em que se insere, desdobrando-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais ao exercício de suas funções, resguardando as suas competências específicas normatizadas por lei.

É uma lógica inovadora que supera as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da própria formação profissional. Não admite tratamento classificatório, nem autonomia e subsequência entre os núcleos, expressando, ao contrário, diferentes níveis de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social. Agrega um conjunto de conhecimentos indissociáveis para apreensão da gênese,

manifestações e enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional.

Os núcleos englobam, pois, um conjunto de conhecimentos e habilidades que se especifica em matérias, enquanto áreas de conhecimentos necessários à formação profissional. Essas matérias, por sua vez, se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares

1. TÓPICOS DE ESTUDO

Os conteúdos necessários à formação de bacharéis em Serviço Social estão assim configurados:

- **Sociologia** - Matrizes clássicas do pensamento sociológico (Marx, Weber, Durkheim) tematizando processos sociais fundamentais: industrialização, modernização, urbanização e seus constitutivos - classes sociais, movimentos sociais e instituições.
- **Teoria Política** - Os clássicos da Política (Maquiavel, Hobbes, Locke e Rousseau). Análise do Estado moderno e sua relação com a sociedade civil. Regimes políticos. Representação, democracia e cidadania.
- **Economia Política** - Sistema capitalista segundo as análises liberal, marxista, keynesiana e neoliberal. As transformações contemporâneas no padrão de acumulação e suas implicações nos mecanismos de regulação social.
- **Filosofia** - Principais correntes filosóficas no século XX (marxismo, neotomismo, neopositivismo, fenomenologia) e suas influências no Serviço Social.
- **Antropologia** - A relação dialética entre o material e o simbólico na construção das identidades sociais e da subjetividade. Imaginário, representações sociais e expressões culturais dos diferentes segmentos sociais com ênfase na realidade brasileira e suas particularidades regionais.
- **Psicologia** - As principais matrizes teóricas de análise das relações entre indivíduo e sociedade. Teorias da personalidade e dos grupos sociais. A constituição da subjetividade no processo de produção e reprodução da vida social.
- **Formação Sócio-Histórica do Brasil** - A herança colonial e a constituição do Estado Nacional. Emergência e crise na República Velha. Instauração e colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos. Nacionalismo e desenvolvimento e a inserção dependente no sistema capitalista mundial. A modernização conservadora no pós 64 e seu ocaso em fins de década de setenta. Transição democrática e neoliberalismo.
- **Direito e Legislação Social** - As instituições de Direito no Brasil. Direitos e garantias fundamentais da cidadania. A organização do Estado e dos poderes. A Constituição Federal. A legislação social: CLT, LOAS, ECA, SUS, etc.

Relações jurídicas no marco da integração supranacional (MERCOSUL e ALCA). A legislação profissional.

- **Política Social** - O público e o privado: as políticas sociais e a constituição da esfera pública. Formulação e gestão de políticas sociais e a constituição/destinação do fundo público. Análise comparada de políticas sociais. Transformações no mundo do trabalho e novas formas de regulação social - Políticas sociais públicas e empresariais. Desenvolvimento do sistema brasileiro de proteção social. Políticas setoriais e legislação social.
- **Desenvolvimento Capitalista e Questão Social** - A inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho. A constituição das classes sociais, do Estado e as particularidades regionais. Desenvolvimento desigual e combinado na agricultura, indústria e serviço. A reprodução da pobreza e da exclusão social nos contextos rural e urbano. As perspectivas contemporâneas de desenvolvimento e suas implicações sócio-ambientais.
- **Classes e Movimentos Sociais** - As teorias sobre classes sociais e sujeitos coletivos. A estrutura de classes na sociedade brasileira enfatizando as classes subalternas em suas condições de vida, trabalho, manifestações ideológicas e sócio-culturais. Direitos sociais e humanos do Brasil. Movimentos sociais em suas relações de classe, gênero e étnico-raciais. Identidade e subjetividade na construção dos movimentos societários. Importância e significado do terceiro setor.
- **Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social** - O processo de profissionalização do Serviço Social nas sociedades nacionais enquanto especialização do trabalho. As fontes teóricas que fundamentam historicamente o Serviço Social e análise de sua incorporação nos modos de pensar e atuar da profissão em suas expressões particulares na Europa, na América do Norte e na América Latina, prioritariamente, no Brasil. O debate contemporâneo do Serviço Social
- **Trabalho e Sociabilidade** - Trabalho e relações sociais na sociedade contemporânea. Divisão social do trabalho. Produção social e valor. Trabalho assalariado, propriedade e capital, processos de trabalho e produção da riqueza social. Trabalho e cooperação: o trabalhador coletivo. Trabalho produtivo e improdutivo. A polêmica em torno da crise da sociedade do trabalho.
- **Serviço Social e Processos de Trabalho** - O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. A inserção do Assistente Social nos processos de trabalho: questão social, políticas e movimentos sociais, a dinâmica institucional e a formulação de projetos de pesquisa e intervenção. Espaços ocupacionais do Serviço Social nas esferas pública e privada. O Assistente Social como trabalhador, as estratégias profissionais, o instrumental técnico-operativo e o produto do seu trabalho. Supervisão do trabalho profissional e estágio.
- **Administração e Planejamento em Serviço Social** - As teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais. Planejamento e gestão de serviços nas diversas áreas sociais. Elaboração, coordenação e execução de programas e projetos na área de

Serviço Social. Funções de administração e planejamento em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil.

• **Pesquisa em Serviço Social** - Concepção, elaboração e realização de projetos de pesquisa. A pesquisa quantitativa e qualitativa e seus procedimentos. Leitura e interpretação de indicadores sócio-econômicos. Estatística aplicada à pesquisa em Serviço Social.

• **Ética Profissional** - Os fundamentos ontológicos da dimensão ético-moral da vida social e suas implicações na ética do Serviço Social. A construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional. Questões éticas contemporâneas e seus fundamentos teórico-filosóficos. O Código de Ética na história do Serviço Social brasileiro.

2. ESTÁGIO SUPERVISIONADO E O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso devem ser desenvolvidos durante o processo de formação a partir do desdobramento das matérias e seus componentes curriculares, concomitante ao período letivo escolar.

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio.

O Trabalho de Conclusão de Curso é uma exigência curricular para a obtenção do diploma de bacharel em Serviço Social. Deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de indagações preferencialmente geradas a partir da experiência de estágio. Esse processo realiza-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas. É elaborado sob a orientação de um professor e avaliado por banca examinadora.

3. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares, dentre as quais podem ser destacadas a monitoria, visitas monitoradas, iniciação científica, projeto de extensão, participação em seminários, publicação de produção científica e outras atividades definidas no plano acadêmico do curso, devem corresponder a até 5% da carga horária total do currículo pleno.

DURAÇÃO DO CURSO

A carga horária mínima do curso é de 2.700 horas, com duração média de quatro anos.

O Estágio Supervisionado terá duração mínima de 15% sobre as 2700 horas, tempo que não se computará nesta carga horária.

O tempo mínimo de duração do curso é de sete semestres, sendo o tempo máximo de integralização de até 50% sobre a duração do mesmo, em cada IES.

RECOMENDAÇÕES

- Incentivar o aluno, através de procedimentos pedagógicos, ao permanente aperfeiçoamento cultural e domínio da língua portuguesa;
- estimular o conhecimento de língua estrangeira, destacando o inglês e o espanhol;
- propiciar ao aluno o acesso aos recursos de informática, como instrumento de trabalho acadêmico e profissional;
- estimular a incorporação de práticas permanentes de avaliação do desenvolvimento e dos resultados da formação profissional

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social

Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo

Marilda Villela Iamamoto

Mariangela Belfiore Wanderley

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Ensino Superior.
Parecer n. CNE/CES 492/2001, aprovado em 03/04/2001. Assunto: Diretrizes
Curriculares nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço
Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia,
Arquivologia e Museologia. Relatores: Eunice Ribeiro Durham, Silke Welber e
Wilma de Mendonça Figueiredo. Brasília, 2001.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação		UF: DF
ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia		
RELATOR(A): Eunice Ribeiro Durham, Silke Weber e Vilma de Mendonça Figueiredo		
PROCESSO(S) N.º(S): 23001.000126/2001-69		
PARECER N.º: CNE/CES 492/2001	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 03/04/2001

I - RELATÓRIO

Trata o presente de diversos processos acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia remetidas pela SESu/MEC para apreciação da CNE/CNE.

A Comissão constituída pelas Conselheiras Eunice Ribeiro Durham, Vilma de Mendonça Figueiredo e Silke Weber analisou as propostas providas da SESu referentes aos cursos mencionados e procedeu a algumas alterações com o objetivo de adequá-las ao Parecer 776/97 da Câmara de Educação Superior, respeitando, no entanto, o formato adotado pelas respectivas Comissões de Especialistas que as elaboraram. A Comissão retirou, apenas de cada uma das propostas, o item relativo à duração do curso, considerando o entendimento de que o mesmo não constitui propriamente uma diretriz e será objeto de uma Resolução específica da Câmara de Educação Superior, o que foi objeto do Parecer CNE/CES 583/2001.

II - VOTO DO(A) RELATOR(A)

A Comissão recomenda a aprovação das propostas de diretrizes dos cursos mencionados na forma ora apresentada.

Brasília(DF), 03 de abril de 2001

Conselheiro(a) Silke Weber - Relator(a)

Conselheiro(a) Eunice Ribeiro Durham

Conselheiro(a) Vilma de Mendonça Figueiredo

III - DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto do(a) Relator(a).

Conselheiro Arthur Roquete de Macedo - Presidente

Conselheiro José Carlos Almeida da Silva - Vice-Presidente

entões definidos pela IES à qual pertencem

DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL

1. Perfil dos Formandos

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.

2. Competências e Habilidades

A) Gerais

A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à

- compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social;
- utilização dos recursos da informática.

B) Específicas

A formação profissional deverá desenvolver a capacidade de

- elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
- planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais;
- prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social.

3. Organização do Curso

- flexibilidade dos currículos plenos, integrando o ensino das disciplinas com outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágio, atividades complementares;
- rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta;
- estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;
- exercício do pluralismo teórico-metodológico como elemento próprio da vida acadêmica e profissional.

indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio.

4. Conteúdos Curriculares

A organização curricular deve superar as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da formação profissional. Sustenta-se no tripe dos conhecimentos constituídos pelos núcleos de fundamentação da formação profissional, quais sejam:

- núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social;
- núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais;
- núcleo de fundamentos do trabalho profissional, que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado.

Os núcleos englobam um conjunto de conhecimentos e habilidades que se especifica em atividades acadêmicas, enquanto conhecimentos necessários à formação profissional. Essas atividades, a serem definidas pelos colegiados, se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares.

5. Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso (Tcc)

O Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso devem ser desenvolvidos durante o processo de formação a partir do desdobramento dos componentes curriculares, concomitante ao período letivo escolar.

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio.

6. Atividades Complementares

As atividades complementares, dentre as quais podem ser destacadas a monitoria, visitas monitoradas, iniciação científica, projeto de extensão, participação em seminários, publicação de produção científica e outras atividades definidas no plano acadêmico do curso.

DIRETRIZES CURRICULARES A ÁREA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E SUAS HABILITAÇÕES

Introdução

Estas Diretrizes Curriculares da Área da Comunicação foram elaboradas procurando atender a dois objetivos fundamentais:

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Ensino Superior.
Resolução CNE/CES 15, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes
Curriculares para os cursos de Serviço Social. Brasília, 2002.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESOLUÇÃO CNE/CES 15, DE 13 DE MARÇO DE 2002.⁽¹⁾

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social.

O Presidente Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em 25 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.

Art. 2º O projeto pedagógico de formação profissional a ser oferecida pelo curso de Serviço Social deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos;
- b) as competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas;
- c) a organização do curso;
- d) os conteúdos curriculares;
- e) o formato do estágio supervisionado e do Trabalho de Conclusão do Curso;
- f) as atividades complementares previstas.

Art. 3º A carga horária do curso de Serviço Social deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de curso de bacharelado.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ARTHUR ROQUETE DE MACEDO
Presidente da Câmara de Educação Superior

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução n. 2 de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Brasília, 2007.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007 ^(*)()**

Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no art. 9º, do § 2º, alínea "c", da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fulcro no Parecer CNE/CES nº 8/2007, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 13 de junho de 2007, RESOLVE:

Art. 1º Ficam instituídas, na forma do Parecer CNE/CES nº 8/2007, as cargas horárias mínimas para os cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, constantes do quadro anexo à presente.

Parágrafo único. Os estágios e atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário.

Art. 2º As Instituições de Educação Superior, para o atendimento do art. 1º, deverão fixar os tempos mínimos e máximos de integralização curricular por curso, bem como sua duração, tomando por base as seguintes orientações:

I – a carga horária total dos cursos, ofertados sob regime seriado, por sistema de crédito ou por módulos acadêmicos, atendidos os tempos letivos fixados na Lei nº 9.394/96, deverá ser dimensionada em, no mínimo, 200 (duzentos) dias de trabalho acadêmico efetivo;

II – a duração dos cursos deve ser estabelecida por carga horária total curricular, contabilizada em horas, passando a constar do respectivo Projeto Pedagógico;

III – os limites de integralização dos cursos devem ser fixados com base na carga horária total, computada nos respectivos Projetos Pedagógicos do curso, observados os limites estabelecidos nos exercícios e cenários apresentados no Parecer CNE/CES nº 8/2007, da seguinte forma:

a) Grupo de Carga Horária Mínima de 2.400h:

Limites mínimos para integralização de 3 (três) ou 4 (quatro) anos.

b) Grupo de Carga Horária Mínima de 2.700h:

Limites mínimos para integralização de 3,5 (três e meio) ou 4 (quatro) anos.

c) Grupo de Carga Horária Mínima entre 3.000h e 3.200h:

Limite mínimo para integralização de 4 (quatro) anos.

d) Grupo de Carga Horária Mínima entre 3.600 e 4.000h:

Limite mínimo para integralização de 5 (cinco) anos.

e) Grupo de Carga Horária Mínima de 7.200h:

Limite mínimo para integralização de 6 (seis) anos.

IV – a integralização distinta das desenhadas nos cenários apresentados nesta Resolução poderá ser praticada desde que o Projeto Pedagógico justifique sua adequação.

Art. 3º O prazo para implantação pelas IES, em quaisquer das hipóteses de que tratam as respectivas Resoluções da Câmara de Educação Superior do CNE, referentes às Diretrizes Curriculares de cursos de graduação, bacharelados, passa a contar a partir da publicação desta.

^(*) Resolução CNE/CES 2/2007. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de junho de 2007, Seção 1, p. 6.

^(**) Republicada no DOU de 17/09/2007, Seção 1, pág. 23, por ter saído no DOU de 19/06/2007, Seção 1, pág. 6, com incorreção no original.

Art. 4º As Instituições de Educação Superior devem ajustar e efetivar os projetos pedagógicos de seus cursos aos efeitos do Parecer CNE/CES nº 8/2007 e desta Resolução, até o encerramento do ciclo avaliativo do SINAES, nos termos da Portaria Normativa nº 1/2007, bem como atender ao que institui o Parecer CNE/CES nº 261/2006, referente à hora-aula.

Art. 5º As disposições desta Resolução devem ser seguidas pelos órgãos do MEC nas suas funções de avaliação, verificação, regulação e supervisão, no que for pertinente à matéria desta Resolução.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Antônio Carlos Caruso Ronca
Presidente da Câmara de Educação Superior

ANEXO

Carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial	
Curso	Carga Horária Mínima
Administração	3.000
Agronomia	3.600
Arquitetura e Urbanismo	3.600
Arquivologia	2.400
Artes Visuais	2.400
Biblioteconomia	2.400
Ciências Contábeis	3.000
Ciências Econômicas	3.000
Ciências Sociais	2.400
Cinema e Audiovisual	2.700
Computação e Informática	3.000
Comunicação Social	2.700
Dança	2.400
Design	2.400
Direito	3.700
Economia Doméstica	2.400
Engenharia Agrícola	3.600
Engenharia de Pesca	3.600
Engenharia Florestal	3.600
Engenharias	3.600
Estatística	3.000
Filosofia	2.400
Física	2.400
Geografia	2.400
Geologia	3.600
História	2.400
Letras	2.400
Matemática	2.400
Medicina	7.200
Medicina Veterinária	4.000
Meteorologia	3.000
Museologia	2.400
Música	2.400
Oceanografia	3.000
Odontologia	4.000
Psicologia	4.000
Química	2.400
Secretariado Executivo	2.400
Serviço Social	3.000
Sistema de Informação	3.000
Teatro	2.400

Turismo	2.400
Zootecnia	3.600

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

Os interessados em publicar artigos deverão apresentar trabalhos científicos originais, contendo informações novas e relevantes, devendo apresentar contribuição considerável para o desenvolvimento científico na área do Serviço Social.

Todos os trabalhos devem ser apresentados em disquetes ou cd-rom, digitados com utilização de editores *Word* for Windows V6.0 ou 7.0, com o uso da fonte arial, corpo 12, um e meio entre as linhas do texto, acampnhados de três cópias impressas.

Os artigos não devem ultrapassar 25 laudas, trazendo, assim organizados:

- a. como garantia de anonimato no processo de avaliação, os artigos devem ser apresentados da seguinte maneira: ter uma folha de rosto, separada das demais, onde deverá constar o título, nome do autor, profissão, vínculo institucional e título acadêmico, endereço, telefone e e-mail;
- b. na primeira página do texto, deve incluir somente o título do trabalho em versal (maiúscula) negrito e centralizado e resumo de até 250 palavras em português, acompanhado das palavras chave que identifiquem o conteúdo, a 5 centímetros da margem esquerda, sem parágrafos e, logo abaixo, sua versão para o inglês (Summary), com as respectivas palavras chave (Key words);
- c. o subtítulo, se houver deve vir em redondo (minúscula), sem negrito;
- d. o corpo do artigo deve começar com a Introdução, seguida das demais seções primárias, enunciadas por títulos digitados em versal (minúsculas), em negrito e sem numeração, ajustados à margem esquerda;
- e. os títulos das seções secundárias, também ajustados à margem esquerda, deverão ser digitados com letras minúsculas, em negrito, com o mesmo corpo do texto, exceto a inicial e os nomes próprios que devem ser maiúsculas;
- f. os títulos das mesmas seções (terciárias, quaternárias etc.) deverão ser digitados utilizando outros recursos, tais como: redondo (minúsculas) ou itálico, em corpo menor que o do texto. Deve-se deixar em espaço duplo entre os parágrafos que se seguem aos títulos das seções.

No caso dos trabalhos conterem ilustrações, os títulos das tabelas e quadros devem ser numerados consecutivamente em algarismo arábicos. Esses algarismos devem vir acima dessas ilustrações, seguidas dos respectivos títulos, apenas com a inicial maiúscula. Quando da transcrição de Tabelas e Quadros, deve-se colocar abaixo uma legenda indicando a fonte. As demais ilustrações (desenhos, gráficos, fotografias, plantas, mapas etc.) são consideradas figuras e devem ser restritas ao mínimo indispensável, com títulos abaixo das mesmas, numeradas, em sequência com números arábicos. as fotografias devem ser em preto e branco.

As citações indicadas nos trabalhos devem ser pelo sobrenome do autor, seguido da data da publicação e da página consultada, de modo que, quando o nome do autor fizer parte da sentença, somente a data e a página aparecem entre parênteses. Ex.: Silva (1997, p. 32). Quando o nome do autor não estiver incluído na sentença, este é indicado no final da frase. Ex.: (SILVA, 1997, p. 78), Quando o trabalho citado pertencer a dois autores, o sobrenome dos dois é indicado separadamente, separado por ponto e vírgula. Ex.: (SILVA; COSTA, 1997, p. 34). Quando se tratar de trabalho de mais de dois autores, o sobrenome do primeiro é indicado seguido da expressão et al. Ex.: FERNANDES et al., 1998, p. 3). Quando se tratar de trabalho sem autoria, a chamada é feita pela primeira palavra do título, em maiúsculas seguida de reticências, data e páginas. Ex.: COMUNIDADE..., 1997, 9. 89.

As referências bibliográficas devem ser elaboradas de conformidade com o disposto na NBR 6023, da ABNT, devendo todo autor citado no texto constar das REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, dispostos em ordem alfabética, pelo sobrenome do primeiro autor.

O parecer sobre a aceitação ou não dos originais será comunicado ao autor, ou ao primeiro autor, quando forem mais de um, não se obrigando a revista Temporalis e devolver os originais a ela enviados.

Todo trabalho aceito será submetido a revisão: caso o texto exija modificações substanciais, será devolvido ao autor para que ele mesmo as faça.

A revista Temporalis não remunera os autores que tenham seus artigos nela editados, porém lhes enviará um exemplar da edição onde seu(s) texto(s) for(em) publicados.

A Revista Temporalis está aberta para colaborações, mas reserva-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado a redação. Os artigos assinados são da responsabilidade de seus autores.